



MULHERES NA PERIFERIA DO URBANISMO

Informalidade subordinada,
autonomia desarticulada
e resistência em Mumbai,
São Paulo e Durban

Luciana Itikawa



Serie
Estudios e
Investigaciones



CODESRIA



**MULHERES NA PERIFERIA
DO URBANISMO:
INFORMALIDADE SUBORDINADA,
AUTONOMIA DESARTICULADA
E RESISTÊNCIA EM MUMBAI,
SÃO PAULO E DURBAN**

Itikawa, Luciana

Mulheres na periferia do urbanismo : informalidade subordinada, autonomia desarticulada e resistência em Mumbai, São Paulo e Durban / Luciana Itikawa. - 1a ed. - Ciudad Autónoma de Buenos Aires : CLACSO, 2015.

Libro digital, PDF - (Programa Sur-Sur)

Archivo Digital: descarga

ISBN 978-987-722-145-9

1. Condiciones de Trabajo. 2. Empleo de las Mujeres. I. Título.

CDD 331.4

Otros descriptores asignados por CLACSO:

Política / Planejamento / San Pablo / Durban

Colección Sur-Sur

**MULHERES NA PERIFERIA
DO URBANISMO:
INFORMALIDADE SUBORDINADA,
AUTONOMIA DESARTICULADA
E RESISTÊNCIA EM MUMBAI,
SÃO PAULO E DURBAN**

Luciana Itikawa



Consejo Latinoamericano
de Ciencias Sociales



Conselho Latino-americano
de Ciências Sociais

Secretario Ejecutivo de CLACSO Pablo Gentili

Directora Académica Fernanda Saforcada

Colección Sur-Sur

Coordinadora del Programa Sur-Sur Karina Bidaseca

Área de Acceso Abierto al Conocimiento y Difusión

Coordinador Editorial Lucas Sablich

Coordinador de Arte Marcelo Giardino

Primera edición

Mulheres na periferia do urbanismo: informalidade subordinada, autonomia desarticulada e resistência em Mumbai, São Paulo e Durban (Buenos Aires: CLACSO, diciembre de 2015)

ISBN 978-987-722-145-9

© Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales
Queda hecho el depósito que establece la Ley 11723.

CLACSO

Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales - Conselho Latino-americano de Ciências Sociais

Estados Unidos 1168 | C1023AAB Ciudad de Buenos Aires | Argentina

Tel [54 11] 4304 9145 | Fax [54 11] 4305 0875 | <clacso@clacsoinst.edu.ar> | <www.clacso.org>

No se permite la reproducción total o parcial de este libro, ni su almacenamiento en un sistema informático, ni su transmisión en cualquier forma o por cualquier medio electrónico, mecánico, fotocopia u otros métodos, sin el permiso previo del editor.

Este libro está disponible en texto completo en la Red de Bibliotecas Virtuales de CLACSO <www.biblioteca.clacso.edu.ar>

CODESRIA

Secretario Ejecutivo Dr. Ebrima Sall

Director del Programa de Investigación Dr. Carlos Cardoso

IDEAS

Secretario Ejecutivo Profesora Jayati Ghosh

Miembro del Comité Ejecutivo Profesor C.P. Chandrasekhar

Patrocinado por la Agencia Sueca de Desarrollo Internacional



La responsabilidad por las opiniones expresadas en los libros, artículos, estudios y otras colaboraciones incumbe exclusivamente a los autores firmantes, y su publicación no necesariamente refleja los puntos de vista de la Secretaría Ejecutiva de CLACSO.

ÍNDICE

INTRODUÇÃO: O RAPTO DO TERRITÓRIO DO TRABALHO	9
AS MULHERES NAS VÁRIAS PERIFERIAS: INFORMALIDADE SUBORDINADA, AUTONOMIA DESARTICULADA E RESISTÊNCIA	17
AUTONOMIA E SUBORDINAÇÃO: UMA AMBIVALÊNCIA CARA AOS ESTUDOS BRASILEIROS, DE GÊNERO E DO TRABALHO	33
Discursos da integração da periferia nos estudos internacionais e brasileiros: da dicotomia centro-periferia, Sul Dinâmico e BRICS	33
Autonomia, subordinação e a modernização periférica	34
Notas explicativas sobre mercado de trabalho nos três países	35
DIFERENTES ASPECTOS DE INFORMALIDADE SUBORDINADA, AUTONOMIA DESARTICULADA E RESISTÊNCIA NAS TRÊS METRÓPOLES	49
São Paulo: planalto de oportunidades seletivas e a insubordinação das periferias	54

Mumbai: tsunami de segregação e as ilhas de resistência	73
Durban: porto seguro da divisão internacional do trabalho e as iniciativas à deriva	84
CONCLUSÃO: DESMATERIALIZAR OS BRAÇOS PARA TOMAR A TERRA	95
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	101

Luciana Itikawa*

INTRODUÇÃO: O RAPTO DO TERRITÓRIO DO TRABALHO

A formação peculiar do mercado de trabalho nos três países não está desassociada da estrutura fundiária concentradora que mantém sistematicamente considerável parcela da população urbana à margem do acesso à terra e ao emprego formal. Os históricos coloniais dos três países tiveram um padrão de exclusão social que foram mantidos pela elite local nas respectivas repúblicas, através da combinação entre marco regulatório e acesso excludentes ao mercado de trabalho e ao espaço urbano.

Este artigo analisa duas condições laborais emblemáticas da exclusão conjugada no binômio terra-trabalho: subcontratação e autonomia¹; em dois ambientes de trabalho, domiciliar e na rua (ambulante). O objetivo é verificar se há manutenção da subordinação ou desarticulação nas questões de gênero, relações de trabalho e espaço urbano na informalidade ou se há exemplos de políticas e ações que contradizem este padrão.

Os mercados de trabalho heterodoxos no Brasil, Índia e África do Sul se diferenciam das matrizes de pleno emprego pelas singularidades na segregação e segmentação por critérios de gênero, raça e casta. Os

1 Esses conceitos serão melhor desenvolvidos no item Notas do Mercado de Trabalho nos três países

* Arquiteta e urbanista, doutora pela Faculdade de Arquitetura e Urbanismo e pós-doutoranda no Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de São Paulo

regimes excludentes sobretudo no acesso à terra e ao emprego urbanos têm sido decisivos para a manutenção de uma cidadania racionada que abre espaço para uma saída bifurcada: uma, virtuosa, através da articulação dos setores progressistas com avanços mais ou menos significativos; outra, viciosa, com um complexo mercado de cidadania, através da intermediação para o acesso aos direitos.

Há larga exploração na literatura dos três países que argumenta que o acesso precário à terra e à moradia fizeram parte do expediente de rebaixamento dos custos da mão-de-obra na periferia do capitalismo². A industrialização com baixos salários e empregos insuficientes revelou-se, portanto, uma modernização conservadora³ ao excluir grande parcela dos assalariados formais e informais, conseqüentemente, do direito à cidade. O processo brasileiro de urbanização acelerado, ao invés de eliminar a herança da exclusão, reproduziu-o e deu-lhe conformações de ilegalidade estrutural e baixíssima qualidade urbanística.

Estar na periferia, portanto, não significa apenas estar espacialmente distante da concentração das infraestruturas urbanas e do direito à cidade. As *várias periferias* tratadas aqui estão relacionadas à localização ambivalente entre a conquista textual de direitos e a manutenção na prática da exclusão, precariedade e dependência no acesso aos mesmos (grifo meu).

As barreiras são à entrada ou no interior das estruturas fundiárias e do mercado de trabalho. Segundo Barbosa (2008; 2013), a inserção dos vários grupos sociais – mulheres, ex-escrava(o)s, nativos, sem-casta, migrantes e imigrantes – “não se deu de forma plena, mas a partir da reinvenção de formas pretéritas de subordinação social”.

A urbanização rápida no século XX e a exclusão sistemática de grande parcela de trabalhadora(e)s à margem dos regimes fundiário e salarial regimentais fizeram renovar o repositório de práticas excludentes, patriarcais e autoritárias, mesmo nos períodos de crescimento econômico.

A discrepância entre o rural e o urbano é ainda imensa: a concentração fundiária na área rural em 2010 no Brasil, por exemplo, mostra que apenas 2% das propriedades abocanhavam metade da área ocupada (Barbosa, 2012). A população urbana corresponde a 84,4% do total da população brasileira. (IBGE, 2014). Desse contingente, 34,5% moravam em moradias inadequadas, segundo a relatora da moradia na ONU (Rolnik, 2009).

A(o)s trabalhadora(e)s urbanos que não encontravam um lugar no emprego ou na cidade tinham deslocamentos ocupacional e terri-

2 Desenvolvo o conceito “periferia do capitalismo” a seguir.

3 O termo modernização conservadora foi melhor desenvolvido por Tavares, Maria da C. e Fiori, José L. 1993 (*Desajuste global e modernização conservadora* (São Paulo: Paz e Terra)

torial constantes: acumulavam, mudavam de ocupação, estendendo ao máximo a jornada de trabalho; eram despejados ou fugiam do alto preço das terras bem localizadas. As entrevistas em São Paulo captaram esta mobilidade espacial nos últimos vinte anos, entre 1995-2015.

A falta de um lugar na cidade legal e no emprego formal, entretanto, não fazem da(o)s trabalhadora(e)s passiva(o)s produtora(e)s do espaço urbano. Tanto a(o)s trabalhadora(e)s ambulantes quanto a(o)s domiciliares se aproveitam do vigor e do dinamismo dos espaços que escolhem, ainda que ocupem informalmente⁴. Em relação a(o)s trabalhadora(e)s ambulantes, existe uma estreita conexão entre o comércio realizado no espaço privado e a mercadoria vendida na rua. Em relação à(o)s domiciliares, esta(e)s dependem da articulação com os centros de atacado e varejo urbanos para canalizarem seus produtos. São subordinados a esta dinâmica, porém não são plenamente integrados à economia e ao planejamento urbanos. Veremos adiante os regimes de subordinação e desarticulação para ambos.

Considerando que a terra tem sido colocada na dianteira como um importante ativo financeiro, a(o)s trabalhadora(e)s informais que ocupam o espaço urbano, seja público ou privado, ficam vulneráveis à disputa dos demais interesses do setor imobiliário e do próprio Poder Público.

A disputa pela terra, cujo prejuízo pende para a(o) trabalhador(a) informal, é comprovada com vários exemplos nas três metrópoles pesquisadas: São Paulo, Mumbai e Durban. Curiosamente, as remoções urbanas da(o)s trabalhadores nos três países são sistemáticas e presentes nos sistemas coloniais, ditatoriais e democráticos.

Para a(o)s ambulantes, são dois aspectos que demonstram a precariedade no acesso à terra: primeiro, a licença provisória ou permanente de ocupação no espaço público geralmente é revogável unilateralmente pelo Poder Público; segundo, o exercício da atividade em áreas valorizadas, sujeitas a projetos urbanísticos, megaeventos e operações imobiliárias excludentes, significa um maior risco de expulsão.

Em relação a(o)s trabalhadora(e)s domiciliares, são três ônus territoriais: primeiro, o custo da terra, que resulta na precariedade da habitabilidade e posse do imóvel; segundo, a(o)s trabalhadores são obrigados, como estratégia de redução de custos, a sobrepor moradia com trabalho (com reflexos sobre a indistinção entre espaço laboral-pessoal); terceiro, responsabilidade pelos deslocamentos para compra de insumos e canalização das mercadorias, com peso do tempo e dinheiro descontados da produtividade.

Além disso, do ponto de vista do local de trabalho, o ofício no domicílio e na rua produziram dois tipos de *anomia* do que seriam

4 Sem a titularidade da terra, conforme desenvolvo adiante.

considerados como padrão de ambiente de trabalho (o “chão de fábrica”): primeiro, como regular as relações e os direitos do trabalho no espaço onde é simultaneamente o local da privacidade e da coletividade? (grifo meu). A seguir, desenvolvo dois aspectos relacionados ao trabalho informal na urbanização periférica: a ilegalidade estrutural e a baixíssima qualidade urbanística do ambiente de trabalho.

Para a(o)s trabalhadora(e)s informais, o acesso à terra e à moradia acabam sendo igualmente informais e precários. O acesso informal à cidade pode ser expresso, por exemplo, na ocupação em assentamentos precários (cortiços, favelas, ocupações); na insegurança na posse da terra que levaria a constantes despejos; e nas distâncias árduas percorridas entre trabalho-moradia para quem mora longe das áreas centrais.

Entre as dezesseis questões urbanas⁵ que a ONU-Habitat tem enfrentado, a ilegalidade e o acesso precário à terra são transversais aos princípios do trabalho decente da OIT. A ilegalidade estrutural poderia ser resumida na ausência de titularidade e segurança da posse do terreno, da moradia ou da licença no espaço público. Em todos os casos, há sempre iminente ameaça e arbitrariedade no despejo, expulsão ou realocação seja do proprietário quanto do Estado.

Há uma extensa literatura tanto no Brasil quanto internacional sobre a necessidade de parâmetros para equacionar estas duas questões. A ilegalidade estrutural é um círculo vicioso, ou seja, a informalidade no trabalho leva à informalidade no território e vice-versa. Por este motivo, as reflexões e propostas sobre segurança na posse não podem estar descoladas da inconstância nos rendimentos e nas barreiras para o acesso à proteção social e aos demais direitos sociais.

Agências multilaterais como a ONU-Habitat, Mulheres Globalizando e Organizando (*Women in Informal Employment Globalizing and Organizing-WIEGO*) e Associação de Mulheres Por Conta-própria (*Self-Employed Women Association-SEWA*) têm produzido farto material sobre a questão da segurança na posse em assentamentos informais seja do ponto de vista da gestão, financiamento, quanto das modalidades de acesso pela(o)s trabalhadora(e)s informais.

Os últimos relatórios da ONU-Habitat (2013) – Mapeando e definindo a segurança na posse (*Mapping and Framing the Security of Tenure*) e o relatório da ONU-Direitos Humanos (2014) - Relatoria sobre o Direito à Moradia e Assentamentos Adequados, vão além da visão dicotômica legal/ilegal e formal/informal. Segurança na posse, da forma como argumenta a ONU, deixa o contexto do direito patrimonial

5 Legislação, terra, gestão, planejamento urbano, economia, água e saneamento, energia, mobilidade, segurança, habitação e reurbanização de favela, reconstrução, resiliência, mudanças climáticas, gênero, juventude e direitos humanos.

para ser visto no âmbito do direito ao padrão de vida adequado e à não-discriminação.

Os países do eixo sul-sul têm estatísticas desfavoráveis que evidenciam a necessidade de enfrentamento da segurança na posse como resultado da informalidade na terra e no trabalho: 45% das pessoas na Ásia (excluindo a China), 38% na África e 25% na América Latina e Caribe vivem fora do mercado habitacional formal (Nohn e Bhatt, 2014).

Dentro da mesma lógica, o Brasil recentemente legitimou a posse de assentamentos informais, a partir da regulamentação dos instrumentos de regularização fundiária. A partir da aprovação em 2001 do principal marco regulatório urbanístico federal – o Estatuto da Cidade, o Brasil passou a ter efetivamente quatro instrumentos que dão segurança na posse via judicial e/ou planejamento urbanístico: 1) as zonas especiais de interesse social; 2) usucapião especial de moradia; 3) concessão uso especial para fins de moradia (CUEM); 4) concessão de direito real de uso (CDRU)⁶.

Tanto o Brasil quanto a Índia esbarram no regime de financiamento, uma vez que a componente terra e o produto moradia são itens caros na cesta dos direitos sociais, sobretudo das duas categorias de trabalhadoras informais em questão, cuja característica mais crítica são os rendimentos baixos e inconstantes. Além da insegurança na posse, o Brasil tem estendido o debate da informalidade na terra e no trabalho a partir da combinação com outras precariedades: as trabalhadoras informais seriam vulneráveis aos riscos: ambientais (deslizamento, inundação, etc.) (Pólis, 2002) e urbano-políticos (violência urbana, clientelismo, corrupção, etc.) (Itikawa, 2007; D’Andrea, 2012).

O segundo desafio do ponto de vista territorial para o trabalho informal, a baixíssima qualidade urbanística, neste artigo é focado em relação ao acesso precário às infraestruturas urbanas (saneamento, eletricidade, proteção contra intempéries, banheiro público, etc.); e o ônus da mobilidade espacial (trajeto moradia-trabalho-compra de insumos-trabalho reprodutivo, etc.)

O processo de urbanização periférica nos três países guarda muitas diferenças e algumas similaridades. Entre as similaridades há graus diversos de segregação e exclusão compulsórios.

Ainda na Índia colonial, por exemplo, as autoridades coloniais e a elite nativa promoveram um eficaz processo que se tornou permanente de deslocamento dos pobres em direção à periferia e ma-

⁶ Com exceção da usucapião, que dá o direito definitivo da propriedade da terra; e das zonas especiais de interesse social que determinam o uso prioritário de habitação social; os demais instrumentos CUEM e CDRU não são direitos definitivos, ou seja, apesar de firmadas em contrato, são concessões delimitadas no tempo.

nutrição da precarização do acesso a programas de habitação e de infraestrutura urbana. No período colonial, por exemplo, já no início do século XX, a criação dos *Town Improvement Trusts* (Fundos de Melhoramento Urbano), executaram sucessivas ações gentrificadoras e higienistas para livrar-se das favelas e remover os chamados *plague spots* (locais de contágio de epidemias), isolando as melhores zonas comerciais e residenciais da elite e classe média da convivência com os pobres. Paralelamente, ações de remoção dos espaços privados vazios e públicos eram executadas: as rigorosas “leis de apropriação” puniam moradores de favelas e ambulantes. (Davis, 2006). Nesse sentido, melhoria na qualidade urbanística significou remoção das populações pobres na Índia. Brasil e África do Sul também possuem processos antigos e atuais semelhantes.

Em relação à mobilidade urbana, a(o)s trabalhadora(e)s, seja no domicílio ou na rua, além de não estarem subordinados à regulação-padrão de segurança e saúde no trabalho como nos estabelecimentos do empregador, recaem sobre ela(e)s o ônus da responsabilidade e o custo da provisão das infraestruturas, nem sempre adequadas e suficientes; bem como o custo, o tempo e as distâncias para o deslocamento pela cidade. (SEADE, 2014)

Por essa razão, tanto a mulher trabalhadora domiciliar quanto a do espaço público sentem o peso da mobilidade urbana na medida em que recaem sobre elas a responsabilidade pelo trabalho reprodutivo e, dessa forma, precisam interromper seu trabalho para se “dividir” com a tarefa de cuidar dos familiares e da casa, bem como de prover insumos para viabilizar sua atividade. A soma de todos os deslocamentos urbanos subtrai o tempo e, conseqüentemente, os rendimentos das trabalhadoras informais, subordinando-as a um regime desfavorável em comparação aos empregados formais e homens.

A acumulação na periferia do capitalismo, portanto, ao menos da forma como se desenvolveu nas três metrópoles, não se deu apenas pela reprodução ampliada no território, desafiando fronteiras e ocupando novos espaços, mas por despossessão. Entende-se acumulação por despossessão aqui, como o conceito atribuído por Harvey (2011) ao regime de acumulação capitalista movido à expulsão e apropriação: extinção de direitos trabalhistas e políticas de bem-estar social; remoções de populações urbanas; desapossamento de bens, incluindo desvalorização por fusões e aquisições, passando por mecanismos novos como despossessão de direitos de propriedade intelectual; roubo de recursos genéticos, apropriação da cultura e criatividade populares, etc.

Em São Paulo são apresentados os casos na região central (República) e sul (Jabaquara), em Mumbai, ao norte (Dharavi); e, em Durban, centro (Warwick). Para viabilização dessas possíveis novas fronteiras

imobiliárias, os governos locais adiantaram-se e têm promovido um verdadeiro processo de limpeza social, entendido como retirada da cena urbana todos os grupos que impliquem uma popularização ou mostrem a pobreza urbana.

É importante dizer que, ao expulsar e retirar a base territorial de trabalho, são extintas ou alteradas as conexões de trabalho que envolvem relações com fornecedores, clientes, auxiliares, intermediários, bem como todas as articulações e dinâmicas entre trabalho e moradia; trabalho e família; trabalho e redes de sociabilidade.

AS MULHERES NAS VÁRIAS PERIFERIAS: INFORMALIDADE SUBORDINADA, AUTONOMIA DESARTICULADA E RESISTÊNCIA

As análises sobre divisão sexual e segmentação ocupacional, segundo os critérios de gênero, sugerem subordinação com diferentes graus e especificidades nos três países: em primeiro lugar, a hierarquização, a subordinação e a discriminação das mulheres no mercado de trabalho persistem, não obstante as diferentes faixas de renda, classes, raças e castas; em segundo, permanece a naturalização da responsabilidade do trabalho reprodutivo e os estereótipos das ocupações “femininas” (Abramo, 2007; Araújo, 2002,2005,2009; Cacciamali, 2014; Guimarães, 2002; Hirata, H. 2002, 2009; Skinner, 2009; Unni, 2008).

A superação da dependência econômica através do trabalho feminino produtivo não extinguiu a posição subordinada nas relações de gênero no trabalho que atravessa incólume os contextos do trabalho formal e informal verificados nos três países.

O trabalho produtivo assalariado marcou a separação entre espaço privado e público. As mulheres, ao entrarem no mercado de trabalho, desafiaram a dicotomia provedor/cuidadora ao saírem do âmbito doméstico. Como funciona a hierarquia de gênero onde o lugar exercido não estabelece fronteiras definidas entre trabalho reprodutivo/produtivo, entre propriedade da terra e meios de produção, entre espaço público/privado como são os contextos do trabalho informal nos espaços públicos e no domicílio?

Por outro lado, quais são os espaços de transgressão da norma patriarcal e subordinadora nas relações de gênero nestes espaços? Quais os projetos individuais e coletivos que escapam dos limites

da dominação, tutela e exploração na direção da afirmação de uma identidade livre? Existiria uma autorregulação libertadora sobre o tempo e lugar do exercício na informalidade ou um aprofundamento na precarização da jornada e do ambiente de trabalho? O exercício do trabalho no domicílio é entendido como conciliação entre trabalho produtivo/reprodutivo ou é a reprodução da assimetria na divisão sexual do trabalho? A literatura apresentada a seguir e as entrevistas mostram alguns exemplos que atestam que as mulheres desafiam estas fronteiras.

O significado das *várias periferias*, que trataremos ao longo deste artigo, está além do referencial geográfico (distância do centro). Os conceitos de centro e periferia são desafiados neste artigo no sentido da desnaturalização dos significados de internalidade/externalidade, subordinação/autonomia, pertencimento/despertencimento, articulação/desarticulação; para evitar a oposição e dualidade, na direção de noções mais amplas de disputa política de espaço e de poder, dentro do recorte de gênero.

A resistência dos movimentos populares para dar visibilidade à falta de políticas habitacionais pode ser expressa por exemplo, através de ocupações em prédios vazios no Centro de São Paulo, com expressiva participação de lideranças femininas. Em Durban, assim como em São Paulo, são exemplos dessa ressemantização o crescimento da participação das mulheres ambulantes em protestos e canais de diálogo (Alcântara et al., 2013; D'Andrea, 2012).

Uma fala de uma mulher colhida por Pereira (2012) mostra a diferença entre estar na periferia do urbanismo e estar na centralidade da luta pelo direito à cidade:

“E eu, mesmo morando ali na Prestes Maia (centro de São Paulo), eu vivi outra forma de se viver, a organização, as pessoas, que você conhece todo mundo, tem amizade com todo mundo, foi muito diferente. Para mim mesma, na época eu tinha um problema de depressão, eu fiquei lá na Prestes Maia e mudei completamente. Na periferia é você, o trabalho e você, você não tem...é outra cidade. E aqui no centro você conhece muitas coisas, os direitos, você tem o direito de ir e vir, direito à moradia, direito, direito a tudo né? Você aprende, tipo dentro de um movimento, naquele coletivo, porque no movimento você aprende muita coisa mesmo”.

Entretanto, alguns exemplos descritos a seguir nas três metrópoles evidenciam que o lugar da periferia é também estar *entre*, na medida em que o acesso aos direitos e à voz é intermediada por organizações não-

governamentais (ONG), agências multilaterais e até pelo Estado, muitas vezes sem a participação da(o)s trabalhadora(e)s (grifo meu).

INFORMALIDADE SUBORDINADA SUBORDINAÇÃO NAS RELAÇÕES DE TRABALHO

A segregação e segmentação no mercado de trabalho nos três países ainda têm papel importante na manutenção da desigualdade e informalidade. Essas questões podem ser expressas nas múltiplas variedades da desigualdade de rendimentos e na proliferação e dimensão das ocupações informais. Nesse sentido, o modelo dualista formal/informal não explica a realidade do mercado de trabalho nos três países. Não há somente a dicotomia relação salariais protegidas/informalidade desprotegida. Dentro do espectro trabalho informal há um extenso leque de ocupações para além da relação binária subordinação/por conta própria. Ao mostrar a metodologia de captação da informalidade no Brasil, esta multiplicidade é melhor esclarecida.

Apesar da heterogeneidade das relações econômicas e de trabalho na informalidade, a hipótese apresentada neste artigo avança sobre o lugar da informalidade na periferia do capitalismo. Não há neutralidade no lugar que esta ocupa: segundo Galeano (2015), “a riqueza que gera não se irradia para o país inteiro nem para a sociedade inteira, ela consolida os desníveis existentes e inclusive os aprofunda”.

A literatura sobre a questão situou a posição da informalidade em diferentes lugares: externa (OIT, 2015), complementar (Palmi, 2006), inferior (Santos, 2004); refúgio (Sethuraman, 1981).

Uma visão dualista da economia entende que o informal pode ser entendido na mesma matriz evolucionista da economia dos países do centro do capitalismo. Para essa visão, a economia informal existiria e persistiria porque o crescimento econômico ou o desenvolvimento industrial falharam. Esta visão subsidia a crença que o crescimento econômico, a capacitação para o mercado de trabalho, o microempreendedorismo, a adequação do marco regulatório, entre outros, seriam elementos estruturais para a transição para a economia formal (OIT, 2009; 2015).

Entretanto, tais programas não têm sido suficientes para enfrentar a dimensão e as violações da informalidade, seja porque não há interesse na incorporação do custo da reprodução da força de trabalho, quanto para equalizar a assimetria decisória (Itikawa et al., 2014).

A penetração truncada e parcial das relações capitalistas de produção, a não generalização das relações salariais e a consolidação da dependência tecnológica externa são componentes da incapacidade histórica dos países da periferia do capitalismo de alterar essa racionalidade.

A permanência sistemática da informalidade como resultado de um padrão de acumulação desigual e concentrador da renda e da terra (Oliveira, 2003), existente em países onde nunca ocorreu o pleno emprego, vê o informal subordinado e intersticial ao formal. Subordinado porque estabelece relações objetivas com o formal e o Estado, porém, normalmente em condições desfavoráveis de trabalho; e intersticial, porque ocupa espaços entre e não fora da economia formal. Nesta última compreensão do informal, este é sistematicamente afastado dos direitos trabalhistas e sociais.

Nesse sentido, com a manutenção da assimetria de poder econômico entre formal e informal, mesmo com a institucionalidade da autonomia laboral e da conquista da propriedade dos meios de produção pela(o)s trabalhadora(e)s informais, ainda perpetuam-se as ambivalências entre, por exemplo, regimes de inclusão no sistema tributário e exclusão dos direitos sociais. Veremos nas três metrópoles como a matriz evolucionista é funcional para sustentar programas governamentais e não-governamentais, porém de alcance curto, residual e pontual.

A subordinação clássica, da forma como é entendida nas relações salariais, continua acontecendo na informalidade, mesmo com a desvinculação da relação contratual, do ambiente de trabalho e da pessoalidade. A informalidade subordinada é, portanto, a estratégia do capital para redução dos custos do trabalho e a primazia de uma nova ordem entre capital-trabalho: manutenção do controle, sem a responsabilização com a reprodução da força de trabalho.

Além disso, ao não eliminar a subordinação, esta estratégia pende ainda mais à favor do capital por superacumulação e superexploração: baixíssima remuneração por peça, formas diferentes de controle do tempo e da produção, através de novos dispositivos de monitoramento e estabelecimento de metas; transferência dos riscos do negócio aos informais; extensão da jornada, através da indistinção entre tempo de trabalho e de não-trabalho; etc. (Abílio, 2011).

Essas situações de subordinação disfarçada nem sempre acontecem de forma estanque na dinâmica das unidades econômicas informais. As oficinas domiciliares de costura, para driblarem a sazonalidade e inconstância das contratações, acabam combinando diferentes modalidades de inserção nas cadeias de produção e comercialização. Elas podem, por exemplo, combinar tanto a produção em regime de subcontratação para uma empresa quanto como autônomo vendendo diretamente para o consumidor; bem como alternando em diferentes períodos do tempo esses dois regimes. Entretanto, em ambos, os regimes de intensificação e precariedade do trabalho são similares (CGGDH, 2012).

Por essa razão, não há a adoção de apenas uma estratégia de relações entre contratante e contratado, uma vez que nem sempre há a relação de subordinação com exclusividade, como a subcontratação para prestação de serviço a apenas uma empresa. Para isso, o Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos (DIEESE) criou as categorias autônomo para mais de uma empresa ou autônomo para o público, que seriam aqueles que estariam em redes mais amplas e sem subordinação exclusiva, que veremos adiante.

De todo modo, as subcontratações são assimétricas em razão das relações desiguais de poder e subordinação em variados graus. Os vínculos podem assumir a estrutura hierárquica de uma pirâmide com vários níveis de subcontratações ou a geometria de rede através de relações de prestação de serviços instáveis e sem exclusividade. Entretanto, há uma retórica contraditória de liberdade na defesa pela subcontratação ou terceirização: a autonomia plena entre contratante e contratado só acontece quando preexiste um campo de cooperação e confiança recíprocas.

A informalidade subordinada é considerada, para instituições como o Banco Mundial e Fundo Monetário Internacional (FMI), *adequada* ao discurso de *amortecimento* em tempos de crise econômica, com vista grossa para precarização (grifo meu). Breman (2009) reproduz o argumento das duas instituições: é “um dos últimos portos seguros em um clima financeiro tenebroso”, ou “uma rede de segurança crítica na medida em que a crise econômica se espalha”, “uma situação não tão grave quanto parece”.

Além disso, é vista como *adaptável* ao regime flexível, *natural* às mulheres de conjugar trabalho produtivo/reprodutivo (grifo meu). Entretanto, a flexibilidade na prática nas ocupações femininas é mais outra camada de subordinação e superacumulação. Segundo Davis (2006), a flexibilidade exigida em redes de produção e de distribuição se utilizam em larga escala do trabalho feminino desqualificado, desprotegido e de baixa remuneração: “mulheres de baixa renda nos países do Terceiro Mundo assumem o papel de chefes informais de família, improvisando meios de sobrevivência”.

O segundo aspecto que denota a subordinação e exploração nas relações de gênero são as nuances da divisão sexual do trabalho no interior das oficinas domiciliares de costura de imigrantes no Brasil, conforme levantou Veiga et al. (2014): se o espaço de trabalho domiciliar é o mesmo da família, a subordinação é verificada tanto no trabalho reprodutivo de cuidado da família, quanto no trabalho produtivo da costura. Se a divisão sexual de trabalho é, por um lado, bem marcada, por exemplo, na destinação do trabalho de manutenção da casa e cuidado com os filhos às mulheres; por outro lado, podem ser mais sutis,

como o trabalho de costura principal (retista) definidos aos homens e mulheres casados; e o de limpeza e comida, bem como ajudante e *over-lock* na costura, delegados às mulheres solteiras.

SUBORDINAÇÃO NAS RELAÇÕES DE SOCIABILIDADE NA PERIFERIA

Como as metrópoles estão em franca transformação territorial, social e econômica, a forma como grupos sociais compulsoriamente à margem dos direitos acessa os escassos recursos é igualmente seletiva. Como a perspectiva de integrá-los é cada vez mais frágil, essas geometrias, além de compulsórias, são complexas pela heterogeneidade e arranjos dos atores. Existe uma literatura na sociologia que denomina essas relações como *gestão da exceção* (grifo meu). Entretanto, aqui também é mostrado como esse status compulsório na exceção camufla esta cidadania racionada ou flexível.

A literatura pesquisada enuncia diferentes formatos dessa *gestão da exceção*: uma parte dela resume os avanços, a partir da melhora nos indicadores sociais, formalização do mercado de trabalho, etc. Os três países caracterizaram-se pela centralidade nos programas sociais de transferência de renda: a Índia, apesar de ter adotado estratégias de transferência de renda, atingiu uma porção minoritária, não contribuindo para reduzir os índices de pobreza. A África do Sul caracterizou-se pelo investimento da ampliação do sistema de proteção social como projeto de inclusão social (Barbosa et al., 2013). O Brasil teve forte estratégia de formalização do mercado de trabalho, como veremos adiante, entretanto, quase metade da força de trabalho nas regiões metropolitanas brasileiras permanece informal (Garcia e Maia, 2011).

Outra parte da literatura interpreta a *gestão da exceção* como paliativa ao não enfrentar as mudanças de fundo que exigiriam reformas de base (agrária, fiscal, política, urbana, etc.).

Esta *gestão da exceção* seria construída por redes de sociabilidade na periferia para garantia de questões mínimas de sobrevivência, seja através de arranjos específicos de organização dessa própria população com hierarquias internas; quanto por atuação do Estado, ONG ou agências multilaterais. Para Feltran (2013) um aspecto curioso é que não se trata de uma estratégia em tempos de recessão, como ações anticíclicas para contornar crises: a gestão contemporânea das populações marginais, mesmo em tempos de desenvolvimento econômico, é permanente.

De fato, diferentes estratégias de *gestão da exceção* em cada um dos três países na última década alteraram fatores de exclusão historicamente arraigados. Na pesquisa bibliográfica nos três países, foi possível identificar novos e existentes atores que se colocam como interlocutores ou representantes da(o)s trabalhadora(e)s na intermediação de direitos que deveriam ser universalizados pelas respectivas cons-

tituições (direito ao trabalho, à cidade, à participação social, etc.). O papel de ponte na barganha de direitos, exercido por deputados, ONG, Igreja, etc., é moeda de troca na fidelidade a partidos, a ajustes fiscais, a mandatos políticos ou a comunidades religiosas.

Duas distintas teses explicam as ações paliativas: conciliação e desvio. Em relação à primeira tese, entre as formas conciliadoras dessas disparidades, está a mediação governamental e não-governamental para acesso aos direitos (Schwarz, 1991).

Segundo Misse (2011), existe um mercado da cidadania por meio de mercadorias políticas, que seriam ofertadas por vários agentes em troca dos direitos: licença no espaço público em troca de voto ou dinheiro, assessoria jurídica em troca de conversão religiosa, unidades habitacionais em troca de prioridade no acesso, etc. O preço dessa mercadoria não é padronizado: é resultado de negociação política e passa a depender não apenas de leis de mercado, mas de avaliações estratégicas de poder.

Essa primeira tese é em parte explicada pela herança histórica do patrimonialismo e do clientelismo no Brasil. A persistência de tais estruturas anacrônicas no país só pode ser explicada porque estão fortemente imbricadas nas engrenagens de produção da riqueza e do poder internos. A conciliação seria, portanto, uma forma de manutenção e escamoteamento da desigualdade de poder político e econômico.

Entre as modalidades de negociação das mercadorias políticas estão: o clientelismo, a servidão, a corrupção, a cooptação, o vínculo de favor ou proteção, etc. Apesar da literatura mencionar essas modalidades (Cardozo, 2000; Itikawa, 2007; Jordão, 2000; Silva, M. 2000; Schwarz, 1997), nas três metrópoles serão enunciados exemplos de clientelismo, como dependência do cidadão com agentes do Poder Público ou de ONG na intermediação para o acesso aos recursos do Estado.

Há uma larga tradição nos estudos urbanos e sociais que investigam a relação entre o acesso à moradia e serviços urbanos e o clientelismo (Rolnik, 1996). O direito à posse da terra e o acesso às infraestruturas urbanas, negociados e intermediados por parlamentares, mostrou-se uma conduta recorrente como forma de controle da periferia precária e ilegal, segundo Cardozo (2000): a manutenção da informalidade é, portanto, funcional para a reprodução de relações de poder:

“Em nossa tradição política, os vereadores não são vistos pela população como “parlamentares” no sentido próprio da expressão. São encarados como verdadeiros “intermediários” entre o Executivo e Legislativo. Na verdade, são “despachantes de luxo” que viabilizam as demandas concretas e específicas da população junto ao prefeito”

Outro agente que atuaria na lógica da conciliação, porém, extremamente frágil, seriam as organizações no interior das comunidades (associações comunitárias, agremiações de lazer e cultura, etc.) que atuam como chefes de territórios, normatizando e mediando conflitos locais (D'Andrea, 2014; Misse, 2011).

Para Raffestin (1993), a periferia também é lugar onde todos são “produtores” de territórios. Nesse sentido, a periferia também reproduz o caráter dissimétrico das relações de poder. Para o autor, a circulação e a comunicação: “por serem complementares, estão presentes em todas as estratégias que os atores desencadeiam para dominar as superfícies e os pontos por meio da gestão e do controle das distâncias”. Onde não há direitos, ter conhecimento sobre como chegar até eles, é distintivo. Em Durban e São Paulo este aspecto ficou demonstrado na literatura e nas entrevistas sobre o controle, a reprodução e abrangência das informações por lideranças de associações comunitárias (Feltran, 2011, 2013; Misse, 2011).

A segunda tese defende que a equação das ambivalências não apontaria somente para conciliação e acumulariam tensões que irrompem em conflitos entre formal/ informal, homem/mulher, etc. Segundo Feltran (2013), há tudo menos ausência de Estado porque a periferia não é o lado de fora da cidade, como se houvesse um vácuo das relações de poder. Entretanto, essa sociabilidade não é neutra: há sempre constituição de alianças e inimigos, com conciliação e rupturas, bem como a formação de uma elite nas periferias.

O conflito seria, então, o dispositivo para repor e não diluir, diminuir, neutralizar ou pacificar, tampouco camuflar as disparidades (Feltran, 2011). Quando o conflito não está deflagrado, haveria apenas o “adiamento”, frágil e temporário, através da contenção e monitoramento. Em outros casos, o próprio Estado entra em confronto através de “ofensivas civilizatórias”, muitas vezes violentas, que são posteriormente acompanhadas de “remoções brancas” pelo mercado imobiliário. Os casos de Durban e São Paulo são exemplares sobre esse aspecto.

A terceira e última tese ainda levanta a hipótese que trata de um contornamento ou desvio. Telles e Hirata (2011) sugerem uma arte do contornamento, como estratégia de transitar entre as fronteiras para evitar os extremos na periferia: a *morte-matada* (violência) e a *pobreza cativa* (população dependente de programas sociais) (grifo meu). Os autores desta tese não sugerem que os cidadãos na periferia sejam sujeitos passivos ou subordinados que aceitam a conciliação entre as disparidades, tampouco não são aqueles que se insurgem. Para Schwarz (2012), é menos sobrevivência ou estratégia, trata-se de desviar-se da dominação e contornar a humilhação, porém, “antes examina a margem de manobra abjeta”.

Alguns exemplos, sobretudo sobre a tese da conciliação, são mostrados à frente nas metrópoles de São Paulo, Mumbai e Durban sobre a atuação do Estado e ONG para a intermediação de direitos.

Estar conectada a um representante do Estado ou ONG é um importante sinal de prestígio para a(o)s trabalhadora(e)s ambulantes e domiciliares. Não raro é existir disputa entre eles para conseguir o privilégio de estar articulado a esses atores (Palmi, 2006). Segundo Marfaing e Thiel (2015), essas redes de relações de mediação comunitárias teriam o papel de integrar determinadas redes de sobrevivência em redes de acumulação, promovendo acesso aos mercados, servindo como interlocutores com fornecedores ou financiadores importantes, ou seja, *mobilizando esferas de influência* (grifo meu). Para os autores, trata-se de uma mediação de oportunidades: esses atores manipulam esferas religiosas, familiares e políticas através do trânsito que esses agentes fazem entre essas esferas como portais.

O relato de uma trabalhadora domiciliar na África do Sul é emblemático sobre uma certa dependência das relações sociais em rede. Para ela, é fundamental estar “conectado a pessoas certas no lugar certo” e ter “criatividade para conseguir acesso a fundos do governo ou de fora”. Entretanto, manter as relações sociais em rede para a trabalhadora, “é perder horas de trabalho. Como eu ganho por peça, perder tempo fazendo contatos é dinheiro a menos que entra” (Palmi, 2006).

Os relatos das trabalhadoras ambulantes em São Paulo também mostram a dependência de favores políticos devido à dificuldade de conseguir licença na rua ou pelo menos permanecer com esse direito (Itikawa, 2007). O mesmo pode ser dito em relação à(o)s trabalhadora(e)s domiciliares que vendem seus produtos em galerias privadas, sujeitos a preços da terra elevadíssimos e subordinados a agenciamentos e mediações para além do campo do trabalho (Silva, C., 2014).

Se o acesso aos recursos é seletivo, seletivo também é o processo no qual alguns trabalhadores teriam “o privilégio de receber assessoria de determinada ONG”. Segundo um funcionário da Prefeitura de Durban, “as instituições que dão apoio previamente fazem um mapeamento das habilidades das comunidades que têm mais potencial em receber o recurso baseado no desenvolvimento comunitário”. Para ele, essa metodologia de seleção tem como justificativa: “os projetos precisam se tornar autossuficientes”. (Palmi, 2006)

O Estado também faz essa mediação seletiva dos direitos ao definir grupos ou territórios que receberiam as ações pontuais e temporárias de provisão de recursos, capacitação e assistência técnica e jurídica.

A(o)s trabalhadora(e)s relataram que são fundamentais as ações de governos e ONG, porém, não são suficientes para atingir a enorme

demanda por assessoria técnica, jurídica, etc. Além disso, além da insuficiência, um aspecto grave dessa proliferação da *gestão de exceção*, fragmentada e seletiva, é a existência de sobreposições de atribuições e conflitos na atuação do Estado e das ONGs (Itikawa et al., 2014). Arantes (2004), Davis (2006) e Risbud (2003) relatam também ações pontuais de agências multilaterais como Banco Mundial em ações pontuais ligadas ao direito ao trabalho, ao planejamento urbano e à moradia adequada em São Paulo e Índia.

A literatura de estudos de gênero tem trazido à tona uma importante reflexão sobre a intermediação de direitos como tutela. Esta recente literatura problematiza o conflito entre intermediários (entidades) e a inaceitação das próprias trabalhadoras organizadas da condição de vítimas a serem assistidas (Piscitelli, 2012; Mello, 2014). A crítica parte das trabalhadoras prostitutas que não aceitam a condição imposta por uma entidade religiosa que definiu a condição de trabalho como servidão. Tal condição justifica o resgate das mulheres, ao mesmo tempo em que, na condição de vítimas, são desautorizadas como protagonistas na reivindicação de direitos.

Segundo esta crítica, o resgate e a tutela impõem um obstáculo às trabalhadoras: malgrado a libertação das condições de trabalho precárias na informalidade, que podem chegar a condições extremas análogas à escravidão, trata-se de um conflito enquanto processo privilegiado e unilateral de adiamento da autonomia. Ao evocar a modernidade da reivindicação dos preceitos do trabalho decente e igualdade das mulheres, a “indústria do resgate” acabaria resvalando também na tutela sobre a voz autônoma das trabalhadoras (Mello, 2014). Ao depender frequentemente de um mediador, cuja representatividade nem sempre é legítima, a(o) trabalhador(a) torna-se refém de um destino que não lhe pertence.

AUTONOMIA DESARTICULADA

O processo de industrialização no Brasil, Índia e África do Sul, bem como em outros países na periferia do capitalismo, produziu um contingente de trabalhadores que não tiveram lugar nas relações formais e regulamentadas.

Em diferentes graus, os três países têm maior ou menor contingente de trabalhadores desvinculados dos processos essenciais à sociedade, sobrevivendo nos interstícios e ocupações desvinculados da ordem produtiva. Brasil, Índia e África do Sul adotaram diferentes estratégias para alterar este quadro, com respectivos efeitos de diminuição da desigualdade, informalidade e pobreza, conforme veremos adiante (Pere, 2006; Barbosa et al, 2013).

As raízes do trabalho por conta-própria são tão profundas na formação dos mercados de trabalho nos três países que é impossível

dizer que não seria exatamente esta a modalidade de trabalho que os diferencia dos países de pleno emprego. Um contingente de trabalhadores que nunca chegou a sequer se tornar exército de reserva, porque nunca esteve dentro do mercado de trabalho; tampouco entre, também nunca poderia estar na ordem do dia dos direitos trabalhistas e sociais.

Galeano (2011) resumiu essa condição para os trabalhadores na América Latina, cuja ilustração caberia na caracterização da(o)s trabalhadora(e)s na Índia e África do Sul: “marginalizados vivem de biscates, mordiscando trabalho aos pouquinhos e de quando em quando, ou cumprem tarefas sórdidas ou proibidas: são serventes, canteiros ou pedreiros ocasionais, vendedores de limonada ou de qualquer coisa, ocasionais eletricitistas ou bombeiros hidráulicos ou pintores de parede, mendigos, ladrões, flanelinhas, braços disponíveis para o que apareça”.

Para Pochmann (2008), países periféricos como o Brasil veem atualizar antigas e permanentes características do trabalho para a sobrevivência através do crescimento horizontalizado de serviços como autogestão da própria sobrevivência. Para o autor, 31% dos trabalhadores que iniciaram um empreendimento o fizeram pela impossibilidade de encontrar um novo emprego: são proprietários de pequenos negócios de baixa produtividade, não geram lucro, apenas garantem o próprio sustento e de sua família.

O lugar que ocupa a grande massa de trabalhadores improdutivos, descartáveis, que não estão articulados aos ciclos internos e externos da produção da riqueza, apenas trabalham para o sustento imediato. Os rendimentos continuam sendo baixos ainda que aumentem a produtividade e a produtividade aumente à custa da mão de obra. O trabalho independente não está articulado ao setor moderno da economia: sua existência está relacionada diretamente à provisão de geração de renda na parcela excedente do mercado de trabalho devido à não-generalização da relação salarial (Barbosa, 2009).

Nesse sentido, os efeitos negativos do conta-própria como excedente da força de trabalho acabam se desdobrando para todo o mercado de trabalho, uma vez que atuam exercendo forte pressão sobre a faixa de salários, rebaixando-os, bem como para o aumento da rotatividade no emprego formal. Para Krein (2006), o Brasil possui um dos maiores índices de rotatividade do mundo: o volume de dispensas representa aproximadamente 60% do estoque de emprego formal. Dessas dispensas, 2/3 ocorrem com trabalhadores com menos de 1 ano de emprego e 1/3 com menos de 3 meses.

Se não é residual, tampouco superável, essa modalidade de trabalho informal acabou recebendo denominações próprias do regime desvin-

culado de subordinação capital-trabalho: por conta própria, autônomo, independente, auto-emprego⁷, etc.

Diversas denominações da sociologia do trabalho dão conta da heterogeneidade, especificidades, mas sobretudo da invisibilidade desta população: batalhadores (Souza, 2003), precariado (Braga, 2011), viradora emergente (Abílio, 2011), etc. Apesar dessas denominações explicarem grupos e modalidades de trabalho com discrepâncias conceituais marcadas, entretanto, a pergunta que se faz aqui é a real dimensão deste trabalho para a produção de riqueza no país. Essa compreensão política sobre a viração é decisiva para contrariar políticas públicas que defendem o empreendedorismo com a aparência virtuosa de independência dos trabalhadores e como manifestação de modernidade e emancipação. O que chama a atenção cuja principal característica seria a ausência de qualquer esperança de mobilidade social vertical, no máximo “mobilidades laterais” (Telles et al., 2012).

O empreendedorismo formalizado como tábua de salvação da informalidade esconderia a participação seletiva no progresso através do substrato bárbaro de articulação da precarização contemporânea das condições de trabalho com as antigas formas patrimonialistas de dominação de classe e exclusão da terra.

A ambiguidade na autonomia se manifesta, portanto, no conflito entre a construção ideológica da independência laboral virtuosa proposta pelos programas governamentais, porém, sem a contrapartida da soberania para definir as relações comerciais e de trabalho.

Nas entrevistas do levantamento de campo em São Paulo, as trabalhadoras domiciliares e ambulantes relataram que frequentemente também produzem e vendem para suas vizinhas e parentes na periferia. Não foram encontrados dados que permitem entender o alcance desta produção de sobrevivência de uns alimentando a sobrevivência de outros, como um círculo vicioso da oferta e demanda na precariedade.

Entretanto, esse regime permanente da autonomia permitiu a consolidação da(o)s trabalhadora(e)s por conta-própria que prestam serviços, produzem e vendem diretamente aos consumidores ou às redes. Ela(e)s criam atalhos fora do âmbito das empresas e alimentam uma extensa conexão de feiras e mercados populares em várias cidades do país (Singer, 2008).

Apesar da existência concreta dessas redes e infraestruturas direcionadas à(o)s trabalhadora(e)s por conta-própria, as políticas de formalização não estão atreladas à articulação produtiva ao longo das cadeias de valor locais, ou com o objetivo de fortalecer traba-

⁷ Esses conceitos serão desenvolvidos no item Notas sobre o mercado de trabalho nos três países

lhadora(e)s e articulá-la(o)s visando a negociação coletiva e acesso aos mercados.

As políticas governamentais direcionadas à(o)s trabalhadora(e)s por conta-própria estão encerradas na lógica individual e competitiva, baseado na sobrevivência, na acumulação e reprodução isolada, sem o enraizamento social. A principal delas, o programa Microempreendedor Individual (MEI), tem foco tributário e proteção social individual. Não há qualquer formação de um espírito crítico e da construção de arranjos produtivos que promovam alternativas à mercantilização das trocas e ao protagonismo da(o)s trabalhadora(e)s (Itikawa et al., 2014)

Algumas experiências da economia solidária no Brasil têm experimentado buscar alternativas: feiras solidárias, clubes de trocas, associações de consumidores, moeda social, comércio justo, etc. (Singer, 2008).

Na perspectiva do trabalho por conta-própria feminino, há ainda alguns pontos cegos que precisam ser aprofundados sobre as relações socioespaciais: uma vertente defende o provimento de infraestrutura (mobilidade, equipamentos públicos) nos bairros para aproximar trabalho reprodutivo do produtivo, sem mostrar quais seriam os mecanismos de equalização da divisão sexual do trabalho nos dois contextos (Cymbalista et al., 2014; Gonzaga, 2004; Santoro, 2008); outra, defende o empreendedorismo das mulheres nos bairros, enquanto sinal de democratização da prosperidade da vida urbana (ONU-Habitat, 2013b), entretanto, sem questionar se isso alterará a assimetria no poder decisório, na divisão sexual do trabalho produtivo/reprodutivo e na proteção social na informalidade.

O trabalho por conta-própria, malgrado todo o cenário virtuoso das políticas do microempreendedorismo, esconde, entretanto, a estratégia do capital de retirada expressiva dos direitos sociais atreladas ao trabalho no atacado e também da desregulamentação do mercado de trabalho.

Abílio (2011) fala na “ficção real da acumulação” para além do entendimento isolado da geração da renda na sobrevivência da parcela de trabalhadores por conta-própria precários. Trata-se da recuperação do capital a partir da década de 1990, a partir da desregulamentação dos mercados financeiros, privatização dos bens públicos; e flexibilização da força de trabalho como uma frente ampla de desmonte do aparato de distribuição de riqueza. Além da impossibilidade de acumulação de riqueza pelo trabalhador, há a contínua despossessão das suas condições de vida, moradia, saúde, educação, lazer, etc.

RESISTÊNCIA

Os três países, e especialmente as três metrópoles estudadas, apresentam movimentos vindos do interior dos grupos estudados que desenvolveram processos de resistência às frentes de remoção urbana, retirada de direitos, inibição da voz e deslegitimação da representatividade. São movimentos, que não necessariamente redundaram em conquistas, entretanto, são resultados de diferentes iniciativas contra-hegemônicas que desafiaram as engrenagens e sobreposições de exclusão e subordinação. Alguns deles são formados exclusivamente por mulheres e têm diferentes abrangências territoriais, tempo de existência e alcances nas conquistas.

Os exemplos de resistência colhidos nas metrópoles, que reverberaram respectivamente nos seus países e regiões, demonstram que os processos não são lineares, tampouco homogêneos. De qualquer forma, o critério de escolha destes processos é que eles têm em comum iniciativas que surgiram da base da(o)s trabalhadora(e)s, ou seja, foram reações espontâneas e os processos de fortalecimento e organização foram originários no interior dos grupos, ainda que tenham recebido suporte e apoio externos.

De qualquer maneira, é importante apresentar alguns diferentes conceitos de resistência e justificar por que este tema é caro para este artigo que trata de autonomia e subordinação.

A Organização das Nações Unidas (ONU) e, especificamente seu braço territorial, a ONU-Habitat, não utilizam o termo resistência, ainda que no seu centro estejam desafios como abuso, violações e exclusão. ONU-Habitat, por exemplo, possui o termo resiliência para referir-se a ações de populações no enfrentamento contra desastres naturais e crises humanitárias, bem como o processo de restabelecimento, superação e monitoramento dos riscos para evitar reincidências. As agências da ONU provavelmente excluem o termo resistência por rebaixarem a noção e a função do conflito e elegeram o termo resiliência para enfrentamentos ambientais e não políticos.

De forma semelhante, a Fundação Rockefeller lançou um edital chamado 100 cidades resilientes, cujo mote é “ajudar cidades ao redor do mundo se tornarem mais resilientes às mudanças físicas, sociais e econômicas que são aspectos crescentes do século XXI”. Para a Fundação Rockefeller, o significado de resiliência é: “capacidade de indivíduos, comunidades, instituições, negócios e sistemas dentro de uma cidade para sobreviver, adaptar e crescer quaisquer sejam os tipos de estresses crônicos e choques agudos que elas experimentem⁸”.

⁸ Estresses crônicos: alto desemprego, sistema de transporte público caro e ineficiente. Violência endêmica, escassez de comida ou água. Choques agudos: eventos repentinos e

Surpreendentemente, Durban aparece entre as cidades escolhidas porque, segundo a fundação, “está ativamente explorando caminhos para adaptar instituições, sistemas e processos para facilitar o planejamento integrado, inovador e flexível. Apesar de ser a região metropolitana mais pobre da África do Sul, Durban, tem se tornado uma líder global na adaptação da mudança climática”. Neste caso, adaptar processos e flexibilidade podem ser sinônimos de ajustes com ônus para os trabalhadores e os pobres (Arantes, 2004; Risbud, 2003).

A fundação ainda define quais são os entraves para que Durban se torne mais resiliente⁹: “Os bairros informais e a pobreza minam a resiliência e a coesão social”. Curiosamente, para essa fundação, parece não haver associação entre a culpabilização da exclusão como geradora de mais exclusão.

Resistência neste artigo é central justamente para contrapor os processos de exclusão, subordinação e desarticulação mencionados anteriormente. Com a manutenção sistemática de grande parcela da população à margem dos direitos, ou integrada discricionariamente, os conflitos são adiados.

Por essa razão, resistência é aqui entendida a partir de dois princípios: como reposição do conflito em meio à fabricação de consensos que teima em negar a existência da exclusão e subordinação (Chomsky, 2004; Hirata, D., 2010); e potência, como consciência e negação da humildade ou servidão que tanto agrada às elites (Schwarz, 2012).

Os exemplos citados adiante nas três metrópoles, dizem respeito à organização em rede de trabalhadora(e)s ambulantes em protestos e articulação com ONGs, Judiciário e movimentos sociais para barrar a extinção das suas atividades em Durban e São Paulo; bem como organização exclusivas de mulheres na Índia com trajetórias vindas da base, que conquistaram direitos em processos de diálogo social, sem intermediadores.

Entretanto, para Agarwala (2013), pelo menos nas experiências que estudou na Índia, não há “consciência de classe operária” e sim “consciência da exclusão”, que é definidora da coesão nas lutas urbanas. Para isso, as demandas são endereçadas como lutas urbanas nos canais políticos formais sem intermediários, ainda que os andamentos e conquistas sejam muito controversos e exista a predominância de um populismo competitivo.

pungentes que ameaçam a cidade, incluindo terremotos, enchentes, epidemias e ataques terroristas.

⁹ Fundação Rockefeller 2015 “100 cidades resilientes” em: <http://www.100resilientcities.org/cities/entry/durbans-resilience-challenge#/_/>.

AUTONOMIA E SUBORDINAÇÃO: UMA AMBIVALENÇA CARA AOS ESTUDOS TERRITORIAIS, DE GÊNERO E DO TRABALHO

DISCURSOS DA INTEGRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA PERIFERIA NOS ESTUDOS INTERNACIONAIS E BRASILEIROS: DO MODELO CENTRO-PERIFERIA, PASSANDO PELA COALIZÃO SUL- SUL, “SUL DINÂMICO” E BRICS.

Nunca antes o discurso da integração tem sido vendido às periferias com tanta presteza: primeiro, pela promessa de desenvolvimento das novas geometrias de articulações nas escalas internacional e regional. Segundo, pela potência e pela ousadia no desvio de eixo, se deslocando da gravitação consolidada dos poderes para outro, porém, ainda incerto. O eixo sul-sul é uma dessas promessas e ao mesmo tempo um paradoxo: o crescimento econômico considerável na última década de alguns países neste eixo não os livrou da desigualdade, informalidade e subordinação.

A primeira iniciativa de coalizão criada no eixo sul-sul situou-se no contexto da abertura de diálogo entre Índia, Brasil, África do Sul, o chamado IBSA ou G-3, em junho de 2003, com a reabertura de novas rodadas de negociações multilaterais no âmbito da Organização Mundial de Comércio (OMC). Simultaneamente em agosto do mesmo ano, era criado o G-20, grupo dos países em desenvolvimento.

Se por um lado, tanto o G-20 e o G-3, vislumbravam coalizões contra-hegemônicas, a prática demonstrou que tratava de um esforço de racionalização de tratados ou acordos regionais ou bilaterais comerciais, paralelos ou complementares firmados na OMC. Neste sentido, apesar de dar início à legitimação de uma multicentralidade no cenário

das relações internacionais, tem apresentado várias limitações, após uma década de existência. (Barbosa, 2015)

O G-3, diferentemente de outras coalizações de cunho geopolítico-militar, acabou ficando à sombra de outra figura política criada em 2009, o BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul), sobretudo devido ao peso da China.

Para Barbosa et al. (2013), trata-se sobretudo de uma reflexão crítica sobre o padrão de desenvolvimento e da modernização periférica. Esse é uma das perspectivas críticas que, por exemplo, a Conferência das Nações Unidas para o Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD) traz ao denominar estes países como “sul-dinâmico”.

Este é um dos legados deixados por Raul Prebisch na UNCTAD assim como em outro órgão da Organização das Nações Unidas (ONU), a Comissão Econômica da América Latina (CEPAL). Para Prebisch, a dicotomia centro-periferia dificilmente deixa de existir sem a superação das contradições expressas na intensa desigualdade social, nos domínios oligárquicos e na produção da riqueza centrada nas matrizes primário-exportadoras. “Sul dinâmico”, portanto, é visto a partir da sua alteridade, na medida em que, apesar das centralidades exercidas pelas metrópoles desses países, do ponto de vista das trocas regionais e internacionais, os países têm uma incapacidade estrutural de superar suas contradições internas.

AUTONOMIA E SUBORDINAÇÃO NA MODERNIZAÇÃO PERIFÉRICA

Os três países foram capazes de mudar sua estrutura econômica sem serem capazes de superar a desigualdade. O capitalismo periférico está baseado fundamentalmente na desigualdade, uma vez que parcela expressiva do excedente da riqueza é esterilizada internamente ou drenada para fora, desperdiçando o potencial de acumulação que poderia atender as demandas sociais e revigorar os processos de democratização.

A desigualdade ainda é persistente nos três países, apesar das apostas nas estratégias para enfrentá-la sejam diferentes: enquanto o Brasil adotou o aumento da formalização e do salário mínimo como motor do crescimento, a Índia escolheu o aumento do consumo da classe média. Apesar do declínio da pobreza absoluta, houve pouca alteração nos índices de desigualdade. (Barbosa et al., 2015)

Nesse sentido, os binômios - autonomia/subordinação de Furtado (2009); centro/periferia de Schwarz (1991,1997,2012), hegemonia/contra-hegemonia de Oliveira (2003) e integração/ exclusão de Fernandes (2008) - não são apresentados como antagonismos a serem superados.

Para Oliveira (2003), a modernização periférica não era exatamente uma evolução truncada, mas uma produção de dependência pela conjunção do lugar subordinado na divisão internacional do trabalho

capitalista e articulação dos interesses internos. Nesse sentido, este artigo está no contexto da linha de interpretação do Brasil que não considera a existência de uma dualidade ou evolução entre arcaico/moderno, subdesenvolvimento/desenvolvimento, informal/formal. A manutenção e atualização das estruturas de dominação e o rebaixamento do custo do trabalho nos dois polos são funcionais para um regime de acumulação excludente.

Centro e periferia fazem parte de uma mesma totalidade que se manifestam com dinâmicas estruturais orgânicas: a liberalização e diversificação das economias industriais não só expandiram as atividades informais quanto as tornaram mais diversas. Entretanto, mesmo com o aumento da participação do setor industrial, não há transformação da estrutura ocupacional segmentada e segregada (Barbosa, 2009).

Neste sentido, a informalidade não seria uma falha a ser consertada. Também não seria somente subproduto da globalização das cadeias de valor, da divisão internacional do trabalho e das sucessivas crises internacionais do capitalismo. Por este motivo, parece inverossímil pensar que basta a integração ou absorção da informalidade pelo setor formal.

NOTAS EXPLICATIVAS SOBRE DESIGUALDADE E MERCADO DE TRABALHO NOS TRÊS PAÍSES: BRASIL, ÍNDIA E ÁFRICA DO SUL

As engrenagens da estrutura produtiva e do mercado de trabalho na periferia seriam formatadas para que o acesso à mundialização capitalista seja seletivo e subordinado. Essa segregação permite que os países centrais do capitalismo detenham os conhecimentos técnicos e científicos, sequestrados em patentes e submetidos a um regime de obsolescência acelerada. À periferia restaria, do ponto de vista da produção da riqueza, com diferentes nuances e diferenças entre os países, a dependência tecnológica e inserção subordinada na divisão internacional do trabalho.

Apesar da principal característica dos três países ser a segmentação do mercado de trabalho, a discrepância na distribuição é brutal: enquanto os trabalhadores assalariados no Brasil constituem 66% da força de trabalho, apenas 18% o são na Índia.

Se a semelhança entre o Brasil, Índia e África do Sul são os mercados de trabalho segmentados, certamente outros fatores influem na manutenção histórica do que seriam anomalias laborais, na perspectiva ortodoxa da sociologia do trabalho, para serem estruturais. A persistência histórica de informalidade e desemprego, ao contrário de serem exceção, ocupam parte considerável ou são regra entre a população ocupada.

Como vimos anteriormente, a atual divisão internacional do trabalho pressiona os sistemas produtivos nacionais, intensificando a

competitividade, enfraquecendo o trabalho organizado e limitando a ação pública. Isso restringe os efeitos multiplicadores de investimento e enfraquece o impacto potencial das políticas sociais e trabalhistas.

Nas sociedades ocidentais teoricamente meritocráticas, pré-condições como propriedade e conhecimento fazem as distinções de classe. Entretanto, nas demais, a sobreposição de outros parâmetros é determinante para mecanismos de exclusão, discriminação ou subordinação mais opacos, sutis e intransparentes (Souza, 2003). A distribuição da riqueza, a natureza das relações econômicas, o poder de barganha trabalho-capital, o padrão de organização da produção, o acesso à educação, o papel do Estado e as divisões de classe, raça, casta e etnia são fatores determinantes para a posição da ocupação. (Barbosa et al., 2015)

A discriminação no mercado de trabalho ocorre de três maneiras: na entrada, na mobilidade ocupacional dentro do mercado e nos diferentes retornos à mesma ocupação. A educação, por exemplo, tem um papel importante na desigualdade e na segmentação do mercado de trabalho, na medida em que as qualificações educacionais permitem ou negam acesso a certos tipos de trabalho, especialmente os mais desejados (Barbosa et al., 2015).

O acesso à educação é diferencial segundo as diferenças recortes de gênero, raça, casta, classe, etc. nos três países. Entretanto, os níveis educacionais da Índia, por exemplo, são comparáveis aos níveis no Brasil há 30 anos atrás. As mulheres na Índia com menor índice de escolarização estão em ocupações mais precárias e desprotegidas: 90% das mulheres ocupadas estão na economia informal no setor não-organizado. Há associação direta entre escolaridade e gênero: na Índia 60% das mulheres trabalhadoras tem escolaridade abaixo do fundamental, enquanto no Brasil o índice é apenas 7% em 2010-2011 (Barbosa et al., 2015).

Nesse sentido, há um círculo vicioso de privação: grupos sociais em desvantagem social tem barreiras no acesso à educação e, consequentemente, no mercado de trabalho, em ocupações com menor produtividade e com rendimentos inferiores. Alguns números em cada um dos três países a seguir demonstram discriminação por raça, gênero e casta, bem como comprovam a segmentação segundo a escolaridade.

BRASIL: SEGMENTAÇÃO WAY OF LIFE

Historicamente, a relação entre a exclusão da terra e a dificuldade de inserção no mercado de trabalho mantém-se indissociável. O processo de transição para o trabalho livre começou em 1850 com a Lei de Extinção do Tráfico de Escravos. No mesmo ano, duas outras medidas socialmente excludentes foram deliberadamente tomadas: primeiro, a Lei de Terras, impediu o acesso à terra aos recém-libertos, uma vez que esta só poderia ser adquirida não como um direito social, mas como um

bem econômico. A segunda medida, a Lei da Guarda Nacional, organizava o aparelho de controle e repressão, dada a perspectiva de conflitos com a inauguração do trabalho livre (Barbosa, 2008).

Até a Constituição Federal de 1988, o acesso à terra estava diretamente vinculada ao poder econômico e, somente após os avanços das lutas sociais, o Brasil avançou sobre a importância da função social da cidade e da propriedade. Nos últimos 24 anos, entretanto, muito pouco foi praticado no Brasil para transformar a terra em um direito social, vide as incipientes experiências de utilização dos instrumentos de política urbana do Estatuto da Cidade.

As três medidas tomadas simultaneamente no ano de 1850 demonstram que o Governo, ao tomar a primeira decisão na direção do trabalho livre, optava por caminhos que seriam determinantes na exclusão histórica de brasileiros na terra, no direito ao trabalho e nos demais direitos sociais.

O Brasil passou nestes últimos dez anos por mudanças profundas na estrutura da sociedade brasileira e no mercado de trabalho, resultado de esforços das últimas décadas de articulação de diferentes setores progressistas na redemocratização e na inclusão social a partir de duas estratégias.

A primeira é a política macroeconômica centrada no aumento do consumo das famílias, combinada com o aumento do salário mínimo e criação de mais de 21 milhões de postos no mercado formal de trabalho. Apesar do significativo aumento da população ocupada em 15 anos: de 63 milhões de pessoas em 1995 para 94 milhões de pessoas em 2012, diminuiu o número de trabalhadores por conta-própria e trabalhadores familiares não-remunerados (Barbosa et al., 2015).

Tal política elevou o salário médio e relativa melhora no Coeficiente de Gini, que saiu de 0,56 em 2010 para 0,49 em 2014, bem como foi responsável pelo crescimento econômico nos últimos anos na contramão da crise mundial. Por outro lado, este esforço inédito nos últimos dez anos beneficiou em cadeia toda a economia, incluindo o trabalho informal, revelou alguns limites. (Itikawa et al. 2014)

A outra política que produziu impactos significativos na redução da pobreza, sobretudo aquelas localizadas fora dos redutos metropolitanos concentradores de riqueza e emprego é o Programa Bolsa Família (PBF), principal política de transferência de renda, que atendeu, em 2014, 50 milhões de pessoas, (1 em cada 4 brasileira(o)s). O PBF é baseado na transferência direta de renda às famílias, condicionada ao acesso compulsório aos direitos sociais básicos (educação, saúde e assistência social) (Itikawa et al. 2014).

Apesar do enorme esforço das políticas macroeconômicas serem um divisor de águas nos indicadores sociais, a competição internacio-

nal e as intensas pressões do setor privado e parte da burocracia do setor público ainda mantiveram a tendência no sentido oposto: flexibilização e terceirização da força de trabalho. Entre as contradições, a aposta no consumo interno sem o equacionamento de um parque industrial compatível com as novas demandas tecnológicas e territoriais, produziu desequilíbrios internos que não conseguiram reverter as recorrentes perdas em produtividade e o processo irreversível de reestruturação produtiva (Barbosa, 2012).

Desde o início de 2010, o Brasil tem experimentado baixo crescimento, inflação e déficit na balança de pagamentos. Isso tem ameaçado inclusive o gasto em políticas sociais que consumiram nos últimos anos $\frac{1}{4}$ do PIB, exigindo agora uma revisão do presente pacto social. (Barbosa et al., 2015)

A história brasileira, em períodos autoritários ou democráticos tem demonstrado que o crescimento com concentração da renda e da terra tem se mantido. O deslumbramento com a maior taxa recente do PIB a quase 8% foi o nosso mais alto limite, puxado para baixo com a ausência das necessárias reformas política, tributária, agrária e urbana. (Itikawa, 2015a)

Segundo os dados da Pesquisa Nacional de Amostras por Domicílios (PNAD) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), no Brasil em 2012, o total da população ocupada (93,9 milhões de pessoas), apresentava uma grande diversidade de inserções ocupacionais. A informalidade para a PNAD somou 42% em 2013. (IBGE, 2014)

Ainda segundo a PNAD do IBGE, o perfil das pessoas no trabalho informal indica que as mulheres em 2013 deixaram de ser maioria em relação aos homens, 42,7%, contra 56,7% em 2004. O rendimento médio da população ocupada informal correspondia em 2013 a 57% dos ocupados em trabalhos formais.

A metodologia do DIEESE, entretanto, parte da identificação das relações de trabalho e da posição no mercado de trocas e, por este motivo, mostra as diferentes faces da informalidade. Com essa premissa, *não há uma lógica binária e oposta entre trabalhadores subcontratados x autônomos* (grifo meu). Isso pode ser demonstrado, por exemplo, na posição do autônomo subcontratado ou autônomo por conta-própria: se existe uma subordinação exclusiva, ou seja, se ele serve a apenas uma empresa, então esta(e) trabalhador(a) é “empregada(o) subcontratada(o) autônoma(o) para uma empresa”. Se ele trabalha para mais de uma empresa, ela(e) é “trabalhador(a) independente, conta-própria, autônoma(o) para mais de uma empresa”. A seguir enunciamos as classificações segundo a Pesquisa Emprego e Desemprego (PED) do Sistema Estadual de Análise de Dados (SEADE) e do DIEESE.

Segundo o DIEESE, entretanto, as ocupações informais somaram 50% em 2009 em oito regiões metropolitanas; e 46,9% na de São

Paulo (Garcia e Maia, 2011). Para o DIEESE, é informal: 1) Empregados subcontratados: assalariados contratados em serviços terceirizados, autônomos que trabalham para um empresa; 2) Empregados Ilegais: empregados sem carteira assinada pelo setor público e pelo privado; 3) Trabalhadores Independentes por Conta-própria: autônomo para mais de uma empresa, autônomo para o público, dono de negócio familiar; 4) Trabalhadores Independentes pequenos empregadores; 5) Trabalhadores Independentes profissionais universitários autônomos; 6) Empregados Domésticos; 7) Demais ocupados.

Pelo DIEESE, mesmo com o intenso crescimento da formalização do mercado de trabalho nos últimos dez anos, paralelamente cresceu também o chamado emprego subcontratado e o emprego ilegal (assalariado sem registro) 138% no período entre 1999-2009 (Garcia e Maia, 2011).

No Brasil, a participação do trabalho independente em 2009 chegou a 26,9%, (quase 1/3), embora em 2014 diminuiu para 1/4 do mercado de trabalho. Nesse grupo há uma grande diversidade de perfis ocupacionais. Apesar dessa ligeira redução, estes ainda seguem ocupando uma importante parcela no mercado de trabalho brasileiro. Parte desse contingente ocupa o setor de serviços, que tem crescido de forma sustentada na última década. Esta significativa participação dos serviços, erroneamente relacionada à desindustrialização, será também objeto de contextualização neste artigo, conforme demonstra a tese de Cano (2008) sobre a desconcentração industrial concentrada.

A discriminação de gênero no mercado de trabalho ainda é uma realidade. Houve uma diminuição do abismo do ponto de vista dos rendimentos: nos anos 1970, os homens ganhavam 70% a mais que as mulheres; de 1990-2010, essa diferença caiu para 25%. Por outro lado, em 2010 as mulheres ainda têm uma jornada média em afazeres domésticos mais que o dobro observada para os homens (20,6 hs./semana). Entre as mulheres com 12 anos ou mais de escolaridade, elas recebem apenas 58% do salário dos homens. Além da diferença nos rendimentos, existe a questão da raça: se os homens negros são discriminados antes de entrar no mercado de trabalho pela raça, as mulheres negras são discriminadas duplamente: antes de entrar e quando entra, ao receber menos que os homens. (Cacciamali, 2014).

Apesar da discriminação de gênero no Brasil ter diminuído no geral, alguns indicadores são preocupantes: em 2003, os salários médios de admissão de homens contratados com carteira assinada era 6,85% maior que das mulheres. Em março de 2015, segundo o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED), a diferença chegou

a 14,38%, ou seja, mais que dobrou¹⁰. Apesar de em 2001, as mulheres terem ultrapassado os homens no grau de escolaridade, não parece ser este um aspecto contado positivamente a favor delas nos indicadores do trabalho (Birolli e Miguel, 2015).

No Brasil as mulheres têm penetrado nas ocupações tradicionalmente relacionadas aos homens até um certo ponto, apesar do número de mulheres nas ocupações tradicionalmente femininas se manter nos últimos trinta anos. Quase a metade (46,3%) estão concentradas nos estereótipos femininos: serviços domésticos, educação, saúde e serviço social e outros serviços comunitários (Barbosa et al., 2015).

A discriminação racial no mercado de trabalho é histórica, resultado da matriz escravocrata e da integração parcial dos negros no recém-mercado de trabalho livre “pelas bordas e com ligações fracas”, segundo Fernandes (2008). Depois da industrialização, uma classe média negra surge, apesar da persistente segregação e segmentação no mercado de trabalho ainda com corte de raça.

Atualmente, a discriminação racial no mercado de trabalho no Brasil acontece logo que o trabalhador não-branco¹¹ entra, que reflete na limitação de opções de progresso em relação aos brancos. No trabalho formal no Brasil, os brancos recebem o dobro que os não-brancos e este aspecto ficou estável mesmo ao longo dos últimos 10 anos (Barbosa et al., 2015).

A discriminação é refletida também na segmentação do mercado de trabalho: existem mais não-brancos entre os trabalhadores informais. Enquanto 54% dos trabalhadores brancos estão em empregos formais, apenas 46% dos não-brancos estão. A taxa de desemprego entre não-brancos é 30% maior que em relação aos brancos (Barbosa et al., 2015).

Apesar da discriminação racial estar demonstrada na segmentação do mercado de trabalho em vários indicadores, a linha divisória entre as raças é arbitrária entre os não-brancos; e mais objetiva entre brancos e não-brancos. Entretanto, as diferenças em termos de raça mais explícitas são em relação a gênero. Entretanto, quando essas duas questões se sobrepõem, são um ônus ainda maior para as mulheres negras, apesar de uma ligeira melhora entre mulheres negras e homens negros que entre mulheres negras e homens brancos, especialmente depois de 2001. Em termos absolutos, entretanto, é a primeira vez em 2011 que os não-brancos são maioria no mercado de trabalho (Barbosa et al., 2015).

10 Folha de São Paulo 2015 “Diferença de salário de admissão de homens e mulheres aumenta” em: <<http://classificados.folha.uol.com.br/empregos/2015/05/1632713-diferenca-de-salario-de-admissao-de-homens-e-mulheres-aumenta.shtml>>

11 Não-brancos: pardos, mestiços, negros, indígenas, etc.

Além da discriminação racial combinada com a de gênero impor um peso ainda maior às mulheres negras, a questão regional também intensifica ou ameniza estas disparidades: o PIB per capita no Nordeste brasileiro é apenas 48% da média nacional, enquanto só a região sudeste com metade da população brasileira, tem PIB per capita 30% maior que a média nacional (Barbosa et al., 2015).

ÍNDIA: BRECHT NA ÁSIA – A EXCEÇÃO E A REGRA

A Índia iniciou reformas econômicas desde 1991 com mudanças na política de comércio, como a abolição de restrições quantitativas; liberalização do investimento direto estrangeiro; e simplificações das regulações do mundo do trabalho. Entre 1990-2005, a Índia cresceu entre 6%. De 2005-2014, 8%. (Barbosa et al., 2013)

A economia indiana respondeu positivamente à liberalização: o rápido crescimento econômico nas décadas após 1980 só estagnou na crise de 2008, quando atingiu a taxa de 10% no início do século XXI. O crescimento econômico, entretanto, foi distribuído de forma desigual não só do ponto de vista dos setores econômicos, quanto de gênero, territorial, entre castas, etc. O crescimento concentrado a uma pequena elite de poucas famílias e negócios também se estendeu no máximo a uma pequena parcela da classe média urbana. (Barbosa et al., 2015)

A drástica reestruturação neoliberal da economia indiana desde 1991 produziu a explosão da alta tecnologia e uma bolha no mercado de ações: “o PIB cresceu a 6% na década de 1990 enquanto a capitalização da Bolsa de Valores de Mumbai quase dobrou a cada ano – e um dos resultados foi 1 milhão de novos milionários, muitos dos quais engenheiros e especialistas em computadores indianos que voltaram de SunnyVale e Redmond, nos Estados Unidos. No entanto, foi menos divulgado o crescimento acessório da pobreza: a Índia ganhou mais 56 milhões de pobres durante o boom” (Davis, 2006)

O impacto da crise econômica mundial em 2008 foi importante, porém, foi um dos países que se reestabeleceu mais rápido. Após a crise, entretanto, as empresas investiram cada vez mais em estratégias intensivas em tecnologia e na subcontratação para firmas menores (Unni, 2004; 2011).

Os governos indianos têm negligenciado a importância da execução de reformas trabalhistas, ao contrário, têm flexibilizado ainda mais as regras para atrair capital estrangeiro e reduzir custos do trabalho. Nesse sentido, os últimos anos demonstram que a Índia tende a proteger aqueles que já estão dentro do setor organizado em detrimento da imensa maioria do setor não-organizado (Barbosa et al., 2015).

A natureza do crescimento econômico na Índia está na dependência do investimento privado em setores intensivos em capital com

exigência de alta qualificação (tecnologia da informação, por exemplo). Por esse motivo, políticas afirmativas são particularmente importantes na Índia, mas não têm resultado em mudanças substanciais.

A economia informal é quase a totalidade das ocupações no país: 93% (Chen, 2014). Nesse sentido o mercado de trabalho formal na Índia é ínfimo, *uma verdadeira exceção* (grifo meu). Apesar da literatura acadêmica adotar o setor não-organizado como sinônimo de informal, Mishra (2015), na tabela abaixo faz uma ligeira distinção entre a diferença do binômio formal/informal segundo escala das unidades econômicas adotado pela OIT; e o binômio organizado (*organized sector*)/ não-organizado (*non-organized sector*), segundo o parâmetro organização-representação utilizado na Índia. Setor não-organizado na Índia tem a seguinte definição: porção da força de trabalho que não foi capaz de se organizar para perseguir um objetivo comum devido às limitações: 1) da própria natureza temporária do trabalho; 2) ignorância ou analfabetismo; 3) natureza dispersa dos estabelecimentos; 4) poder de supervisão do contratante operando junto ou em combinação ao próprio trabalhador (Mishra, 2015). A tabela abaixo demonstra estas diferenças na proporção entre formal/informal e organizado/não-organizado:

setor	Entre 2011-2012		
	organizado	não-organizado	total
Formal	45,4%	0,4%	8,1%
Informal	54,6%	99,6%	91,9%
total	17,3%	82,7%	100%

Fonte: Confederação das Indústrias Indianas, em Mishra (2015)

Segundo a Pesquisa Nacional da Força de Trabalho da Índia, 52% do setor informal estão nas ocupações rurais, mas contribui com 50% do Produto Interno Líquido (*Net Domestic Product*-NDP). As relações de trabalho, quando elas existem, são baseadas predominantemente em ocupações temporárias, através de relações de confiança, pessoais e sociais, bem como não predominam arranjos contratuais e garantias formais (Mishra, 2015).

A partir de 2009 houve uma inversão na divisão de gênero no trabalho informal, captado por Chen (2014). Quatro grupos de ocupações informais - trabalhadores domiciliares, ambulantes, domésticos e catadores- representavam juntos 33% de todos os empregos urbanos em 2009-2010. Para Chen (2014), nestes grupos, entre 2004-2005 as mu-

Iheres eram três vezes em maior número que os homens. Em 2009-2010 os números se inverteram: os homens representavam 1,5 vez mais que as mulheres.

A segregação no mercado de trabalho indiano é ainda mais aguda porque além das questões de gênero, sobrepõe hierarquias de casta, etnia e religião (Unni, 2008). Ao contrário do Brasil, a Índia nos últimos anos focou, sobretudo, em programas de combate às injustiças do sistema de castas, que não foi suficientemente abrangente (Cacciamali, 2014). O sistema de castas é baseado no princípio que cada casta tem uma ocupação fixada hereditariamente pelo nascimento, resultando em um padrão bem definido de inclusão e exclusão no acesso à educação, mercado de trabalho, terra, moradia, serviços públicos, etc. (Barbosa et al., 2015).

Ações afirmativas nos últimos trinta anos pouco alteraram este cenário de discriminação. Trabalhadora(e)s das duas castas reguladas ainda estão concentrados nas ocupações menos qualificadas. Apesar da classe média ser proporcionalmente pequena em relação à elite e à imensa maioria da população pobre, é o principal obstáculo para as reformas redistributivas (Barbosa et al., 2015).

A discriminação e a segregação no mercado de trabalho na Índia acontecem antes do trabalhador entrar e dentro do emprego. Em relação aos rendimentos, a diferença entre os trabalhadores do setor organizado das castas superiores e das castas reguladas (*scheduled castes*) e tribos reguladas (*scheduled tribes*), a taxa é de 1,7, ou seja, quase o dobro. Existem mais trabalhadores destas duas castas reguladas no trabalho temporário e em ocupações que exigem menor qualificação.

A discriminação na Índia é refletida também na segmentação do mercado de trabalho: 26% dos trabalhadores das castas superiores estão no setor organizado, enquanto 15% das *scheduled castes* e 9% das *scheduled tribes* (Barbosa et al., 2015). *Dalits*, integrantes da *scheduled castes*, são encontrados entre ocupações do setor não-organizado: comerciantes, homens de negócio, empreendedores, que compõem um grupo significativo nas áreas urbanas (Barbosa et al., 2015).

No caso da Índia, um país multiétnico e multirreligioso, os muçulmanos e integrantes de tribos nativas além de sofrerem discriminação são também vítimas de violência. Somente 20% das mulheres muçulmanas trabalham e se o fazem, são em trabalhos domésticos ou informais pouco remunerados. Esses trabalhadores de origem muçulmana, classificados como outras castas de retaguarda (*other backward castes*-OBC), também sofrem discriminação, apesar de terem uma importante participação no setor da manufatura e comércio, sobretudo nas cidades (Sharma et al., 2013).

A discriminação de gênero no mercado de trabalho é alta e persistente nos últimos anos. É ainda mais intensa nas áreas rurais em

relação às urbanas. Em 2011-2012, o rendimento diário das mulheres eram apenas 63% em relação aos homens para trabalhadores regulares e 70% para trabalhadores temporários (*casual labor*), enquanto este índice é entre 62% a 80% nas áreas urbanas (Barbosa et al., 2015).

Paradoxalmente, a Índia tem um dos menores índices de participação das mulheres na força de trabalho em uma comparação internacional e a tendência de baixa ainda se mantém ao longo do tempo apesar do rápido crescimento econômico, ligeiro crescimento dos níveis educacionais como um todo e decréscimo da taxa de fertilidade. Diversas razões poderiam explicar: subdimensionamento da atividade das mulheres (desenvolvidas no domicílio ou não), normas sociais ou religiosas que negam ou restringem acesso à terra, crédito, educação e treinamento. Além disso, o trabalho reprodutivo está associado à família e à mulher, não pelo Estado, mercado ou redes sociais, bem como não há divisão igualitária entre homens e mulheres. A participação das mulheres na Índia em ocupações vulneráveis, composta por trabalhadoras por conta-própria e trabalhadoras familiares é muito superior aos homens: 85% mulheres, em detrimento de 79% dos homens (Barbosa et al., 2015).

Entre 2004-2005, 40% a 50% das meninas em áreas rurais e urbanas, respectivamente, estavam engajadas nas tarefas domésticas e do cuidado dos irmãos. Este aspecto definitivamente inibe o acesso ou permanência no sistema formal de educação que, conseqüentemente, produz efeitos sobre o trabalho: 94% das mulheres na Índia estavam na economia informal em 2009-2010. (Gangopadhyay, 2014).

A população total indiana é de 1,2 bilhão de pessoas, sendo que 32% é urbana em 2014. A relação entre acesso à educação e acesso à terra também estão incluídos no sistema de castas, na medida em que os integrantes das castas superiores ocupam as hierarquias superiores de classe rurais e estas se reproduzem nas áreas urbanas. A maioria das *scheduled castes* e *scheduled tribes* não têm terra ou estão segregados nas áreas montanhosas, isoladas, secas e inapropriadas para atividades rurais e urbanas. A localização das propriedades coincide com a qualidade da educação, ou seja, quanto mais segregados ou afastados das terras melhor localizadas e infraestruturadas, pior o acesso à educação de qualidade (Barbosa et al., 2015).

Apesar da segregação no mercado de trabalho existir tanto no rural e no urbano, a discriminação contra mulheres é maior no rural e regionalmente acontece de forma mais intensa no norte do país que no sul. A diferença na escolaridade entre homens e mulheres é de quatro pontos em Kerala (sul) e 20 na região central da Índia (Barbosa et al., 2015).

Além do padrão fundiário excludente (sistema *zamyndari*), as cidades indianas têm sofrido pressão das instituições ligadas à elite

(ONGs, associações de moradores, etc.) para remover as manifestações de pobreza e informalidade nas ruas. (Chen, 2014)

ÁFRICA DO SUL: SEGREGAÇÃO NA SINUCA DE BICO DO MUNDO

A África do Sul passou por profundas transformações no processo de transição democrática pós-apartheid a partir de 1994, com a expectativa de inclusão da grande maioria negra até então privada de direitos.

Historicamente, o acesso às oportunidades de emprego era baseado em um sistema hierárquico dividido entre quatro categorias raciais (brancos, *coloured*¹², indianos e negros), que beneficiava os brancos. As demais raças sofriam restrições que diziam respeito ao acesso à capacitação para certas profissões, ao direito de abrir e estabelecer negócios, bem como do tipo de mercadoria que poderia ser vendida. As maiores restrições eram direcionadas à imensa população negra, chegando até a proibição de assumir diversas profissões, canalizando a grande maioria dessa população na informalidade (Alcântara et al., 2013).

Além de serem segregados do mercado formal de trabalho, os negros durante todo o regime do *apartheid*, não tinham respaldo na lei ou proteção do Estado para garantir seu sustento: os trabalhadores informais eram duramente reprimidos e tinham de fugir constantemente da fiscalização. No final da década de 1980, o governo federal reconheceu a importância da informalidade na economia nacional e estabeleceu diretrizes para que os governos locais construíssem políticas para a temática. Em 1991, foi criada a lei nacional *Business Act* que, pela primeira vez, reconhecia o trabalho informal como uma atividade legítima e coibia os governos locais de adotarem medidas restritivas. Na transição política e com a adoção da Constituição Federal de 1996, os governos locais deveriam promover o desenvolvimento econômico na perspectiva do suporte às pequenas unidades econômicas (Alcântara et al., 2013)

O país pós-apartheid desde 1994, portanto, ainda precisa enfrentar um desafio triplo ainda inacabado: transição econômica (política externa, divisão internacional do trabalho; racial (desafio da equidade na cidadania) e política (regime

12 *Coloured* na África do Sul era a denominação para o equivalente a mestiços ou pardos no Brasil. The Economist Magazine 2012 "Race in South Africa: still na issue" em: <<http://www.economist.com/node/21546062>>

democrático e remoção das estruturas do *apartheid*) (Webster e Fakier, 2010).

Apesar da África do Sul ter consolidado seu posto de liderança regional no continente africano e adotado o multilateralismo na política externa, tem uma posição ambivalente em relação aos seus vizinhos no continente africano do ponto de vista da cooperação comercial. Essa contestação foi levantada na Cúpula de Durban ocorrida em 2010 pelo fato da África do Sul representar uma porta de entrada para investimentos estrangeiros no continente, incentivaria a competição entre países vizinhos e reabriria espaço para um movimento de natureza “imperialista” e fragmentadora do continente (Brics Policy Center, 2013a).

Esse fato é especialmente preocupante porque a literatura sobre trabalho informal tem apresentado a questão da imigração diretamente relacionada à informalidade no trabalho urbano, uma vez que é grande a parcela de estrangeiros em ocupações informais na África do Sul. Em se tratando de um mercado de trabalho já segregador com os negros, os estrangeiros dos países africanos sofreriam uma dupla segregação (Pere, 2006). Nesse sentido, a questão da segregação entre seus cidadãos e destes com os estrangeiros é um dos grandes entraves e constrangimentos que a África do Sul precisa enfrentar.

Apesar da economia sul-africana ter crescido 5% entre 2001 a 2007, foi abalada imensamente pela crise, com aumento da taxa de desemprego, de 30% em 2009 a 33,2% em 2011 (Bhorat et al., 2013). A participação do setor de serviços no PIB vem crescendo, enquanto cai discretamente o peso do setor industrial. Dentro da indústria manufatureira, os setores que registraram maior crescimento foram aqueles intensivos em capital (automóveis, equipamentos de transporte e químicos, papel, carvão, etc.). Setores industriais intensivos em trabalho registraram desempenho abaixo da média da indústria, contribuindo para a alta da taxa do desemprego. (Brics Policy Center, 2013b)

A própria constituição do mercado de trabalho sul-africano foi marcada pela segregação simultaneamente no mercado de trabalho e na terra. Segundo Webster e Fakier (2010), a industrialização do país se deu concomitantemente à despossessão das terras rurais para formação de uma força de trabalho urbana e industrial que nunca chegou integralmente se constituir. Segundo os autores, esse processo foi caracterizado

como uma *desposseção racial* (grifo meu) porque os negros africanos foram privados de terra através de sucessivas políticas de corte racial territoriais e trabalhistas nos governos coloniais e durante o *apartheid*.

Como o proletariado industrial não chegou a integrar toda a população negra que já havia sistemática e compulsoriamente perdido suas terras, acabaram formando uma massa de trabalhadores excedente nas cidades “supérfluos e descartáveis, nas margens do capitalismo” (Webster e Fakier, 2010).

A segmentação e segregação no mercado de trabalho e na terra é ainda muito marcada, devido à combinação entre concentração da riqueza e da propriedade: os brancos ainda têm os empregos com as melhores remunerações e relação trabalho formal-moradia-infraestrutura urbana favorável. Os negros, segregados nas *townships* e *homelands*, ainda estão nas ocupações informais precárias, cuja geração de renda é ainda para subsistência. 30% a 50% dos domicílios em Durban e Johannesburgo estão engajados em alguma forma de ocupação informal (Barbosa, 2009).

A população total sul-africana é de 49,3 milhões de pessoas, sendo que 65% é urbana. 32,7% dos trabalhadores urbanos estão em empregos informais. Desse índice, 36,8% eram mulheres e 29,5% eram homens em 2009. (OIT, 2012)

Entretanto, para Yu (2010) a informalidade na África do Sul tem sido subdimensionada em razão da pesquisa sobre o mercado de trabalho (1995-2007) considerar apenas as firmas e não os trabalhadores por conta-própria. Com a nova metodologia, a informalidade resultou em 66,9% em 2009. (Yu, 2010) A recente Pesquisa da Força de Trabalho Quadrimestral de 2009 ilustrou essa segmentação: 7,5 milhões estariam como empregados no setor formal, representando 44% da população economicamente ativa (PEA); 2,4 milhões como subcontratados temporários domiciliares, 14% da PEA; 2,1 milhões no trabalho por conta-própria, 12% da PEA; e 5 milhões de desempregados, 29% da PEA (Webster e Fakier, 2010).

Dois grupos que mais sofreram com a última crise, são ainda os mais afetados pelo desemprego e a pobreza: os negros e as mulheres. São os negros que representavam, em 2005, 25,2% da pobreza, enquanto apenas 0,1% de brancos eram pobres. (Bhorat et al., 2013). Em relação ao recorte de gênero, 60% da(o)s trabalhadores na venda informal urbana eram mulhe-

res, segundo a Pesquisa Quadrimestral da Força de Trabalho em 2009 (Skinner, 2009)

Apesar da constituição de um sistema de seguridade social ter sido fundamental para prover renda ao enorme contingente de trabalhadores atingidos pela crise de 2008, este deixou desprotegidos justamente os trabalhadores mais vulneráveis, os trabalhadores informais (Bhorat et al., 2013). O Fundo de Seguridade do Desemprego (UIF) não contemplou a considerável parcela de trabalhadores subcontratados e por conta-própria, cujos integrantes predominam negros e mulheres. Não foi encontrada na literatura, metodologia das pesquisas sobre o mercado de trabalho que computasse o trabalho doméstico.

DIFERENTES ASPECTOS DE INFORMALIDADE SUBORDINADA E AUTONOMIA DESARTICULADA NAS TRÊS CIDADES A PARTIR DA PERSPECTIVA DE GÊNERO

METODOLOGIA DE PESQUISA

Durante os oito meses de pesquisa, esta perseguiu os objetivos planejados: articular os três temas em três cidades em pouquíssimo tempo. Apesar de pesquisar trabalho informal a partir, sobretudo, da análise territorial; a questão de gênero, aplicada ainda em dois outros contextos urbanos – Mumbai e Durban, colocava desafios que ainda não tinham sido trabalhados.

A pesquisa então ficava em uma encruzilhada: a variável gênero teria que ser colocada com muito cuidado, uma vez que as condições das mulheres nos três países guardam muitas diferenças. Por esse motivo, mesmo com trajetória acadêmica e militância política na cidade de São Paulo com os temas escolhidos - informalidade e espaço urbano, o mesmo olhar analítico e crítico não poderia ser aplicado automaticamente nas cidades indiana e africana. Outro grande desafio era partir novamente para o levantamento de campo na cidade de São Paulo para captar novas complexidades e ambivalências que ilustrariam a hipótese de subordinação e autonomia. Entretanto, o novo item – resistência, é uma referência às lutas populares que tenho participado em São Paulo e acompanhado na África do Sul (2006) e Índia (2015).

Com a intensificação dos esforços durante esses oito meses na busca de resultados, é possível dizer que a pesquisa tem pelo menos três conquistas e uma frustração, que relato no item seguinte.

Entre as conquistas, três circunstâncias muito favoráveis aos temas da pesquisa foram decisivas para os conteúdos apresentados neste artigo:

a primeira, meu orientador no Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de São Paulo (IEB-USP) no âmbito do pós-doutorado iniciado em 2014, Alexandre de Freitas Barbosa; e a minha co-orientadora, Maria Cristina Cacciamali, no âmbito desta pesquisa financiada pela CLACSO, estavam em fase de finalização do último relatório de uma pesquisa de dois anos, financiado pelo *International Development Research Centre* (IDRC), através da parceria entre a Faculdade de Economia e Administração da Universidade de São Paulo (FEA-USP), o Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (CEBRAP) e o *Institute for Human Development* na Índia, sobre Sul Dinâmico, Desenvolvimento Econômico e Crescimento Inclusivo, a partir da comparação inicial entre Brasil, Índia, África do Sul e China, que terminou com relatório final sobre Brasil e Índia em 2015. Os resultados obtidos foram apresentados com os parceiros internacionais da Índia e África do Sul em Nova Délhi, no dia 17 de Fevereiro de 2015 na Universidade Jawaharlal Nehru. Tive a oportunidade de participar não só da última etapa de discussões da equipe brasileira entre os meses de Dezembro a Janeiro, quanto participar do seminário na Índia. Grande parte dos resultados estão apresentados neste artigo, sobretudo no item Mercado de trabalho nos três países. (Barbosa et.al., 2015).

A segunda conquista foi ter sido convidada pela organização feminista na qual sou membro, WIEGO¹³, a participar de dois grandes simpósios-assembleias sobre informalidade. A WIEGO é uma rede híbrida que reúne associações e sindicatos de quatro categorias¹⁴ de trabalhadoras informais, pesquisadores acadêmicos, instituições e ONGs de países dos cinco continentes.

O primeiro simpósio-assembleia foi geral - The 6th WIEGO *Global Assembly*, ocorrido entre os dias 11-13 de Novembro de 2014 em Yogyakarta na Indonésia. O segundo, setorial sobre trabalho domiciliar, foi o 1º WIEGO/*Homenet Global Conference on Home-based workers*, entre os dias 8-11 de Fevereiro de 2015 em Nova Délhi na Índia. Em ambos encontros pude ter contato pessoal com as trabalhadoras ambulantes e domiciliares da Índia e África, bem como com acadêmicos que me orientaram sobre referências bibliográficas importantes e úteis para esta pesquisa. Além disso, apesar de não ter programado entre os objetivos da pesquisa, pude conhecer a cidade de Mumbai e entrevistar um grupo de trabalhadoras informais: 1 ambulante e 5 trabalhadoras domiciliares, integrantes de um sindicato que recebe suporte ONG LEARN¹⁵, vinculada à WIEGO.

13 *Women in Informal Employment Globalizing and Organizing*

14 Trabalhadoras ambulantes, domiciliares, domésticos e catadores de resíduos.

15 Labor Education and Research Network

A terceira conquista foi ter participado de um relatório encomendado por WIEGO sobre trabalho domiciliar para subsidiar o encontro setorial de Fevereiro de 2015 em Nova Délhi; bem como iniciar um processo de consolidação de uma rede brasileira e latino-americana de trabalhadoras domiciliares. O relatório teve o objetivo de fazer o levantamento de políticas públicas e redes de suporte e diálogo social no Brasil e na Região Metropolitana de São Paulo (RMSP). Os resultados obtidos para este relatório iniciado, entre Agosto e Dezembro de 2014, estão apresentados em parte neste artigo (Itikawa et al, 2014).

A única frustração desta pesquisa foi não ter conseguido realizar as duas reuniões com grupos focais de cada categoria, ambulantes e domiciliares, conforme foi almejado no projeto de pesquisa. Entretanto, a abrangência territorial das entrevistas individuais foi alcançada: foram entrevistadas em profundidade 10 trabalhadoras nas periferias da região norte, leste, oeste, sul e o centro do município de São Paulo.

Este artigo apresenta uma diferença significativa nos conceitos apresentados em relação ao anterior. Se antes a hipótese era apenas de uma ambivalência entre autonomia e subordinação, ou entre conquistas, permanências de dominação ou retrocessos; neste artigo, malgrado os avanços e recuos das mulheres, elas ainda estão em nítida posição de desvantagem – seja na subordinação nas relações de trabalho e territoriais, quanto no isolamento e desarticulação no trabalho autônomo para sobrevivência.

Por essa razão, a opção pela inclusão do tema Resistência, no título e objeto de reflexão deste artigo, é estratégico para apontar um movimento das mulheres, seja efetivo ou não, tanto para impulsionar e agregar forças, quanto na perspectiva de dar visibilidade e reposicionar os conflitos que mantêm sistematicamente subordinação e desarticulação. Para isso, são enunciados exemplos de lutas populares nas três metrópoles.

A seguir, primeiro são apresentados dentro do contexto metropolitano, processos similares de urbanização periférica, a partir dos três conceitos desenvolvidos anteriormente: baixa qualidade urbanística, falta de segurança na posse e mobilidade urbana precária. Em seguida, são mostrados exemplos que mostram as condições ambivalentes de subordinação na informalidade, desarticulação na autonomia e diferentes táticas e estratégias de resistência.

Apesar das três metrópoles conterem contradições e polarizações típicas dos países do capitalismo periférico, o lugar que cada uma delas ocupa na economia nacional, regional e internacional são singulares, segundo o continente onde se situam. Nesse sentido, a aposta em uma imagem (subtítulo) para cada delas, apesar de não esgotar as complexidades, pode ser sugestiva à luz dos aspectos que serão desenvolvidos ao longo das respectivas narrativas.

Em segundo lugar, os exemplos mostrados de trabalho domiciliar e ambulante nas três cidades estão sempre na perspectiva de gênero, tanto do ponto de vista da divisão sexual do trabalho, quanto das formas de representação e voz. Em cada uma delas, o binômio autonomia/subordinação é desafiado por iniciativas coletivas de resistência, seja na forma de movimentos das próprias trabalhadoras, quanto articulados a organizações e instituições que lhes dão apoio, com respectivos avanços, estagnações e retrocessos.

O aspecto estruturante nos três países de exclusão e segregação, seja pela força do mercado quanto da própria atuação do Estado, dá margem à presença de uma série de diferentes iniciativas com protagonismo ou não das trabalhadoras informais, na resistência aos processos de remoção, deslocamento, precarização do trabalho, discriminação por casta ou gênero.

Não é objetivo deste artigo fazer uma relação na íntegra nas três metrópoles de ONGs ou entidades que orbitam os trabalhadores, entretanto, alguns exemplos mostram diferentes geometrias de articulações de forças, bem como contradições no processo com a replicação de relações de subordinação e manutenção de dependência.

Apesar do projeto de pesquisa prever levantamento de campo apenas em São Paulo, foi possível fazer uma entrevista coletiva com o grupo de 6 trabalhadoras ambulantes e domiciliares na favela de Dharavi em Mumbai, porém sem a utilização do mesmo questionário utilizado em São Paulo. Os detalhes das questões e dos dados colhidos estão desenvolvidos na seção específica sobre Mumbai.

As entrevistas individuais em São Paulo com as 10 trabalhadoras - entre ambulantes e domiciliares, se deram com a aplicação de um questionário qualitativo com questões do tripé gênero-trabalho informal-espço urbano. Além disso, foi acrescentado um 4º item no questionário denominado “mercadorias políticas” para subsidiar a seção “subordinação nas redes de sociabilidade na periferia”.

Os recortes de gênero, temporal, setorial e espacial foram decididos anteriormente ao início da pesquisa em função do tempo reduzido de levantamento das informações e redação do relatório. Em relação ao recorte de gênero, foram escolhidas somente mulheres, ainda que a unidade econômica na qual elas atuam tenham integrantes homens.

Sobre o recorte temporal, grande parte dos dados apresentados sobre o mercado de trabalho neste relatório mostram o período dos últimos dez anos, que é representativo das mudanças nos índices de desemprego, informalidade e desigualdade. As entrevistas, por sua vez, foram realizadas entre novembro de 2014 e abril de 2015 e o período explorado do exercício delas como trabalhadoras foi entre 1995-2015.

O recorte setorial focou em duas categorias de trabalho informal:

apesar do número reduzido de trabalhadoras, foram entrevistadas 6 ambulantes e 4 domiciliares. Além disso, 5 trabalhadoras trabalham no setor têxtil, na cadeia da confecção do vestuário/acessórios e 5 trabalham no setor da alimentação.

Em relação ao recorte espacial, apesar dos dados sobre o mercado de trabalho estarem na escala da Região Metropolitana de São Paulo, as entrevistas foram realizadas com representantes da periferia de cada uma das quatro regiões do município de São Paulo: norte, sul, leste e oeste. O Centro do município também foi incluído uma vez que a precariedade das condições de moradia e trabalho: segurança na posse, acesso à infraestrutura e mobilidade urbanas reproduzem as condições da periferia.

Apesar do escopo ter definido duas trabalhadoras em cada uma das cinco regiões, a distribuição das entrevistas se deu da seguinte maneira: três da zona leste, no distrito de São Miguel Paulista (Solange, Maria Aparecida e Maria do Socorro); duas na região sul, no distrito do Jabaquara (Celina e Ceni); duas na região oeste, no distrito da Barra Funda (Mônica e Helena), uma na região norte, no distrito do Jaçanã (Maria Helena) e duas no centro, no distrito da República (Valdina e Edinalva).

O questionário foi semi-estruturado, ou seja, com perguntas fechadas e abertas, com a possibilidade das trabalhadoras agregarem livremente as informações cronológicas e de conteúdo que lhes eram pertinentes. O questionário foi dividido em quatro blocos: 1º bloco: questões de gênero na divisão sexual do trabalho produtivo e reprodutivo. 2º bloco: questões de gênero na organização, representação e voz; 3º bloco: questões de gênero no espaço urbano: trabalho e moradia (segurança na posse, infraestrutura e mobilidade urbanas; 4º bloco: mercadorias políticas.

Em relação ao primeiro bloco, as seguintes perguntas foram realizadas: 1) existem tarefas específicas destinadas diferentemente para mulheres e homens?; 2) Cargos de coordenação são escolhidos e como são ocupados por mulheres e homens?; 3) Que tipo de hierarquia se dá no local de trabalho e como são tomadas as decisões? 4) Os rendimentos são diferenciados por gênero para a mesma tarefa? Quais são os valores?

Em relação ao segundo bloco, eu pergunto se nas seguintes situações, algumas delas já ocorreu e como foi: 5) Já foi impedida de assumir como representante por ser mulher?; 6) Ocupa espaço de negociação das relações de trabalho na cadeia ou com Governo?; 7) Ao negociar com fornecedores, colegas de trabalho ou funcionários públicos, já sentiu discriminação por gênero?; 8) Já sofreu ameaça, intimidação, constrangimento por ter emitido opinião?; 9) Já repre-

enderam seu discurso ou forçaram mudança de roteiro ou opinião?; 10) Houve interrupção da sua fala não deixando concluir raciocínio?; 11) Já apropriaram da sua fala ou do seu discurso, ao assumir créditos do conteúdo?; 12) Já distorceram suas ideias por emitir opinião contrária?; 13) Em caso de denúncia por abuso ou violação de direitos, já abafaram a repercussão?; 14) Já sofreu discriminação por raça, etnia, religião ou qualquer outro fator?

Em relação ao terceiro bloco, as perguntas sobre moradia e trabalho são feitas separadamente, quanto a trabalhadora é ambulante; ou juntas se é domiciliar: 15) No período de 20 anos, quantas vezes mudou de residência/ local de trabalho?; 16) Durante os 20 anos, quais foram os lugares onde morou/ trabalhou? 17) Teve a titularidade da residência/ licença em que momentos e locais? O local tem acesso a infraestrutura?

Em relação ao último bloco de entrevistas, o item “mercadorias políticas”: 18) Como conseguiu a licença para trabalhar no espaço público?/Sem licença, quais são os expedientes para se manter no local de trabalho?; 19) Em caso de litígio devido a problemas administrativos, quem você acessa para resolver?; 20) Quais são as exigências em troca deste apoio? (fidelidade política, filiação partidária, voto, etc.); 21) Quais pessoas você precisa acessar para se manter no local de trabalho?

O reduzido número de entrevistadas não explica a informalidade nas ruas e domicílios na metrópole de São Paulo, mas são representativos da complexidade e heterogeneidade que esta atividade alcançou e, também, reveladores sobre os conflitos. As entrevistas demonstram nuances da informalidade subordinada e autonomia desarticulada.

SÃO PAULO: PLANALTO DE OPORTUNIDADES SELETIVAS E A INSUBORDINAÇÃO DAS PERIFERIAS

Apesar do processo de urbanização no Brasil ainda caracterizar-se pela organização espacial centro-periferia, pela desigualdade na distribuição de emprego, equipamentos públicos, infraestruturas, a Região Metropolitana de São Paulo (RMSP), entretanto, apresenta diferentes níveis de complexidade desse padrão. O primeiro aspecto, é que a RMSP é mais diversificada e crescentemente heterogênea. Nas duas últimas décadas, passou por intensas mudanças produtivas e econômicas: apesar do intenso crescimento do setor de comércio e serviços, ela não se desindustrializou, aparentemente superpôs as duas funções econômicas. (Marques, 2014).

São Paulo contém aspectos desfavoráveis do ponto de vista da relação moradia-trabalho. O Serviço Estadual de Análise de Dados (SEADE) conseguiu verificar no município e na região metropolitana de São Paulo que as relações territoriais reproduzem relações de autonomia e subordinação no que diz respeito ao binômio ofertas ocupacionais x local de moradia.

Do ponto de vista do trabalho, o SEADE conseguiu levantar, a partir dos dados do mercado de trabalho da Pesquisa Emprego e Desemprego (PED) de 2012, da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS)¹⁶ de 2011 e da Pesquisa Origem-Destino do Metrô de São Paulo de 2007 e verificou que o binômio ofertas ocupacionais- moradia, além de ser concentrado e desigual, produz um desequilíbrio nos deslocamentos pelo território.

Apesar da RMSP possuir municípios com intenso dinamismo do ponto de vista do vigor do setor terciário, o município de São Paulo ainda concentra riqueza e a maioria das ofertas ocupacionais: em 2012, 95,4% dos ocupados moradores da Capital trabalhavam no município, contra 94,8% em 2003, segundo a PED. A capital nesse período passou a reter ainda mais seus ocupados e a receber relativamente menos os ocupados residentes nos municípios da RMSP: em 2003 eram 27,2% e em 2012 foram 25,4%.

As maiores disparidades entre os locais de moradia e trabalho são intraurbanas: “enquanto as zonas Centro, Oeste e Sul1 concentram grande parte dos empregos formais, em contraposição a uma menor proporção de moradores ocupados; as zonas Norte 2, Leste 2 e Sul2 apresentam situação diametralmente oposta, com maior proporção de moradores ocupados em relação aos empregos formais localizados nessas áreas”.

O retrato dessa pesquisa mostra o centro expandido (Centro) e o quadrante sudoeste (Sul1 e Oeste 1), em detrimento da periferia da zona norte (Norte 2), periferia sul (Sul 2) e periferia leste (Leste 2). O retrato dado pelo Censo de 2010, revela mais nuances da complementariedade e relações entre as regiões revela que o mercado ainda é a principal força indutora de localização tanto dos setores produtivos quanto do espaço habitável

Entre as teorias que explicam o aumento dos deslocamentos a partir do desequilíbrio de recursos entre as regiões estão: a urbanização dispersa que pode se dar em suas escalas: intrametropolitana e intraurbana (Reis Filho, 2006). Segundo Reis Filho (2006), a urbanização dispersa intrametropolitana acontece através da polarização entre áreas concentradoras de riqueza e recursos, em detrimento de regiões isoladas, dispersas ou vazias. Do ponto de vista intraurbano, a dispersão está no desequilíbrio dos deslocamentos. O estudo constatou que há predominância de homens, 60% entre aqueles que realizam movimento pendular na RMSP e em relação à escolaridade, 74,4% dos pendulares apresentam escolaridade até ensino médio.

¹⁶ RAIS pertence ao Ministério de Trabalho e Emprego. Essa base de dados da RAIS é da relação de vínculos empregatícios até 31 de Dezembro de 2011.

Para os trabalhadores domiciliares em São Paulo, morar e trabalhar no mesmo imóvel no Centro tem uma relação ambígua de custo-benefício: morar nas áreas centrais, ainda que em condições precárias – em ocupações ou cortiços, tem o benefício da proximidade com os polos de comércio popular. Essa vantagem possibilita um maior dinamismo na absorção da demanda e na canalização da produção domiciliar, bem como significa redução do tempo e valor do deslocamento. Entretanto, por outro lado, os valores de locação do espaço de trabalho-moradia são muito elevados, comprometendo a maior parte da renda familiar.

Para os trabalhadores domiciliares autônomos que vendem diretamente ao público são duplamente espoliados no preço da terra. Além do valor altíssimo do metro quadrado do espaço de produção no domicílio nas áreas centrais, ainda há o ônus dos locais onde é vendida a produção. Esta venda geralmente ocorre em galerias próximas às aglomerações de comércio popular. Conforme levantamento de campo com uma pequena amostra de trabalhadores domiciliares que atuam na região do Brás em 2012, o aluguel de boxes ou bancas nas galerias próximas à Feira da Madrugada custam R\$800,00/m² de aluguel, acrescido do valor de R\$ 800,00 de ‘luva’, que costuma ser parcelada em 12-18 meses (CGGDH, 2012).

Às violações do direito ao trabalho e de moradia adequada, somam problemas de saúde relacionados às precárias condições do espaço de trabalho: problemas de rinite alérgica associados à aspiração dos suprimentos da costura; lesões posturais, devido às jornadas extenuantes; tuberculose, devido à insalubridade das ocupações e cortiços. Além disso, as trabalhadoras relataram casos de violência contra a mulher e assédio moral, possivelmente devido ao adensamento e da condição multifamiliar a que as trabalhadoras estão sujeitas. (Rezera, 2012; Novaes, 2015, Rangel, 2013)

Se por um lado a(o)s trabalhadores domiciliares se veem cada vez mais vulneráveis às leis de mercado impostas, por outro, o Estado, nas ações de fiscalizações das oficinas para combater o trabalho escravo acabou por construir uma imagem atrelada a trabalhadores imigrantes, na sua maioria latinos. As ações do Estado, que tinham o intuito de salvaguardar os direitos trabalhistas e os direitos humanos acabou reforçando a criação de estereótipos sobre os trabalhadores latinos associados à escravidão, resultando no confinamento de muito deles nos seus domicílios e comunidades.

Pela intensificação nas ações fiscalizatórias e pelo preço da terra, os trabalhadores domiciliares imigrantes adotaram a estratégia de se deslocarem em direção à periferia, não só pela redução dos valores dos aluguéis, pelo afrouxamento nas exigências para locação (sem fiador

ou contrato de aluguel), quanto para fugir das ações do Estado. (Silva, C. 2014)

Segundo levantamento feito por Rezera (2012) com o banco de dados da Pastoral do Migrante com atendimento de 2191 trabalhadores, 35% dos trabalhadores estavam na zona norte, 33% na zona leste, 14% no Centro, 7% na zona oeste, 5% na zona sul, 5% em Guarulhos e 1% no ABC (RMSP). Com exceção do Centro, os bairros mencionados estão nas porções periféricas de cada zona, fora do Centro Expandido¹⁷.

A concepção de que a cidade é o conjunto de relações que agregam trabalho, moradia, lazer, saúde, educação, cultura, entre outros não aparece no relato da(o)s trabalhadora(e)s. No caso dos trabalhadores imigrantes, o usufruto dos espaços da cidade para lazer está circunscrito a alguns poucos locais onde tradicionalmente há concentração de pessoas da mesma etnia, segundo a trabalhadora entrevistada.

Sobre os trabalhadores ambulantes, em especial, por eles estarem mais visíveis ao trabalharem nos espaços públicos, é clara a vinculação entre a ação de expulsão e a valorização dos imóveis. No Largo da Concórdia, por exemplo, foram expulsos mais de 2 mil ambulantes. O metro quadrado do terreno no entorno do Largo após a remoção dos camelôs em 2006, subiu 422%, de R\$331,00 para R\$1.728,00 (CGGDH, 2012).

Desde 2009 a Prefeitura vem cassando licenças de ambulantes, até a proibição total em Maio de 2012. Desde então, espaços em galerias próximas à Feira da Madrugada aumentaram seus aluguéis e luvas. Valores do metro quadrado de alguns espaços chegam a ser superiores que muitos bairros ricos (CGGDH, 2012).

INFORMALIDADE SUBORDINADA

SUBORDINAÇÃO NAS RELAÇÕES DE TRABALHO

Foram entrevistadas quatro trabalhadoras domiciliares no levantamento de campo em São Paulo, mas apenas uma é subcontratada de uma loja de confecções. Das outras trabalhadoras, uma faz costura por conta-própria e recebem encomendas diretamente de clientes (pequenos concertos) e as outras duas fazem comida para revenderem para os consumidores.

A primeira trabalhadora, subcontratada de uma loja de roupas de um bairro de comércio popular da confecção, revelou na entrevista, algumas das contradições do binômio terra/trabalho que são representativas da ação do Estado, da pujança do setor têxtil e da exclusão da terra urbana. Embora sejam encontrados outros setores intensivos em trabalho informal domiciliar, como o da alimentação, por exemplo, o

¹⁷ Terminologia urbanística no município de São Paulo que agrega a região central mais os bairros do quadrante sudoeste, vetor de valorização imobiliária.

setor têxtil/confeção do vestuário é aquele com representativa incidência de informalidade, conforme vemos a seguir. Antes de entrar em detalhes sobre os aspectos relatados em entrevista de campo, é importante contextualizar sobre o setor têxtil e a informalidade subordinada na RMSP.

A indústria da confecção/vestuário, como parte da indústria de transformação, concentrou-se fortemente na Região Metropolitana de São Paulo, chegando a responder por mais de 40% do valor de transformação industrial deste segmento em 1970. Desde então, é possível verificar um processo de relativa desconcentração regional em razão das deseconomias urbanas e da guerra fiscal entre estados e municípios.

O setor têxtil e de confecções possui grande destaque na economia nacional: em 2009 participou com 5,4% do PIB nacional. Em 2010, 97% do faturamento do setor têxtil, segundo a ABIT vieram das vendas para o mercado interno. A RMSP destaca-se por sediar mais de 65% das empresas do país, além de responder por 68% do pessoal ocupado no setor paulista. Entre 1981 a 2000 a RMSP teve uma queda de 44,4% de empregos formais, passando de 180 mil para 80 mil. Existe a estimativa de cerca de 200 mil trabalhadores informais neste setor. (Rezera, 2012)

A pujança deste setor mostra ainda que há uma clara ênfase em privilegiar economicamente alguns estágios da cadeia, onde ficam represados a quase totalidade dos recursos movimentados, em detrimento da ponta, onde é realizado o trabalho informal precário (Silva, C. 2014).

A imposição do regime das encomendas na subcontratação se caracteriza pela assimetria decisória sobre a produção. A(o) trabalhadora(o) é sempre avisado com poucas semanas ou dias de antecedência. Alguns dados são emblemáticos desta assimetria decisória: três exemplos são representativos das diferenças nas dinâmicas de subcontratação: a primeira, uma pequena empresa do vestuário; a segunda, uma grande multinacional da confecção; a terceira, um órgão público.

O primeiro exemplo é de uma loja do vestuário de pequeno porte. Esta loja estipula o preço da peça, entrega os tecidos cortados e a peça piloto para ser copiada nas peças a serem entregues. O valor da peça é R\$1,00 por trabalhador e o dono da oficina, R\$3,80 por peça¹⁸. A loja ainda cobrava multas caso não fossem costuradas as etiquetas (10% de desconto) ou se apresentassem defeitos (20% desconto). Os trabalhadores eram imigrantes latinos em São Paulo e recebiam R\$350,00/mês, ou seja, metade do salário mínimo. Apenas o dono da oficina tinha sua cidadania regularizada.

O segundo exemplo envolve a multinacional de confecções Zara.

¹⁸ Repórter Brasil 2011 "Trabalho Escravo abastece produção da marca Talita Kume" em: <<http://www.reporterbrasil.org.br/pacto/noticias/view/415>>

Tive a oportunidade de acompanhar pessoalmente, como coordenadora de um projeto sobre informalidade entre os anos 2011-2013, o caso de uma trabalhadora que foi resgatada e o trabalho tipificado como análogo à escravidão. Além do regime de trabalho reproduzir toda a precariedade definida como tal: servidão por dívida, jornadas extenuantes, cerceamento da liberdade, etc., o que chama a atenção é o grau de controle e subordinação do contratante em relação à oficina de costura: um representante da empresa intermediária passava até o final de semana e as últimas madrugadas acompanhando o trabalho dentro da oficina para assegurar que as roupas seriam entregues. (CGGDH, 2012). Enquanto empresas pequenas de confecção costumam empregar oficinas de costura diretamente, grandes redes de varejo como a Zara, por exemplo, têm suas cadeias fragmentadas em vários níveis.

Rangel (2013) levanta algumas hipóteses que explicariam as condições precárias: trabalhadora(e)s imigrantes latinos se submetem aos valores baixíssimos, devido à irregularidade na cidadania e às barreiras na língua; falta de informação sobre os direitos; concorrência com produtos chineses e indianos; monitoramento falho das empresas na cadeia, etc.

No caso desta trabalhadora, toda a dinâmica para a autuação e resgate do órgão federal responsável pela fiscalização do trabalho nesta oficina foi bastante controversa. Apesar da trabalhadora ter recebido todos os direitos trabalhistas nesta operação, ela ficou com todos os encargos de readaptação do ambiente de trabalho e depois ficou isolada do regime de encomendas, uma vez que ficou visada dentro das relações de trabalho.

Por trás das ações governamentais e da movimentação dos setores ligados às empresas e trabalhadores formais, uma das críticas mais contundentes dada pela própria trabalhadora domiciliar resgatada pelos auditores fiscais do trabalho, que trabalhava para a Zara, é a falta de representação da(o)s trabalhadora(e)s no planejamento dessas ações e no suporte a ela(e)s pós-fiscalização (CGGDH, 2012).

O terceiro exemplo, envolvendo um órgão público na subcontratação, mostra que esta estratégia de redução dos custos do trabalho é indiscriminadamente utilizada. As peças do vestuário tinham como destinação o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) para feitura de coletes dos recenseadores¹⁹.

Este episódio que envolve a subcontratação para um órgão público é revelador da superacumulação: uma empresa de confecção venceu o processo licitatório, cujo pregão eletrônico partiu do valor R\$52,34 e diminuiu para R\$18,70. Para produzir o lote de 51 mil coletes esta em-

¹⁹ Repórter Brasil 2010 “Escravidados produziram coletes de recenseadores” em <<http://reporterbrasil.org.br/2010/10/escravizados-produziram-coletes-de-recenseadores-do-ibge/>>

presa subcontratou uma firma não legalizada que foi contratada para receber R\$5,00 o colete. Esta, por sua vez, subcontratou uma oficina de trabalhadores bolivianos que receberia R\$1,80 pela peça, ou seja, 10 vezes menos.

Além da subordinação na cadeia, a subordinação nas relações de gênero é bem marcada. Rezera (2012), através dos relatos colhidos com trabalhadores imigrantes latino-americanos, também confirma a discriminação contra mulheres, de forma mais intensa sobre as solteiras na divisão sexual do trabalho: “O dono da oficina muito chato, ele fala ‘eu dou para você’, para seu filho a comida e você tem que agradecer por tudo isso, você tem que lavar os banheiros, a cozinha, a janela”. Para o dono da oficina “é só trabalhar, então elas ficam com o pensamento de trabalhar e trabalhar e a única diversão que tem é namorar. Sempre penso sobre isso daí, Os patrões não falam nisso (acesso ao médico), sempre falam que ‘ela é safada, que ela foi num hotel é porque ela é safada’. É muito machismo”.

Apesar do número reduzido de entrevistas realizadas com trabalhadoras domiciliares (seis), apenas uma está na cadeia de produção, segundo a denominação da PED do SEADE/DIEESE, como Empregada subcontratada autônoma para uma empresa. As demais trabalhadoras (cinco) são trabalhadoras independentes por conta-própria autônoma para o público.

Esta trabalhadora subcontratada trabalha em uma oficina como costureira e administradora. Ela também é liderança de um dos vários movimentos de moradia do centro e coordena pelo menos três ocupações²⁰ do movimento na região central. A oficina de costura fica em uma das ocupações e os onze trabalhadora(e)s onde existe uma sala separada só para a costura no prédio onde há algumas dezenas de moradores. A trabalhadora disse que registrou formalmente a oficina como microempresa para evitar as fiscalizações dos auditores governamentais do trabalho. A oficina é composta por sete mulheres e quatro homens, entre 40 a 50 anos, sendo três imigrantes latinos.

Estar em uma ocupação significa não ter o título de propriedade do imóvel, uma vez que o movimento de moradia entende que ocupar é um ato político para reivindicar moradia social. Dessa forma, não precisam pagar aluguel. A iniciativa desta liderança do movimento social teve origem na necessidade de envolver os moradores, antes sem-teto, a terem não só o direito de moradia, como também da geração de renda, ainda que nos dois casos, na informalidade. Esta oficina de costura é parte de outras três iniciativas de geração de renda na mesma

20 Imóvel antes vazio e abandonado, ocupado para moradia por sem-teto para reivindicar habitação social

ocupação: uma padaria artesanal, uma oficina de artesanato e uma horta comunitária. A oficina recebeu suporte financeiro para compra de equipamentos do governo do Estado de São Paulo.

A jornada de trabalho nesta oficina segue as regras da legislação trabalhista – 44 horas semanais. Pelo fato de estarem em uma ocupação, o valor da terra não incide no produto final: esse é um fator determinante para o custo total do negócio e certamente influi, por exemplo, para o custo do trabalho ser integralmente coberto. Os trabalhadores recebem salário definido pelo sindicato da categoria (costureiros R\$1.017,00), bem como os demais benefícios trabalhistas (férias, 13º, vale refeição, transporte, previdência social, etc.). Dos onze trabalhadores da oficina de costura, apenas dois não são moradores da ocupação: um trabalhador e a trabalhadora entrevistada, que conseguiu sua casa devido à luta no movimento de moradia.

Em relação ao primeiro bloco de perguntas que tratam da divisão sexual do trabalho informal no domicílio, existe uma divisão interna de trabalho na oficina que são três mulheres brasileiras que se revezam no trabalho administrativo e da costura; os outros oito trabalhadora(s) ficam só na costura. A hierarquia, nesse caso, não é de gênero e sim étnica: a administradora principal é uma mulher negra brasileira, assim como as outras duas que dividem tarefas administrativas e o trabalho na produção é dividido entre mulheres e homens brasileiros e latinos. Há uma posição intermediária que coloca um homem latino acima das costureiras: ele acumula a função de fazer a modelagem, conferir e separar as peças. Os valores na produção e administração não são diferenciados. As decisões são tomadas única e exclusivamente pela trabalhadora mulher entrevistada, que é liderança do movimento de moradia e coordena as ocupações nos prédios.

Em relação ao primeiro bloco de perguntas que tratam da subordinação e discriminação de gênero na representatividade, a trabalhadora exerce a liderança e ocupa espaços de interlocução e representatividade do movimento dos sem-teto e não dos trabalhadora(e)s domiciliares.

O movimento de reivindicação de moradia pelos sem-teto tem origem nas frentes pró-reforma da década de 1960, se intensificou largamente nas décadas de 1970 e 1980 e na década de 1990 se articulou nacionalmente, bem como se capilarizou de forma descentralizada pelo território no município de São Paulo, especialmente no centro de São Paulo, onde as lutas pela reforma urbana têm mais visibilidade.

Essa liderança mulher disputa espaço com outras lideranças homens e, segundo ela, é preciso “matar um leão por dia” para continuar sendo liderança, especialmente mulher, porque as tentativas de deslegitimação pelos homens são frequentes. Adiante, nos itens Redes

de sociabilidade na periferia e Autonomia desarticulada, desenvolvendo mais a subordinação política e a disputa por legitimidade com recorte de gênero.

Em relação ao terceiro bloco, sobre moradia e trabalho, apesar das trabalhadoras ambulante e domiciliar do centro terem segurança na posse no seu imóvel durante os últimos dez anos, após intensa luta política nas escalas federal e municipal, relatam que essa não é a realidade dos sem-teto que moram nas ocupações que elas coordenam.

SUBORDINAÇÃO NAS REDES DE SOCIABILIDADE NA PERIFERIA

Tanto a literatura sobre a informalidade, quanto as entrevistas relataram as relações de dependência entre a(o)s trabalhadora(e) e o acesso racionado e seletivo aos direitos sociais. A sociabilidade periférica, como foi desenvolvido anteriormente, transforma esta ponte para acesso aos recursos escassos em um mercado da cidadania com produtos políticos e consumidores/vendedores em um leilão na periferia.

Sendo trabalhadora(e)s domiciliares ou ambulantes, a informalidade dá margem a formas complexas de trocas e hierarquias de poder. A subordinação pode aparecer de diferentes formas: clientelismo, corrupção, assistencialismo, *advocacy*, este último, quando é feito sem a(o)s trabalhadora(e)s.

No caso do trabalho domiciliar, o isolamento da(o)s trabalhadora(e)s traz alguns agravantes nas formas de sociabilidade na periferia, uma vez que o confinamento no domicílio, ou no máximo em comunidades étnicas, limita os horizontes de percepção sobre os direitos, iniquidades, etc. Existe também o reforço da segregação territorial e étnica, que dá margem a preconceitos. O relato de uma trabalhadora é emblemático: “Sim, preconceito existe sim, as pessoas brasileiras, sempre que você está no ônibus, no metrô, eles sempre falam que somos escravos” (Rezera, 2012).

Existem várias entidades ligadas à Igreja em São Paulo que dão suporte a trabalhadora(e)s domiciliares, porém com recortes diferentes: seja a partir da temática da imigração, trabalho análogo à escravidão, direitos humanos, etc. As entidades religiosas²¹, ao mesmo tempo em que prestam assessoria jurídica, fazem mediação de conflitos entre subcontratados e contratantes, regularização da cidadania, dão curso de língua aos imigrantes, também promovem missas nos espaços de sociabilidade dos imigrantes²². Duas ONGs de direitos humanos tam-

21 Missão Paz: <http://www.missaospaz.org/>; Centro de apoio ao Migrante: <http://camimigrantes.com.br/>

22 Bolívia Cultural: “1º de maio, dia de luta, com missa acontece marcha do dia do trabalhador na Sé”. Disponível em: <http://www.boliviacultural.com.br/ver_noticias.php?id=2588>

bém atuam diretamente com trabalhadores domiciliares em São Paulo: Centro de Direitos Humanos e Cidadania do Imigrante (CDHIC) e Centro Gaspar Garcia de Direitos Humanos (CGGDH), que dão assessoria jurídica e fazem *advocacy* junto com a(o)s trabalhadora(e)s na questão regulatória da imigração e trabalho decente.

Para os ambulantes, por outro lado, ocupar o espaço público sem a licença para o exercício do comércio ou prestação de serviços exige do trabalhador de rua enfrentar ao menos duas situações: fugir da repressão diária, não rara com o uso da violência; ou então, negociar econômica ou politicamente a permanência no espaço público (Itikawa, 2007).

A licença, como “mercadoria rara”, passa a ser moeda de troca valiosa, negociada por meio de disputas onde o que vale é a influência política que tal sindicato, associação ou o próprio trabalhador tem em relação ao Poder Público. No caso do trabalho ambulante, negocia-se a licença como mercadoria política. A intermediação é feita não só por um parlamentar, mas também pelas lideranças dos próprios trabalhadores que, teoricamente, deveriam representá-los nos poucos canais de interlocução com o governo.

Além da(o) trabalhador(a) ser subordinada(o) aos agentes do Estado na legalidade ou ilegalidade, também é refém de lideranças que se tornam chefes dos territórios ao concentrarem as negociações com o Poder Público e estipularem regras arbitrárias sobre a(o)s demais moradora(e)s/trabalhadora(e)s (Itikawa, 2006).

Nesse sentido, a modificação dos atributos espaciais pelos trabalhadores informais não acontece somente como mercantilização da terra urbana (aluguel da licença, por exemplo), mas também na divisão do espaço, loteando-o segundo regras específicas de poder. Existe uma delimitação de áreas de influência por parte de lideranças de trabalhadores para a venda organizada, dentro de uma hierarquia específica de distribuição, comercialização e comunicação (Itikawa, 2006).

Outro aspecto é a corrupção como instrumento da *gestão da exceção*. Devido ao abismo do número irrisório de licenças, 1,4% em relação ao número total de trabalhadora(e)s, há um mercado ilegal para fazer *vista grossa* à ocupação clandestina do espaço público (grifo meu). Historicamente, o esquema de corrupção permanecia sucessivamente nas diferentes gestões e chegou a movimentar cerca de R\$1 milhão por mês em 2002 de arrecadação de propina de trabalhadores ambulantes pelos agentes fiscais no Centro de São Paulo. A soma não só impressiona pela dimensão dos recursos desviados, como pela consciência de que estes recursos poderiam ser investidos em benefício dos próprios trabalhadores. (Itikawa, 2007)

Há instituições que fazem *advocacy*, entendido como defesa de trabalhadora(s) ambulantes e domiciliares, nas instâncias do Executivo, Legislativo ou Judiciário. Entretanto, não é possível afirmar, na literatura encontrada, em primeiro lugar, se o conteúdo daquilo reivindicado é construído em processos junto com a(o)s trabalhadora(e)s; e, em segundo, se o alcance das transformações são pontuais ou universais. Entretanto, a perpetuação dos atores que orbitam a(o)s trabalhadora(e)s na informalidade demonstram que a *gestão da exceção* ainda tem sustentação.

Das dez trabalhadoras entrevistadas, apenas uma possui vínculo de subordinação no trabalho, ainda que ilegal. É o caso da trabalhadora do Centro que é subcontratada de uma loja de confecção. Se por um lado, a opção desta trabalhadora pela legalidade do registro como microempresa da oficina e pela contratação formal de costureira(o)s empregada(o)s não a deixou refém de extorsão ou clientelismo; por outro, a questão do trabalho domiciliar e suas lutas pela moradia não a isentaram de assédio político.

O movimento dos sem-teto, um dos vários no Centro de São Paulo da qual ela integra e é a principal liderança, ao se institucionalizar e se legalizar juridicamente, pôde pleitear, como figura jurídica, programas habitacionais federais e municipais. Por esse motivo, tem um status muito diferente dos ambulantes que têm licenças provisórias e precárias, ou seja, revogáveis unilateralmente pelo Poder Público.

Entretanto, isso não tornou o movimento isento de assédio por parte de legisladores para negociar mercadorias políticas. Hoje, mais de 100 mil pessoas estão cadastradas na fila por moradia no município e São Paulo, uma parte delas encaminhadas pelos movimentos dos sem-teto para um déficit habitacional em torno de 500 mil domicílios para uma população de 11 milhões de habitantes²³. A Prefeitura “trabalha para cumprir a meta de construção de 64.850 novas moradias até 2016”²⁴. Entretanto, entre 2013-2015, foram construídas apenas 4.017 unidades²⁵. As lideranças dos movimentos, pressionados por suas bases, pressionam os parlamentares para que exerçam pressão no executivo e estes, em troca, orbitam os movimentos durante as eleições.

23 G1 2015 “Prefeitura lança site de consulta para quem espera por moradia em São Paulo” em: <<http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2015/02/prefeitura-lanca-site-de-consulta-para-quem-espera-por-moradia-em-sp.html>>

24 Prefeitura de São Paulo 2015 “Programas Habitacionais” em: <<http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/habitacao/programas/index.php?p=141>>

25 Veja 2015 “Só 10% das habitações construídas por Haddad estão no Centro em: <<http://veja.abril.com.br/noticia/brasil/na-contramao-do-plano-diretor-haddad-constroi-so-10-das-habitacoes-no-centro/>>

As outras nove trabalhadoras, sendo seis ambulantes e três domiciliares, embora não tenham nenhum vínculo de subordinação do ponto de vista das relações de trabalho, estão submetidas também a diferentes tramas de mercadorias políticas.

As duas trabalhadoras da região sul - ambulante e domiciliar, que moram em favelas com insegurança na posse e acesso precário à infraestrutura urbana, ambas estão subordinadas aos movimentos de moradia dos sem-teto, com o ônus da cobrança por fidelidade a partidos políticos. Uma delas da zona sul em especial, a ambulante, é ainda submetida a outras duas camadas de subordinação, que são o chefe administrativo informal, coordenador de uma associação de bairro; e o chefe financeiro, dono do tráfico de drogas local. Para poder entrevistá-la e conversar com suas vizinhas, tive que ser guiada pelo bairro e a entrevista monitorada pelo chefe administrativo informal.

As três trabalhadoras ambulantes da zona leste entrevistadas têm uma ambivalência na autonomia/subordinação muito diferente. Embora as três não tenham vínculo de subordinação de trabalho porque são conta-própria, portam licença legalizada, tenham independência financeira devido aos rendimentos altos pela ótima localização do negócio e tenham casa-própria; por outro lado, têm subordinação de gênero. As duas primeiras, solteiras, apesar de conduzirem o negócio apenas com uma auxiliar parente, dependem das informações que as lideranças homens do bolsão²⁶ onde elas trabalham. Estes passam informações sobre as negociações com a subprefeitura sobre a regularização, negociação e pagamento das licenças, etc. Ambas ainda reclamaram da forma de tratamento com arrogância e desprezo por parte de policiais militares homens, que são responsáveis pela fiscalização.

A trajetória de pesquisa e militância entre 2000-2015 com esta categoria permite avaliar que entre os ambulantes são eleitas lideranças, na sua maioria, homens, que concentram as informações e decidem sobre o encaminhamento de algumas questões coletivas, seja de zeladoria da área, quanto da negociação com o poder público. A terceira trabalhadora, pelo fato de dividir a condução do negócio com seu marido, tem uma posição subordinada: enquanto o marido trabalha o dia inteiro e controla as finanças, ela trabalha como ambulante só meio-período. No outro, ela fica em casa compulsoriamente dedicada ao trabalho reprodutivo.

As duas trabalhadoras domiciliares, uma da região norte e outra da oeste, bem como a trabalhadora ambulante da região oeste integram um outro movimento de moradia que também seguiu uma trajetória

²⁶ Bolsão de comércio ambulante: perímetro onde se concentram trabalhadores portadores de licenças regulares

similar ao descrito anteriormente: institucionalização do movimento, pressão das bases, reivindicação e conquista de moradias, pressão ao executivo e legislativo, assédio político. Entretanto, no relato das três trabalhadoras, elas foram contundentes ao dizer que a maioria da demanda por habitação e participação na base é composta por mulheres. Entretanto, os principais espaços de decisão e cargos de liderança são ocupados e perpetuados em São Paulo, em torno de 70%, por homens.

AUTONOMIA DESARTICULADA

Existem 138 mil ambulantes no município e 158 mil na RMSP segundo o DIEESE em 2010, apesar do atual número irrisório de licenças na cidade (1.940) representando apenas 1,4% do total de trabalhadores no município. Os outros cerca de 136.000 trabalhadores, portanto, são obrigados a correr diariamente para fugir da fiscalização. (Alcântara et al., 2014)

Com a confirmação de São Paulo como uma das cidades-sede da Copa do Mundo, a atitude da Prefeitura em relação aos ambulantes modificou-se substancialmente. Com a definição em 2008 do evento no país, a partir de 2009, o então Prefeito Gilberto Kassab iniciou um processo de cassação em massa de licenças, que diferia dos processos até então individuais, resultados de descumprimento e inobservância das normas (Itikawa, 2015b).

As remoções dos trabalhadores tomaram um rumo diferente: em primeiro lugar, justificativas arbitrárias e não comprovadas cassaram todas as 6.000 licenças que vigoravam na época; em segundo, as cassações passaram a ser em bloco, ou seja, uma mesma justificativa atingia grupos, bairros e bolsões inteiros com tradicional ocupação dos ambulantes nas áreas de comércio popular (Alcântara et al., 2013).

O contexto já era difícil, uma vez que desde 2007, o então prefeito José Serra, por meio de um decreto municipal, determinou a suspensão da emissão de novas licenças de ambulantes em toda a cidade. A partir deste ano, religiosamente, este decreto foi atualizado ano a ano pelos prefeitos subsequentes para que nenhum novo ambulante pudesse ser regularizado. Enquanto isso, a cidade passava de 100.000 ambulantes em 2000 para 138.000 em 2010 (Itikawa, 2015b).

A última leva de ambulantes regularizados foi cassada em março de 2012 na região central da cidade. Somente após intensas manifestações nas ruas, a Prefeitura passou a declarar a existência de projetos de realocação em áreas privadas e inserção dos ambulantes no mercado formal de trabalho que careciam de viabilidade e exequibilidade. Todo o processo de resistência à proibição total da atividade está relatado a seguir.

Para além dos processos antigos e novos das sucessivas e sistemáticas remoções dos trabalhadores, é raro os gestores entenderem,

além dos pressupostos da desigualdade social, as profundas ligações com o espaço urbano.

Segundo um estudo sobre a mobilidade da população pelo território da RMSP, houve um crescimento dos movimentos pendulares que quase duplicaram (de 1,1 milhão em 2000 para 1,9 milhão em 2010), apesar do crescimento da população da região metropolitana ter estacionado. Nos terminais intermodais espalhados nas periferias, ao embarcar ou fazer a baldeação na metrópole, é possível ver algumas dezenas de ambulantes servindo a imensa população que se desloca entre sua residência e o trabalho. Esses espaços de conexões de transporte passaram a ser territórios de comércio e serviços a essa imensa população itinerante, apesar das leis e secretarias de transporte subestimarem este fato.

As trabalhadoras entrevistadas, ambulantes e domiciliares, são denominadas pelo SEADE/DIEESE como Trabalhadores independentes por conta-própria autônomos para o público. Para algumas, a categorização da ocupação, a partir do ambiente de trabalho, rua (ambulante) ou casa (domiciliar); assim como pelas relações na cadeia de valor, subcontratada ou por conta-própria, não são suficientes para abarcar a dimensão da vida das trabalhadoras. Uma ambulante, trabalhadora da zona oeste, por exemplo, trabalha em sua casa, preparando os legumes que leva para vender na rua. Uma domiciliar, por sua vez, prepara marmitas de feijoada em sua casa e abriu informalmente uma pequena mercearia perto da sua casa para vender feijoada e petiscos.

Em relação ao primeiro bloco de perguntas, sobre a divisão sexual do trabalho, a atividade-fim, a produção, é exercida solitariamente. As três mulheres, das quatro trabalhadoras domiciliares entrevistadas, trabalham em casa, uma fazendo a costura e duas cozinham para vender para os clientes (pudim e feijoada). Além disso, todas elas concentram as tarefas de se comunicar e conseguir clientes, planejar e organizar a produção, organizar e comprar os suprimentos elaborar e pensar os produtos.

Nos três casos, porém, os familiares trabalham na atividade-meio de diferentes formas, nas atividades de gestão (controle do dinheiro, compra de produtos, entrega ao cliente), em todos os casos, os trabalhadora(s) não são remunerados, ainda que participem com maior ou menor frequência. No caso das trabalhadoras que moram na região sul e norte, seus filhos homens auxiliam na tarefa da gestão das finanças, porém, de forma esporádica. As trabalhadoras ambulantes da região sul e Centro recebem auxílio esporádico dos filhos para gestão financeira, compra e transporte do produto.

RESISTÊNCIA

O processo de organização de movimentos populares como articulação das lutas urbanas por direitos é parte de toda a história do século XX, desde o início deste século com as lutas dos movimentos operários que culminou na criação da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), passando pelas lutas pelas reformas na década de 1960, que se consolida nas greves de trabalhadores da década de 1970-1980.

Se todo o século XX é marcado pelos avanços e recuos nas conquistas, é certo que o século XXI ganha novos contornos pela geometria das articulações e pela diversidade das agendas políticas. Não cabe aqui sintetizar em definitivo essas lutas, mas enunciar que as conquistas, contradições e desafios das lutas populares urbanas também reproduzem como idiosincrasias e impasses na luta das trabalhadoras domiciliares e ambulantes. Por essa razão, era importante trazer à tona os principais aspectos gerais para poder entrar na análise específica de cada uma das frentes.

Entre as conquistas gerais das lutas urbanas no Brasil certamente estão a unificação das entidades e movimentos populares a nível nacional e avanços nos marcos regulatórios como o Estatuto da Cidade e a Constituição Federal de 1988 (Polis, 1989).

Entre as contradições, o alcance da institucionalização através da participação dos movimentos da RMSP nos múltiplos e diferentes canais de construção, negociação e deliberação de políticas públicas não tem correspondido ao avanço do acesso aos direitos sociais em larga escala. Além disso, elas têm sido pactuadas em espaços de diálogo social “cheios de participação” e vazios em conquistas. (Maricato, 2004; Itikawa, 2013).

Na última década, as lutas urbanas têm demonstrado uma diversidade das formas de relação e negociação com o Poder Público: ao mesmo tempo em que alguns grupos sociais já consolidados sentam para negociar em canais institucionalizados; outros, recebem forma de tratamento antagônica, através da repressão violenta e criminalização.

Em relação aos trabalhadores domiciliares, não foi encontrada literatura de organização dos trabalhadores a partir da base e processos de resistência.

Em relação à(o)s trabalhadora(e)s ambulantes, participei ativamente de dois processos de organização de trabalhadora(e)s ambulantes entre os anos de 2011-2013. Em 2012, em um contexto de endurecimento da Prefeitura de São Paulo de cassação e perseguição da(o)s trabalhadora(e) que chegou até a proibição total da atividade, acabou levando à constituição de uma rede em escala municipal chamada Fórum dos Ambulantes de São Paulo. Foi a primeira vez na cidade de São Paulo que houve a predominância de ações coletivas em detrimento das individuais.

Na ocasião, coordenava um projeto desenvolvido em um ONG de direitos humanos, Centro Gaspar Garcia de Direitos Humanos (CGGDH) financiado pela União Europeia de apoio a trabalhadores informais. O projeto previa ações organizativas, jurídicas e capacitação. Ao longo de 2011-2012, o CGGDH abriu o espaço para que os trabalhadores relatassem as violações e pensassem coletivamente as ações. Na medida em que o tempo passava, mais cassações aumentavam e o coletivo de ambulantes que começou só com os trabalhadores da região central, se ampliou até a escala municipal, abarcando bairros da zona sul, leste, oeste e norte: Butantã, Brás, Centro, Conceição, Jabaquara, Lapa, Santana, Armênia, Santo Amaro e São Miguel.

O Fórum dos Ambulantes passou a promover manifestações públicas semanais, protestando contra as arbitrariedades nos processos administrativos, a falta de diálogo e os abusos na fiscalização da atividade. As manifestações ocorreram na frente da Prefeitura, da Câmara Municipal e do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, que contaram com a participação de aproximadamente um mil e quinhentos ambulantes.

Na derradeira proibição total de mais de dois séculos de atividade em abril de 2012, os trabalhadores articulados à Defensoria Pública do Estado e CGGDH, resolveram interpor uma Ação Civil Pública, em maio de 2012, com uma argumentação inovadora: o direito à cidade. No mesmo mês, o Judiciário paulista concedeu liminar autorizando a permanência dos trabalhadores ambulantes em toda a cidade (Itikawa, 2015b).

Em 2012, ano da vitória temporária por meio da decisão liminar, houve uma mudança no contexto político com a mudança de gestão local com a eleição de um novo prefeito. Acreditando que a mudança da gestão, assumida por um partido que historicamente tinha ações e políticas públicas favoráveis à categoria, os autores optaram pela suspensão da Ação Civil Pública para abertura de um canal de diálogo quinzenal para construção tripartite (trabalhadores, Estado, sociedade civil) um plano municipal para a atividade. Não houve consenso e a Prefeitura apresentou um plano unilateral.

Esta Ação Civil Pública ainda precisa ser julgada para que o impasse institucional entre Prefeitura e Justiça se resolva. Até hoje, início de 2015, os trabalhadores ainda têm que enfrentar o constrangimento de trabalhar há quase 3 anos por força da liminar: mesmo aqueles 1.940 que ainda teriam este direito, ainda esperam ter sua licença regularizada (Itikawa, 2015b).

Duas outras frentes de resistência do Fórum dos Ambulantes aconteceram nos anos 2013-2014. O primeiro foi a participação ativa do processo de elaboração do Plano Diretor de São Paulo. Os trabalhado-

res pactuaram dentro do Fórum dos Ambulantes os pontos que foram levados às audiências públicas, onde três propostas foram votadas de forma transparente e uma foi integrada à redação pela primeira vez de um plano diretor. Foi integrado o seguinte item: implantação de mercados populares com áreas para o comércio ambulante, em especial em locais com grande circulação de pedestres e nas proximidades de estações de trem e metrô e junto aos terminais de ônibus.

Outra frente de resistência do Fórum dos Ambulantes foi o processo de reivindicação para a participação na Copa do Mundo em 2014 em São Paulo. O Fórum dos Ambulantes participou a partir de 2011 de reuniões regulares de articulação nacional com representantes de associações e sindicatos de ambulantes das cidades-sede da Copa. Em 2011-2012 as reuniões aconteceram em São Paulo; em 2013, no Rio de Janeiro; e em 2014, em Belo Horizonte. Antes das reuniões os trabalhadores votavam no coletivo para elegerem seus representantes para as reuniões da articulação de uma rede nacional de ambulantes e a elaboração de uma agenda política em comum.

Embora a principal reivindicação de toda(o)s trabalhadora(e)s era a participação na Copa, todo o processo revelou porém, excludente: ao invés de proibir radicalmente esses trabalhadores na Copa, sua participação rendeu lucratividade política e econômica, mas não a eles. Ficava evidente, após a Copa das Confederações de 2013, que a grande concentração de torcedores nos estádios e nos locais de exibição pública dos jogos exigia desse sistema capilaridade e agilidade que os ambulantes poderiam atender.

Por esse motivo, logo nas primeiras reuniões dos trabalhadores tanto com o Ministério dos Esportes, quanto com a Prefeitura entre 2012-2013, havia a convicção de ambos sobre a participação dos ambulantes, a despeito das zonas de restrição na Lei Geral da Copa no Brasil. A Lei Geral da Copa criava um regime de exceção que retirava conquistas constitucionais ao conceder direitos de exclusividade sobre a comercialização e publicização inéditos. Uma destas exclusividades se estendeu até a demarcação territorial do espaço público com a criação das “zonas de restrição”, onde somente os produtos e serviços das empresas parceiras ou apoiadoras da FIFA seriam permitidos.

Os trabalhadores, por sua vez, em setembro de 2013, conseguiram implantar na Prefeitura, com o apoio do CGGDH e do Comitê Popular da Copa, um Grupo de Trabalho (GT) mensal específico sobre a participação dos ambulantes nos jogos. Neste GT, o discurso da Prefeitura com os trabalhadores ambulantes era outro: a participação deles era certa, só não deixavam claro como. Para os trabalhadores, como seria possível a Prefeitura assegurar a participação, se o Governo Fede-

ral e o próprio Congresso Nacional haviam formulado e aprovado uma determinação exatamente ao contrário?

Até o início de 2014 não havia nenhum avanço no diálogo mensal com a Prefeitura, quando em 30 de Janeiro deste ano, por meio de um chamamento público publicado no Diário Oficial do Município, a Prefeitura convoca empresas a apresentarem um *plano de parceria para realização de eventos* relacionados à Copa (grifo meu). Não havia nenhuma menção sobre a exclusividade na exploração comercial, tampouco da participação dos trabalhadores ambulantes. Essa saída jurídica ao definir evento, retirando sua conotação comercial, claramente isentava qualquer responsabilização da FIFA, dos patrocinadores e das empresas “chamadas” sobre as obrigações tributárias e trabalhistas.

Neste chamamento público, as empresas deveriam oferecer, além do plano de parceria para realização do evento, contrapartidas em obras de melhoramento dos seis espaços públicos para exercer o direito de utilização dos mesmos. Dos seis espaços, dois seriam de exclusividade da FIFA- a Arena em Itaquera e a FIFA *Fan Fest* no Anhangabaú; os outros quatro, em parques públicos sob organização da Prefeitura.

Na teoria, cada um deles seria um evento sem produtos tampouco trabalhadores, teriam uma proponente (FIFA) sem responsabilidades tributárias e trabalhistas e uma anfitriã (município de São Paulo) sem qualquer futura judicialização sobre as violações dos direitos constitucionais.

Na prática, entretanto, o que se viu foram as marcas da FIFA, patrocinadores e apoiadores reinando de forma soberana no espaço público; e os trabalhadores ambulantes subordinados às regras de exclusividade comercial trabalhando como autônomos, como veremos a seguir. Até março de 2014, a imprensa publicava a previsão dos lucros exorbitantes da FIFA, a partir da venda dos direitos de transmissão e contratos com empresas patrocinadoras e apoiadoras: até US\$ 10 bilhões.

Como foi possível essa acomodação e flexibilização da Lei Geral da Copa? Essa situação inusitada só aconteceu em razão do papel da Prefeitura no processo. Se na teoria, as mudanças na Lei Geral da Copa criariam conflitos entre uma determinação normativa federal e sua aplicação local; na prática, os eventuais conflitos deveriam ser mediados, diluídos e conciliados.

De fato, o papel da Prefeitura na mediação, diluição e conciliação dos conflitos só foi possível com a estratégia, muito eficaz, de dividir o diálogo e negociar separadamente com os atores até o limite onde tudo já estivesse definido, para então no final, terceirizar os detalhes da participação.

Para os trabalhadores, foi criado um cenário de diálogo onde a Prefeitura acenava com oportunidades não só na Copa como também

nos futuros eventos culturais e esportivos na cidade: Virada Cultural e Esportiva, etc. Paralelamente, tanto os trabalhadores quanto as organizações que os apoiavam perceberam que a Prefeitura azeitava o diálogo como estratégia para ganhar tempo, até que tudo sobre a comercialização fosse negociado e definido separadamente. O diálogo, além disso, tinha outra função: servia para examinar as estratégias e intenções dos atores em jogo, trazê-los próximo ao governo e torná-los fiéis e clientes das futuras oportunidades.

O cenário pacífico e participativo do diálogo foi desmontado quando, nas vésperas dos jogos a partir de março de 2014, a Prefeitura apresentava novos atores – as empresas parceiras dos eventos, bem como um conjunto de regras, sobre os quais os trabalhadores deveriam se adequar ou tinham pouquíssima margem de negociação.

Quando as cartas foram colocadas na mesa, os representantes do CCGDH e do Comitê Popular da Copa em São Paulo, se retiraram do processo. Os trabalhadores decidiram permanecer até a participação efetiva nos eventos, quando parte deles desistiu.

Segundo relato dos próprios trabalhadores durante os eventos, eles só conseguiram negociar duas questões onde tiveram autonomia: o primeiro, era o transporte das bebidas - como eram pesadas, eles queriam levá-las dentro de um isopor com carrinho; segundo, eles queriam escolher e convidar os trabalhadores que poderiam participar do processo de seleção e dos eventos na Copa.

Apesar de ter sido imposta à(o) ambulante a condição de trabalhador autônoma(o), esta(e) teve que se submeter a todas as regras acima como empregada(o), sem nenhum direito trabalhista assegurado.

Eles também só podiam trabalhar dentro de um perímetro muito limitado e estreito, fora da área cercada por tapumes delimitados para o telão e onde não podiam ver os jogos. Além disso, neste perímetro não havia sanitários, segundo testemunho dos trabalhadores. Não foram respeitadas também as pactuações durante as reuniões do GT sobre o cumprimento da acessibilidade para trabalhadores deficientes. Como as condições de trabalho eram péssimas e os rendimentos irrisórios, que nem mesmo cobriam os gastos com transporte e alimentação, muitos abandonaram antes mesmo do final da Copa.

Essa participação, subordinada a todas as principais e estruturais decisões previamente definidas, colocou os trabalhadores em um dilema moral: o grupo que protagonizou desde o começo o debate, encaminhando as reivindicações ao Poder Público, chegava ao final do processo frustrado. Havia, porém, um anseio de participar como trabalhadores na Copa.

Não bastasse a precarização dos ambulantes trabalhando na informalidade na Copa, os trabalhadores tiveram pouco ou nenhuma

autonomia decisória em relação aos demais atores. A ambivalência na participação se manifesta, portanto, no conflito entre a construção ideológica da independência laboral virtuosa proposta pelo Poder Público, porém, sem a contrapartida nos direitos trabalhistas, sobretudo na negociação coletiva.

Se, por um lado, havia violações claras definidas no regime de exceção criado pela Lei Geral da Copa, as acomodações e infrações a essa e as demais normas brasileiras revelaram outros atores além da FIFA. Ficou clara a opção pela “flexibilização” das regras quando havia espaço para otimização dos respectivos dividendos políticos e econômicos.

Nesse sentido, o legado da Copa, para além de toda a usurpação monumental de direitos constitucionais e da exploração explícita dos trabalhadores pelos proponentes do evento, revelou fatos novos sobre a metodologia do diálogo e as respectivas atuações sobre os atores e as engrenagens locais.

O cenário fictício de inclusão, participação e diálogo são portanto compatíveis – e não incompatíveis – com o modo de funcionamento e da reprodução desse “capitalismo de megaeventos”. A diferença, porém, está nas roupagens novas do paternalismo e da dominação de classe internos e externos (Itikawa, 2015a)

Entre os trabalhadores, permanecem alguns conflitos que dizem respeito à legitimidade da representatividade, da capacidade de diálogo com a base, de questões de gênero e da formalização das organizações de trabalhadores. Além disso, pesa a disputa territorial, que implica a manutenção ou ampliação do poder de influência que determinado representante tem sobre a base. (Alcântara et al., 2013)

MUMBAI: TSUNAMI DE SEGREGAÇÃO E AS ILHAS DE RESISTÊNCIA

Mumbai é uma cidade-arquipélago: seu território era composto anteriormente de sete ilhas que se fundiram em uma só península que formam um território geograficamente integrado graças a uma sucessão de cortes de montanhas para aterros de lagos e canais.

A imagem da fragmentação territorial unida pelo engenho humano para se tornar uma só metrópole não superou as segregações sociais e urbanas. Mumbai tem números superlativos quando se trata de produção de riqueza, vida urbana diversificada e cosmopolita: maior da Índia em termos populacionais, 21 milhões de habitantes e maior da Ásia em densidade 20.038 no centro expandido e 20.925 habitantes/km² na periferia; maior PIB do país, concentra 70% das transações comerciais e financeiras; porto mais movimentado da Índia; capital de entretenimento, maior valor do metro quadrado da Índia, etc. Entretanto, de acordo com o Censo de 2011, 78% da população de Mumbai vive em moradias precárias (favelas, cortiços, etc.) (Gartenberg e Bhowmik, 2014).

As características da segmentação e segregação no mercado de trabalho indiano expostos anteriormente em função dos recortes de gênero, casta, religião e classe, se reproduzem também como segregação no espaço urbano. Em Mumbai, “enquanto os ricos têm 90% da terra e vivem no conforto em muitas áreas livres, os pobres moram espremidos em 10% da terra” (Davis, 2006).

É como se a imensa população pobre se confinasse e espremesse em ínfimas parcelas do território em ilhas com altíssima densidade, precariedade na habitação e no acesso às infraestruturas urbanas. A imagem geográfica é desoladora, seria o correspondente a um *tsunami* de segregação, porém seletivo: a distribuição dessas ilhas de favelas em Mumbai não é homogênea no território: 20% da população pobre mora em favelas dentro da cidade, enquanto que 80% está em favelas periféricas. (Davis, 2006)

90% do território onde mora os ricos pressionam constantemente os ainda persistentes assentamentos informais de habitação e trabalho, quando estes ocupam terrenos cobiçados pelo mercado imobiliário. A *tsunami* não só é permanente como avança e reconecta os espaços antes separados da elite. Na década de 1970, as autoridades municipais promoveram um dos maiores despejos em massa de favelados do centro expandido: 110 mil casas construídas ficaram com funcionários públicos e classe média e um total de 450 mil favelados foram desalojados com perda da terra e do meio de vida (Davis, 2006).

Hoje, a maior favela da Índia e a segunda maior do mundo, Dharavi, é uma mina de ouro: está estrategicamente ilhada ao redor de um entorno bastante cobiçado. Nos últimos anos a Prefeitura da Cidade definiu uma série de intervenções para redensolvimento da favela, uma vez que há uma intensa pressão dos incorporadores de empreendimentos vizinhos e tangentes à Dharavi para instalação de um distrito de negócios, o *Bandra Kurla Complex*; bem como de condomínios residenciais da classe média e shoppings na costa leste da cidade²⁷.

Se, por um lado, no projeto de redensolvimento há a previsão de construção de prédios para uma parcela dos moradores de Dharavi, por outro, a integração dos mesmos são em condições desumanas e excludentes²⁸. Além de não haver garantia da inclusão de todos os moradores, os possíveis integrados morariam em um contexto de densidade

27 The New York Times 2011 “In one slum, misery, work, politics and hope” em <http://www.nytimes.com/2011/12/29/world/asia/in-indian-slum-misery-work-politics-and-hope.html?_r=0>

28 O índice de densidade após o projeto de redensolvimento de Dharavi após a realocação das famílias em prédios, passa de 1.33 para 4. A ONU-Habitat determina a densidade de XX, como padrão de moradia adequada.

habitacional previsto muito superior aos padrões internacionais de moradia adequada. Além disso, não há a previsão da incorporação plena das atividades econômicas que acontecem no interior de cada uma das casas, as reais geradoras de renda de seus habitantes – oficinas domiciliares, armazéns de reciclados, lojas, prestadores de serviço, etc.²⁹

É provável que a tendência de gentrificação desta favela ocorra, com significativo deslocamento da população em direção à periferia e toda a teia e rede de relações econômicas, sejam elas subcontratadas ou autônomas para o público ou empresas, se fragmentem. Com a expulsão, seleção, deslocamento dessas pequenas unidades econômicas, além do comprometimento na geração de renda dessas famílias, também serão precários os acessos às infraestruturas e mobilidades urbanas.

INFORMALIDADE SUBORDINADA

SUBORDINAÇÃO NAS RELAÇÕES DE TRABALHO

A RedeCasa Sul da Ásia (*Homenet South Asia*) estima haver 50 milhões de trabalhadoras domiciliares no Sul da Ásia, sendo 30 milhões só na Índia (Gartenberg, 2013). Segundo Gartenberg e Bhowmik (2014), a cadeia da confecção tem intermediários em vários níveis e a destinação final das peças são as casas exportadoras (*export houses*).

Dharavi, uma das centenas de favelas em Mumbai, abriga em torno de 1 milhão de pessoas e é considerada a maior concentração de pequenas unidades econômicas informais do mundo. Lá funcionam desde oficinas de trabalho domiciliar, prestação de serviços, ateliers de cerâmica e centrais de triagem de material reciclável (Risbud, 2003). Pude visitar dois perímetros de Dharavi: o aglomerado têxtil/confecção e o perímetro de triagem de reciclados.

A principal atividade (e especialidade, segundo os moradores) é o setor têxtil/confecções, seguida da reciclagem, cerâmica, fabricação de acessórios de couro e plástico (cintos). Existe uma vila da cerâmica com armazéns e oficinas de pintura de lâmpadas de cerâmica. Cada lâmpada custa Rs0.06 (6 centavos de rúpia indiana) (Gartenberg e Bhowmik, 2014).

Outra atividade domiciliar expressiva em Dharavi é a costura de cintos de couro e plástico. Intermediários deixam a matéria-prima do couro ou plástico, pré-cortadas por máquinas dentro de pequenas fábricas dentro da própria favela. Nesta cadeia do couro crianças e adolescentes fazem 15 peças por dia e adultos fazem 30

²⁹ The Guardian 2015 “The best idea to redevelop Dharavi slum? Scrap the plans and start again” em <<http://www.theguardian.com/cities/2015/feb/18/best-ideas-redevelop-dharavi-slum-developers-india>>

peças/dia. O pagamento por peça varia entre Rs3-5, que equivaleria a um rendimento máximo por mês de Rs3600 (US\$56,25) (Gartenberg e Bhowmik, 2014).

Nas várias cadeias de trabalho domiciliar as meninas e crianças estão envolvidas no trabalho. Além do incorporação do trabalho infantil, sobretudo de meninas, na cadeia de produção, outra violação explícita dos princípios do trabalho decente são as péssimas condições de saúde e segurança no trabalho: visão, dor de cabeça, dor nas costas, pernas, respiratório, etc. (Gartenberg e Bhowmik, 2014).

SUBORDINAÇÃO NAS REDES DE SOCIABILIDADE NA PERIFERIA

Há uma série de iniciativas de organização das próprias trabalhadoras informais, que contam ou não com apoio de organizações não-governamentais, vinculadas a universidades, centros de pesquisa, ordens religiosas e agências multilaterais. Existem mais de 100 ONGs em Mumbai que dão suporte aos moradores de favela na reivindicação de melhores condições de vida (Risbud, 2003).

Apesar da existência de várias referências acadêmicas e reportagens sobre algumas das ações a seguir apresentadas, não foi possível, entretanto, encontrar literatura que analisasse todas essas iniciativas na metrópole de Mumbai. Este seria uma avaliação fundamental para saber se o processo de resistência das trabalhadoras e respectivos apoios institucionais estão de fato conseguindo enfrentar ou superar o *tsunami* de segregação que se inicia no período colonial passando por toda a república. Os números sobre a desigualdade na metrópole nas duas últimas décadas, entretanto, não parecem contrariar esta hipótese.

Um primeiro exemplo é a ONG chamada Rede de Educação do Trabalho e Pesquisa (*Labour Education and Research Network-LEARN*), filiada à Rede Casa Sul da Ásia (*Homenet South Asia*), uma rede internacional de associações e organizações de trabalhadoras domiciliares. A LEARN atua somente nas cidades de Mumbai, Nashik e Solapur com três objetivos: 1) construir dinâmicas coletivas de trabalho das mulheres moradoras de favelas – ambulantes, domiciliares, domésticas, catadoras, etc. em trabalhos coletivos; 2) conduzir pesquisa sobre os moradores desses assentamentos e articular com os programas governamentais sociais; 3) mobilizar trabalhadoras informais para ações coletivas para enfrentamento dos problemas que as afetam.

LEARN também é articulada com a universidade *Tata Institute of Social Sciences*, bem como à WIEGO. Em Mumbai, Tive a oportunidade de conhecer pessoalmente a experiência da ONG LEARN e entrevistar durante a tarde do dia 12 de Fevereiro de 2015, 5 trabalhadoras domiciliares, 1 ambulante e 2 técnicas da ONG.

LEARN teve também o papel de articular a experiência exitosa de negociação de um sindicato de trabalhadoras domiciliares, o LMKS, para outra favela, Amrut Nagar, conforme relato no item a seguir. Além disso, também tem feito esforços para ampliar o coletivo no interior de Dharavi, bem como promover acampamentos de saúde, que são ações de prevenção e conscientização da saúde com as trabalhadoras.

Outras ONG também atuam no suporte a trabalhadores domiciliares com diversos tipos de assessorias técnicas, judiciais e organizativas em Dharavi. A Sociedade pela Promoção da (*Society for the Promotion of Area Resoucers Cener-SPARC*) e Juventude pela União e Ação Voluntária (*Youth for Unity and Voluntary Action-YUVA*), por exemplo, estão centradas em ações judiciais para evitar o despejo e promover acesso a infraestruturas e direitos sociais.

Existe uma ONG ligada à instituição religiosa Congregação Missionário de Jesus Cristo que foi fundada em 1984 por uma missionária espanhola chamada Irmã Isabel Martin. A ONG chamada Artesanatos Criativos (*Creative Handicrafts*), atua em favelas na periferia de Mumbai. Esta ONG tem o objetivo de “tornar as mulheres casadas economicamente independentes”³⁰.

A ONG possui 12 centros de Auto-ajuda para dar apoio a 240 mulheres. Mais de 1000 mulheres passaram pelos 30 anos da ONG. A ONG contrata técnicos para ensinar as mulheres a desenvolver artesanato. 50% da renda da ONG vem de empresas do Comércio Justo (*Fair Trade*) da França, Itália e Espanha. O resto vem das vendas no mercado doméstico, doações, caridades, etc. A congregação sustenta uma creche, bolsa para manter as crianças na escola, aconselhamento sobre drogas e álcool para homens. Além disso, organiza a produção de marmitas: 20 mulheres produzem 400 refeições por dia.

O papel de políticos na intermediação dos direitos como acesso a água, eletricidade, escolas, etc., segundo parte da literatura encontrada, tem até a modalidade: “dar atestado de bons antecedentes” para moradores de favelas Risbud (2003). Segundo a autora, o clientelismo além de não prover acesso universal aos direitos sociais, não possibilita ações contínuas e sustentáveis a longo prazo. Agarwala (2013) denomina “populismo competitivo” ao se referir aos estados populistas, como Tamil Nadu, que competem entre si para atender os pobres, em troca de votos.

Os sindicatos de trabalhadores formais e partidos na Índia, diferentemente do Brasil, por exemplo, contribuíram no fortalecimento e organização de trabalhadoras domiciliares no caso específico dos estados de Tamil Nadu e Maharashtra, cuja capital é Mumbai. O Congresso dos Sindicatos de Toda a Índia (*All India Trade Union Congress-AITUC*)

30 <http://www.creativehandicrafts.org/>

e o Partido Comunista da Índia (*Communist Party of India-CPI*) atuaram na pressão aos governos estaduais para a conquista de direitos sociais (Agarwala, 2013).

Há uma multiplicidade de esforços de organizações de trabalhadoras e respectivos apoios institucionais que são isolados entre si. Segundo Risbud (2003), algumas ONGs têm tido um papel significativo na articulação de trabalhadora(e)s, além de serem meras pontes aos escassos recursos e têm atuado na conscientização, politização e formação de lideranças de assentamentos precários.

AUTONOMIA DESARTICULADA

Da mesma forma que as favelas são ameaçadas constantemente dos espaços centrais de interesse do mercado imobiliário, os locais de concentração dos trabalhadores nas ruas têm sido alvo de remoção e deslocamento.

A partir de 1985 a Prefeitura, a partir de julgamento do Judiciário, estabeleceu zonas de ocupação e proibição de ambulantes. No final da década de 1990, a Prefeitura adotou uma manobra administrativa de uma “autorização temporária” chamada *pauti*, que significava uma permissão criada para poder recolher impostos dos ambulantes não-autorizados. Com isso, ela recolhia os tributos, sem dar a perspectiva de regularização futura. De acordo com um levantamento realizado pelo Instituto de Ciências Sociais Tata (*Tata Institute of Social Sciences-TISS*), 22 mil ambulantes receberam em 1997 as *pautis*. Como a justiça proibiu as *pautis* em 1998, o assédio contra a(o)s ambulantes cresceu exponencialmente na forma de remoção violenta e corrupção diárias (Anjaria, 2006).

O ano de 2003 foi de consolidação das regras que norteiam a atividade. Uma delas foi a proibição de cozinhar comida nas ruas e próximo a estações de trem, escolar, hospitais e áreas residenciais. Estes são exatamente atividades e locais predominantes e extensamente realizados nestes espaços públicos proibidos. Outras regras, como a proibição de carrinhos e restrição de apenas uma licença por família, são condições igualmente descoladas da realidade.

A aprovação em Fevereiro de 2014 de uma lei nacional, a *Street Vendor Act*, após décadas de luta das lideranças de trabalhadora(e)s, resultou em avanços que produziram alguns efeitos sobre a política e gestão municipais. O primeiro avanço é considerar que todos a(o)s trabalhadora(e)s ambulantes têm o direito de receberem uma carteira de identidade regularizada pelas prefeituras como trabalhadora(e)s, eliminando a distinção entre ilegal/legal. A política exige também compulsoriamente planejamento urbano dos espaços de venda para todos a(o)s trabalhadora(e)s. Além disso, obriga o Estado a articular a atividade às demais dinâmicas econômicas e urbanas de forma descentralizada pela

cidade. Outro importante avanço desse marco regulatório nacional é a exigência de canais de diálogo no nível municipal, os Comitês de Venda da Cidade (*Town Vending Committees-TVCs*); e intramunicipal, os Comitês de Venda Distritais (*Ward Vending Committees-WVCs*).

Essa é, sem dúvida, uma concepção de inclusão econômica, urbana e avanço no diálogo social que só tem paralelo à regulação de Durban, conforme veremos a seguir. (Sinha et al., 2011)

A política nacional também obriga o Estado a fornecer auxílio à(o)s trabalhadora(e)s ambulantes por meio de assessoria jurídica, suporte técnico e apoio organizacional. Esse é um traço distintivo de políticas com perfil afirmativo que não se limitam em definir apenas normas de uso e ocupação do solo.

A implantação da lei em Mumbai, apesar da expedição de licenças para metade do contingente atual de trabalhadores, ainda está longe de se tornar realidade. Na prática, ao incorporar metade dos trabalhadores, a cidade mantém uma relação com a informalidade ambivalente: acredita que pode gerenciar ou domesticar a informalidade, excluindo a existência de um enorme contingente sem planejamento ou regularização.

A(o)s trabalhadora(e)s ambulantes em Mumbai existem há pelo menos 200 anos. Estima-se a existência de 300 mil trabalhadores na cidade (Bhowmik, 2011), porém foram concedidas apenas 150 mil licenças na cidade em 2014, após 36 anos de ilegalidade pela não expedição de licenças³¹. O gerenciamento da informalidade, dentro dessa lógica é a inclusão de apenas uma parcela dos trabalhadores com licença, deixando o restante à mercê da violência e corrupção do Estado (Anjaria, 2010). Esse perfil de *gestão da exceção* delimita a inclusão de poucos e se omite no planejamento de muitos.

Dentro dessa lógica, domesticar a informalidade, significa destinar à atividade apenas alguns espaços estrategicamente delimitados, longe dos espaços em valorização imobiliária. Mumbai tem alguns exemplos onde associação de moradores e ONG ligados à elite se organizaram e interporam ações judiciais obrigando as autoridades municipais a removerem a(o)s trabalhadora(e)s dos locais onde esses grupos da elite transitam e moram.

Apesar da *Street Vendor Act* ser um avanço normativo, ainda há diversos desafios: obrigação do governo providenciar alternativas ao trabalhador removido e que não foi contemplado com as licenças e respectivos espaços delimitados para venda; transparência na política de fiscalização, gestão e planejamento urbano; articulação entre os espaços de venda dos

31 The Guardian 2014 "Mumbai Street Vendors: 'Cops work in shifts, so I have to bribe each one'" em: <<http://www.theguardian.com/cities/2014/nov/28/mumbai-street-vendors-cops-bribery>>

ambulantes com os mercados municipais e comércio especializado; coibir práticas de assédio moral e sexual contra as mulheres (Sinha et al., 2011).

Casos de assédio moral e sexual com uso ou não da violência a trabalhadoras ambulantes são comuns segundo as trabalhadoras: a trabalhadora Anys Fatima Sheik, representante da Associação Nacional de ambulantes da Índia (*National Alliance of Street Vendors-NASVI*) relatou que na sua infância, quando os fiscais vieram coletar a taxa, como ela não tinha, eles derrubaram as suas mercadorias e a empurraram no chão. Essa é a razão pela qual ela se tornou liderança da categoria. Outra liderança ambulante, Radha Kanwal, além de ter sido vítima de violência doméstica, sofreu assédio sexual várias vezes por seus clientes. (Gangopadhyay, 2014)

Rupolia (2015) ao realizar uma pesquisa amostral com 129 ambulantes em Mumbai revelou alguns aspectos surpreendentes relacionados à articulação com a dinâmica urbana. Apesar de tratar-se de um universo extremamente reduzido em relação à quantidade total estimada na cidade, a pesquisa levantou que 31% são estudantes e 55,8% são assalariados. Apenas 7,8% dos entrevistados são de dedicação exclusiva ao comércio e são trabalhadores por conta-própria! Os autores da pesquisa argumentam que esta população, ao se deslocar largamente pela cidade, se dedica algumas horas para a atividade de comércio ambulante em áreas estratégicas (Rupolia et al., 2015). Isso significa que o fato locacional é extremamente importante na definição das zonas de ocupação e proibição de ambulantes.

Anjaria (2006) entrevistou alguns ambulantes em áreas valorizadas de Mumbai e colheu alguns dados: por exemplo, o ganho diário é de Rs 150, que daria por mês Rs 3600 ou US\$56,00/mês. Segundo o autor, os rendimentos são superiores a trabalhadores assalariados na Índia. Saem de casa às 4 da manhã e retornam às 10 da noite. O trabalhador entrevistado diz que dois trabalhadores jovens vendedores de legumes terminaram o ensino médio e desistiram de encontrar emprego. Uma vez a cada 10 anos eles tiram férias.

RESISTÊNCIA

Para Agarwala (2013), se há menos consciência de classe operária e a organização se dá por coesão comunitária, o protagonismo da(o)s trabalhadora(e)s informais na Índia está na definição de táticas e estratégias, sobretudo, em direção ao Poder Executivo, Legislativo e Judiciário.

Os sindicatos na escala local e nacional têm sido frentes de resistência importantes em remoções, violações e explorações em larga escala. A década de 1970 foi marcada especialmente por uma reconfiguração territorial em Mumbai cuja principal característica foi a remoção em massa de favelas e de ambulantes das áreas valorizadas (Davis, 2006).

Do ponto de vista dos trabalhadores ambulantes, a primeira frente organizada em larga escala que culminou em uma ação judicial contra a Prefeitura de Mumbai foi do Sindicato dos Ambulantes de Mumbai no início da década de 1980 (Anjaria, 2006). A organização dos ambulantes culminou na articulação regional e nacional representada por dois coletivos importantes: a Aliança Nacional de Trabalhadores Ambulantes (*National Alliance of Street Vendors-NASVI*) e a SEWA, que detalharemos posteriormente. Essa articulação em escala nacional foi determinante para a conquista de uma regulação nacional para a atividade: Decreto do Comércio Ambulante (*Street Vendors Act*) em 2014.

Em relação aos trabalhadores domiciliares, existem também diversas experiências de organização em escalas locais, nacionais, regionais e até internacionais. Segundo Agarwala (2103), embora na década de 1920 houvesse a formação de uma classe operária industrial após a independência do país nas regiões metropolitanas nos moldes empregador-operário, apesar de residual, as condições do trabalho deterioraram.

Para a autora, algumas experiências exitosas de organização de trabalhadoras domiciliares informais têm na sua origem uma agenda política que mistura reivindicações, por exemplo, de bolsas de estudo aos filhos em escolas privadas, passando por melhoria na infraestrutura urbana, até acesso à moradia em programas habitacionais governamentais. Ela relata o caso das trabalhadoras domiciliares que enrolam cigarros (*bidi*), que conseguiram 40 mil casas e 850 mil bolsas de estudo para crianças no estado de Maharashtra, onde fica Mumbai (Agarwala, 2013)

Começando pela metrópole de Mumbai, os coletivos se iniciaram e até hoje começaram com trabalhadora(s) que possuem laços de vizinhança e confiança locais. É o caso da experiência do sindicato LEARN *Mahila Kamgar Sangathana* (LMKS) em Dharavi, onde pude entrevistar 6 trabalhadoras.

O LMKs foi fundado por Atmadevi Jaiswar, uma trabalhadora domiciliar que articulou mulheres para fazerem uma greve para poderem negociar melhores valores pagos por peça de roupa produzida. Atmadevi decidiu reunir o coletivo porque os intermediários negociavam valores diferentes por mulher: pagavam Rs1/peça, Rs1,5/peça ou até Rs2/peça.

Atmadevi reuniu as mulheres que decidiram parar de receber encomendas até que os intermediários pagassem o maior valor negociado na área, Rs2/peça. O contratante reagiu recusando o valor e elas pararam de receber encomendas. O coletivo não desistiu. Passados três dias, o contratante, diante do acúmulo de peças não finalizadas, decidiu aumentar o valor por peça para Rs 5,00.

Segundo Gartenberg e Bhowmi, (2014), o sindicato das trabalhadoras domiciliares tem consciência de classe, negociaram com o contratante no coletivo, mas prevalecem os laços de confiança e vizinhança acima dos vínculos de solidariedade da categoria. A intenção de replicação desta experiência, entretanto, não é tão fácil: as próprias trabalhadoras têm resistência em relação a outras religiões (como a muçulmana, por exemplo) e compreensão de dialetos de outras regiões.

Outra experiência de organização de trabalhadores domiciliares também é em Dharavi, mas para garantia da moradia como espaço de trabalho. Essa iniciativa mostra uma articulação em rede para reivindicação de um processo participativo no contexto da reurbanização da favela. A Federação Nacional de Moradores de Favela (*National Slum Dwellers Federation-NSDF*) e a ONG SPARC pressionaram a Prefeitura para que criasse um canal de diálogo, um comitê, que integrasse também sobretudo os moradores da favela e outras ONGs atuantes na área para negociar o plano de desenvolvimento de Dharavi. Além deste comitê ter conseguido negociar a implantação das obras em etapas, também exigiram um censo dos moradores e a descentralização em grupos comunitários para uma abrangência maior das discussões com os moradores (Patel e Arphutam, 2010).

Apesar de toda pressão para um projeto participativo, o primeiro dos cinco perímetros que iniciarão suas obras contém prédios destinados a moradores de classe média e alta da população externa a Dharavi. Os moradores protestaram até para o governador do estado de Maharashtra, mas não foram recebidos.

Apesar da experiência da Associação de Mulheres por Conta-própria (*Self-Employed Women Association-SEWA*) não ter iniciado na cidade de Mumbai, sua metodologia peculiar de organização só de trabalhadoras mulheres e de baixo para cima influenciou as demais experiências no resto do país. O sindicato de trabalhadoras domiciliares na favela de Dharavi, o LMKS, é exemplo da organização só de mulheres em núcleos comunitários como a SEWA.

A SEWA iniciou primeiramente com trabalhadoras que carregavam trouxas de tecido na cabeça e recebiam baixos rendimentos pois eram pagas por viagem e não pelo peso ou em função da distância que percorriam. A baixa e a inadequada remuneração levaram à moradia precária que, conseqüentemente, levaram à formação de um coletivo para reivindicarem melhores condições de trabalho e moradia à associação dos trabalhadora(s) têxteis. Apesar de não terem conseguido moradia, com o apoio da associação, conseguiram negociar com os contratantes, comida quente perto do local de trabalho (Alcântara et al., 2013).

As trabalhadoras continuaram a se reunir periodicamente e realizaram ações para dar visibilidade às violações de direitos. Um pri-

meio resultado da organização foi a publicização na mídia sobre a divulgação do não-pagamento de um contratante à trabalhadora e a negação do mesmo. A partir disso, elas continuaram a dar visibilidade a essa violação e espalharam cartazes com a denúncia até que os contratantes voltaram atrás e assumiram a responsabilidade. Essa estratégia de visibilidade acabou reverberando em outras cidades, cujas trabalhadoras acabaram utilizando o mesmo método (Alcântara et al., 2013).

Depois dessa experiência, elas fundaram a SEWA em 1972 na cidade de Ahmedabad e continuaram a disseminar as experiências de organização, ampliando a luta coletiva em outras cidades até virar uma rede nacional de trabalhadoras informais. No ano de 2013, a SEWA integrava cerca de 700 mil mulheres em seis estados da Índia (Alcântara et al., 2013).

A organização conseguiu alcance nacional e hoje possui braços regionais com associações de trabalhadoras domiciliares em outros países do sul da Ásia RedeCasa Sul da Ásia (*Homenet South Asia*) e do sudeste - RedeCasa Sudeste da Ásia (*Homenet Southeast Asia*). No ano de 2015 a *Homenet South Asia*, cuja principal protagonista é a SEWA, iniciou um processo de articulação internacional, na qual fui participante, em Fevereiro de 2015, em Nova Délhi. Este processo tem o objetivo de ampliar a integração para além das redes da Ásia e expandir em direção às redes da Europa Oriental (Bulgária) e da América Latina (Brasil, Peru e Argentina).

Um importante avanço no debate entre os desdobramentos do trabalho informal para o território, sobretudo sobre a qualidade da moradia e para o acesso às infraestruturas urbanas, tem sido a frente assumida pela SEWA na criação de um arcabouço institucional e teórico para a questão da habitação.

Nohn e Bhatt (2014) levantaram parâmetros para análise e elaboração de programas para segurança na posse, a partir da experiência da SEWA na provisão de moradia a trabalhadoras informais domiciliares na Índia, com a gestão e suporte do Fundo Habitacional Mahila (*Mahila Housing Trust- MHT*), que é parte das organizações-irmãs da SEWA.

MHT iniciou com a provisão de empréstimos para fins habitacionais através de um tipo específico de segurança na posse fora do mercado convencional imobiliário e submetido às normas públicas: as propriedades semi-formais. Na experiência indiana do MHT, o processo de legitimação de segurança na posse não depende só dos programas governamentais na medida em que passa por processos assegurados judicialmente como seguro contra-despejo, licenças temporárias, posse nova ou restrita do tipo *peremboke* e posse “anterior” ou livre do tipo *patta*. Na Índia, uma propriedade semi-formal é aquela onde o morador pacificamente ocupou e permanece por períodos prolongados, muitas

vezes por décadas. Se estas não tiverem sido em nenhum momento registradas, o título permanece do proprietário anterior. Esse princípio é chamado de “posse adversa” porque estaria em um processo contínuo entre a informalidade a formalidade. (Nhohn e Bhatt, 2014)

DURBAN: PORTO SEGURO DA DIVISÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO E AS INICIATIVAS À DERIVA

A África do Sul, ao ter um importante papel na divisão internacional do trabalho, sobretudo, com a precarização e flexibilização da força de trabalho, fez surgir e consolidar a subcontratação no setor têxtil como estratégia para lidar com a competitividade global. Durban e Johannesburg são os dois principais centros industriais do país e a primeira, o principal porto do país (Bennet, 2003; Palmi, 2006).

Com a política de abertura de mercado pós-*apartheid*, a indústria têxtil sul-africana passou a ser importante fornecedora de produtos acabados do vestuário para a China e Índia e importava outros itens desses mesmos países. Há uma evidente contradição na estratégia de crescimento adotada, dado o abismo entre a política industrial e a do mercado de trabalho.

O desenvolvimento da economia informal na África do Sul é estreitamente articulada à política do *apartheid*, cuja legislação definia a exclusão de certas profissões no mercado de trabalho, bem como da propriedade da terra (Celik, 2010). Aos negros, em particular, *sobrava* ocupações como o comércio ambulante, trabalho doméstico e domiciliar (grifo meu).

Em 1999, o governo metropolitano de Durban foi o pioneiro no país a elaborar Política Metropolitana da Economia Informal de Durban que incluía trabalhadora(e)s domiciliares, ambulantes e catadora(e)s. Para isso, formou um grupo constituído por representantes de diferentes departamentos governamentais metropolitanos e conselheiros de dois distritos centrais da metrópole para elaborar uma política inclusiva e efetiva. Foram chamados também acadêmicos para a apresentação de estudos que investigassem as dinâmicas econômica e urbana das diferentes cadeias na economia informal. Vale destacar o enfoque urbano desta política ao determinar que a definição dos locais onde deva haver investimento do Poder Público dê prioridade à periferia, sobretudo os *townships* (bairros negros), onde a informalidade é maior. (Lund et al., 1999)

A política finalizada em 2000 e aplicada a partir de 2001, foi considerada na época do seu lançamento um caso exitoso internacional. Além de articular uma visão urbanística aliada ao desenvolvimento econômico, tinha um cronograma de investimentos e ações a médio e longo prazos, bem como de suporte à(o)s trabalhadora(e)s. Tal política

revela uma mudança histórica da gestão governamental: de assistencialista para o suporte ao negócio. Além disso, identificou a consolidada relação entre formal e informal ao longo das cadeias de valor e afirmou a necessidade do governo dar suporte aos trabalhadores informais por meio da assistência técnica, jurídica e capacitação.

Dessa forma, a política afirmou o papel do Estado no suporte aos trabalhadores e duas famílias, reconheceu a economia informal no contexto do desenvolvimento metropolitano, no abastecimento para o consumo da população ao longo das cadeias de valor rurais e urbanas (Alcântara et al., 2013).

Apesar do processo de construção da política ter sido extensamente discutido por uma diversidade de atores, com posterior consulta aos trabalhadores, ainda assim continuam várias omissões: 1) seria aplicada na escala metropolitana, porém, não mostra ressonância ou articulação com ações governamentais na escala federal; 2) exclui os trabalhadores mais marginalizados, denominados “por sobrevivência”, sobretudo das políticas públicas de proteção social, saúde pública acessível, seguro desemprego e de acidentes de trabalho, pensão, etc.; 3) exclui os trabalhadores “por sobrevivência” das políticas de suporte aos micro, pequenos e médios empreendimentos; 4) exclui da política nacional o direito à negociação coletiva e à provisão de infraestrutura básica para o ambiente de trabalho; 5) exclui os direitos dos trabalhadores estrangeiros, apesar da norma nacional que assegura seus direitos sociais e ao trabalho; 6) exclui as organizações e sindicatos de trabalhadores ambulantes dos canais de formulação e deliberação de políticas, leis, emendas, etc. 7) exclui organizações tradicionais de trabalhadores formais (centrais sindicais). (Çelik, 2010)

Apesar do governo de Durban ter investido consideravelmente entre 1997-2000 em infraestrutura para a(o)s trabalhadores informais, como a construção de mercados nas áreas periféricas, o grosso do montante foi investido nas áreas turísticas como a costa marítima de Durban, área onde ficam os hotéis. Nesta área foram disponibilizadas vagas para apenas 350 a 700 trabalhadora(e)s ambulantes. Para a coordenadora internacional da *Streetnet International*, uma rede internacional que articula trabalhadores ambulantes em vários países, a avaliação após mais de dez anos é que ela não só não foi implantada como sua aplicação ainda está em suspenso.

Historicamente há uma carência na provisão de infraestrutura urbana nas áreas onde os negros moram e trabalham. Seja na rua ou no domicílio, as trabalhadoras informais não têm condições adequadas do ambiente de trabalho, acesso à água, saneamento ou lugar para armazenar seus produtos (Lund e Skinner, 2003).

INFORMALIDADE SUBORDINADA *SUBORDINAÇÃO NAS RELAÇÕES DE TRABALHO*

O setor têxtil/vestuário, assim como em outras partes do mundo, é intensiva em trabalho, cuja ponta da sua cadeia de produção compõe um grande contingente de trabalhadora(e)s informais. O pico da indústria do setor se deu na década de 1990 quando 450 firmas empregavam na região metropolitana de Durban entre 45 mil a 49 mil trabalhadora(e)s (Skinner e Valodia, 2003).

Em 2004, 24 empresas do setor têxtil tiveram que fechar suas portas e mais de 17.000 trabalhadora(e)s foram demitidos. Para o Sindicato dos trabalhadores do setor têxtil e vestuário sul-africano (*Southern African Clothing and Textile Workers Union – SACTWU*), cada trabalhador é responsável por mais 5 pessoas, então, este número seria o correspondente a 85.000 pessoas que perderam seu sustento. No ano seguinte, em 2005, mais 50.000 trabalhadores perderam seu posto. Só na província de Kwazulu Natal, cuja capital é Durban, 14.000 ficaram desempregados no setor têxtil em 2005. Segundo a recente Pesquisa Quadrimestral da Força de Trabalho, 14% eram trabalhadores subcontratados, incluindo os domiciliares (Palmi, 2006).

Com a abertura comercial na década de 1990, apenas 55% das mercadorias passou a ser produzida domesticamente na primeira década dos anos 2000. Apesar da exportação ter crescido na mesma década, não foi suficiente para competir com a entrada de produtos importados do vestuário. A informalização foi inevitável e passou a representar 55% das ocupações no setor têxtil/ vestuário na região metropolitana de Durban na primeira década dos anos 2000.

Houve também uma dispersão das fábricas inclusive para fora do país, para os países vizinhos – Lesoto, Moçambique e Malawi. Aquelas que adotaram a estratégia de permanecerem, subcontrataram para o trabalho domiciliar, em bairros onde já havia a concentração de antigos operários formais da indústria têxtil/vestuário (Skinner e Valodia, 2003).

Palmi (2006) entrevistou algumas trabalhadoras domiciliares em Durban, cuja produção é emblemática do ponto de vista da subcontratação da cadeia de valor da indústria, da segregação no mercado de trabalho e da divisão internacional da produção. A primeira trabalhadora, Ann, é negra e subcontratada da indústria local; a segunda, Jane, é branca, por conta-própria, com clientes brancas e parte da produção é exportada para a Ásia.

Ann é integrante do Programa de Assistência e Enfrentamento da AIDS da Igreja Católica de Durban. Este programa possui um braço na periferia que é a Missão Albini em Ntshongweni, que conduz o projeto Lulisandla com mulheres sobre as questões do trabalho domiciliar e saúde pública. O suporte da Igreja é na ponte para acesso aos

mercados, seja no marketing do produto quanto na venda. Ann apenas costura a peça.

A segunda trabalhadora é Jane, branca, produz para clientes turistas e mulheres brancas da classe média, além de parte da produção ser exportada para Hong Kong na Ásia.

SUBORDINAÇÃO NAS REDES DE SOCIABILIDADE NA PERIFERIA

A bibliografia sobre trabalho informal na cidade de Durban evidenciou que, assim como no Brasil e na Índia, a África do Sul também possui organizações não-governamentais que têm projetos de suporte a trabalhadores informais, porém, igualmente seletivos.

Em relação ao trabalho domiciliar em Durban, ao menos duas organizações foram registrados em literatura: a primeira, ligada à Igreja Católica, citada acima, que conduz o projeto Lulisandla; a segunda, citada pela entrevistada Ann, que faz referência a uma ONG, ligada a uma parente de um político local. Segundo Ann: “Eles estão conseguindo investimentos pesados e cresceram muito nos últimos cinco anos porque têm bons relacionamentos” (Palmi, 2006).

Em relação aos trabalhadores ambulantes, uma ONG que atuou decisivamente na resistência contra a remoção de mais de 8.000 trabalhadores diretos em um mercado na região central de Durban, é Asiye Tafuleni. O processo de resistência será descrito a seguir. Asiye Tafuleni é uma ONG que faz assessoria técnica em planejamento urbano e design de mobiliário para trabalhadora(s) informais, especialmente ambulantes e catadores de material reciclável. Além disso, articula uma rede de pesquisadores e acadêmicos sobre o assunto desde 2008 (Roever, 2013).

AUTONOMIA DESARTICULADA

Em 1997, a metrópole de Durban continha 19.301 comerciantes ambulantes sendo que 57% trabalhavam na região central e 30% na periferia (Roever, 2013). Em 2010, foi realizado um novo censo de ambulantes, que totalizou 87.541 trabalhadores ambulantes na metrópole de Durban. Em 2013 existiam 44 mil licenças (praticamente metade do contingente total) e 94% eram negros (Roever, 2013).

Na cidade de Durban, assim como em São Paulo e Mumbai, o número de licenças é irrisório ou inferior em relação ao número total. Segundo relato de um especialista em Durban colhido por Roever (2013), esta é uma herança do regime do *apartheid* que criminalizava a atividade. Há classificação de locais onde são expedidas pouquíssimas licenças com ocupação permanente no espaço público e outras que chegam ao cúmulo de determinar a ocupação não mais de 30 minutos, obrigando os trabalhadores a se moverem permanentemente.

No estudo de monitoramento de trabalhadoras ambulantes realizado pela WIEGO em 2012, o questionário realizado com 150 trabalhadores ambulantes entre entrevistas individuais e em grupos focais, resultaram em desigualdade de gênero, acesso precário às infraestruturas urbanas, conforme vemos a seguir: (Inclusive Cities, 2014)

- 56% dos vendedores não têm acesso a sanitários e 21% não têm acesso à água. A situação parece ser pior na área central que nas demais áreas da cidade de Durban. 75% não têm nenhum tipo de abrigo, portanto estão sujeitos às intempéries (chuva, sol, frio, vento, etc.). 50% não têm acesso à estoque. Dos 15 grupos-focais acompanhados pela pesquisa, 14 disseram que as questões de infraestrutura urbana são o principal problema da atividade;
- 75% dos trabalhadores na periferia e 50% dos trabalhadores na área central disseram que sofrem assédio dos policiais. A polícia é o segundo problema mais apontado pelos grupos focais. Ser portador de licença, segundo a(o)s trabalhadora(e)s não é garantia de proteção contra o assédio. O assédio se dá na forma do confisco das mercadorias (53% dos trabalhadores entrevistados sofreram deste problema). Os governos local e nacional são vistos pelos trabalhadores ambulantes em Durban como não apoiadores da atividade. Segundo eles, as únicas formas de interação entre trabalhadores e Poder Público se dão na forma de assédio e cobrança de taxas;
- As mulheres vendem produtos que elas mesmo fazem em casa, enquanto os homens vendem produtos já prontos, industrializados ou não. Enquanto 94% dos produtos que os homens vendem vêm do setor formal, para as mulheres esse percentual é de apenas 28%. Isso revela, além de uma diferença de gênero na cadeia de valor, que o setor formal tem importante participação como fornecedores. Entretanto, o setor formal tem baixa participação como compradores, uma vez que a participação do público em geral é de 88%, para os homens, enquanto apenas 3% são do setor formal. Para as mulheres, 92% público geral;
- A maioria das mulheres têm assistentes, sobretudo porque além das tarefas paralelas à venda (participar de reuniões, negociar com fornecedores e organizar estoque), têm as tarefas domésticas.

Segundo o estudo da Inclusive Cities (2014), a(o)s ambulantes estão inseridos em cadeias de valor específicas que estão localizadas territorialmente. Apesar da(o)s trabalhadora(e)s ambulantes serem considerados

por conta-própria, se fosse feito um planejamento e organização dos trabalhadores segundo as localizações dos setores de atividade (alimentos, vestuário, remédios, etc.), certamente beneficiariam toda a cadeia de trabalhadores informais de produtores, vendedores e catadores.

Só os ambulantes correspondem a 26% das vendas no varejo em Durban, apesar da escala da unidade econômica diminuta não possibilitar a negociação com o fornecedor para conseguir preços menores. A questão da moradia e transporte em relação às trabalhadoras ambulantes é central. Em relação à mobilidade urbana, as mulheres sofrem ao terem que se deslocar aos mercados nas áreas centrais, pelo fato de terem sido empurradas à periferia. Algumas das mulheres entrevistadas retornam às suas casas na área rural, onde tradicionalmente moram suas famílias, apenas uma vez por mês. Ao trabalharem na rua, elas acabam pagando por alojamento ou quarto em um cortiço na área central para passar a semana em uma acomodação temporária (Roever, 2013).

Segundo Lund e Skinner (2003), apesar do setor têxtil/vestuário ser intensivo em trabalho informal na África do Sul, sobretudo Johannesburgo, outro setor que ocupa importante percentual de trabalhadores na informalidade é a medicina tradicional zulu ou *muthi*. Há a estimativa que 30 mil trabalhadores estejam neste setor em uma cadeia de valor que vai da produção rural na informalidade até a venda urbana.

RESISTÊNCIA

Em relação às trabalhadoras domiciliares do setor têxtil/ vestuário, há um processo de organização que culminou na formação de um sindicato específico da categoria em 1989, o Sindicato de trabalhadores têxteis e do Vestuário sul-africano (*Southern African Clothing and Textile Workers' Union* – SACTWU), que não faz distinção entre seus filiados, se são formais ou informais. A SACTWU faz parte da tradicional central sindical COSATU. A SACTWU foi decisiva na pressão para instalação de canais de negociação entre as empresas do setor têxtil/vestuário e a(o)s trabalhadores informais no início da década de 2000, no período imediatamente posterior à política de abertura comercial que atingiu severamente a indústria.

Outro sindicato que atua nos processos de resistência é o Sindicato das Mulheres Trabalhadoras Por Conta-própria (*Self Employed Women Union*-SEWU), um sindicato exclusivo de mulheres trabalhadoras informais que participou ativamente na elaboração do diagnóstico sobre os aspectos socioeconômicos que subsidiou a Política da Economia Informal de Durban. Apesar das trabalhadoras terem colaborado no levantamento dos dados da(o)s trabalhadora(e)s: pessoais e familiares, localização das unidades informais (espaços públicos ou domiciliares),

condições ambientais de trabalho, acesso às infraestruturas urbanas, etc.; elas participaram na discussão após o esboço da política ter sido elaborada entre técnicos da Prefeitura, representantes dos conselhos de gestão da área central e acadêmicos (Valodia, 2007).

Mais que excluir ou ignorar a existência dessa(s) trabalhadores expressos na ausência da Política da Economia Informal de Durban, as políticas aplicadas na realidade vão no sentido oposto. Os exemplos relatados de resistência aos processos de exclusão e remoção estão demonstrados a seguir.

Em relação às trabalhadoras ambulantes, dois processos de resistência significativos na metrópole de Durban foram emblemáticos do ponto de vista da articulação em rede para negociação coletiva e protagonismo das mulheres para reverter duas políticas públicas altamente excludentes. O primeiro foi durante os preparos para a Copa do Mundo em 2010. O segundo foi a articulação de um sindicato de mulheres trabalhadoras por conta-própria para resistência em um local estratégico pra a venda ambulante: a Warwick Junction.

O primeiro exemplo de uma ação autoritária e despejo em massa de trabalhadora(s) ambulantes, legitimado devidamente por normas e regulações, proibindo a ocupação em determinados espaços públicos. Este processo tornou-se agudo sobretudo no preparo prévio das cidades para a Copa do Mundo e parece ter deixado um legado pós-megaeventos de expulsão das áreas estratégicas permanente, conforme vemos a seguir.

Quatro anos antes da Copa do Mundo de 2010 um processo de resistência substantivo aconteceu através de uma campanha que articulou trabalhadores ambulantes, protagonizada pela *Streetnet International* e outros movimentos sociais.

Em 2004, foi elaborado o Projeto de Gestão da Esfera Pública da metrópole de Durban e os locais de comércio ambulantes próximos aos locais de circulação de turistas da Copa do Mundo se tornaram automaticamente ilegais. Todos a(o)s trabalhadora(e)s passaram a ser perseguidos, expulsos por policiais, denominados “agentes da paz”, que foram treinados para retirar trabalhadores das áreas onde circulariam os turistas. Os locais delimitados neste projeto incluíam os estádios, aeroporto, novos shoppings, centros de compras e a costa marítima onde teria um *Fan Park*³².

O fato mais notável deste processo é que não passou por nenhum processo de consulta não só dos trabalhadores como dos atores que já haviam participado da construção da Política Metropolitana da Economia Informal de Durban. Além disso, também não foi realizado nenhum estudo de impacto social.

32 Espaço dos fãs para assistir aos jogos da Copa do Mundo.

O processo iniciado em 2004 de exclusão deliberada pelas autoridades locais também viu surgir a articulação de uma rede de resistência que integrou trabalhadora(e)s e suas organizações e sindicatos, bem como especialistas e acadêmicos em uma campanha chamada Campanha Cidades Globais para Toda(o)s (*World Class Cities for All Campaign-WCCA*).

Nesta campanha a *Streetnet International*, que liderou o processo, chamou as autoridades locais para que se comprometessem com projetos inclusivos e que realizassem processos participativos de consulta sobre as ações. Foram realizados vários protestos no ano de 2006 e o Comitê Local de Organização da Copa do Mundo finalmente chamou nas vésperas dos jogos em Novembro de 2009 os integrantes da campanha WCCA e os atores esportivos envolvidos no evento.

Nesta reunião ficou definido que os ‘comerciantes informais – que tem sido parte do futebol sul-africano por décadas – seriam permitidos a operarem livremente nos *fan parks* que seriam construídos nas cidades-sede. Entretanto, das nove cidades-sede, apenas Johannesburgo e Cidade do Cabo concordaram em construir espaços provisórios para que os trabalhadores ambulantes pudessem operar. A metrópole de Durban se recusou a iniciar um processo democrático de consulta e negociação (Çelik, 2010).

Segundo a *Streetnet*, apesar das duas cidades terem se comprometido em permitir os trabalhadores ambulantes dentro dos *Fan Parks*, isto não ocorreu na realidade, ao contrário, os locais onde ocorreram remoção de trabalhadora(e)s continuaram vazios e não foram construídos nenhuma alternativa aos trabalhadores que foram removidos permanentemente. Na cidade de Rustenburg, os próprios trabalhadores resistiram a esse processo de exclusão permanente e ganharam uma ação judicial baseada no princípio constitucional que eles têm direito à geração de renda pra sustentar suas famílias e a si próprios. (*Streetnet International*, 2006)

O segundo projeto urbano polêmico por ter acontecido concomitantemente aos preparos da cidade para os jogos da Copa do Mundo foi o projeto de *desenvolvimento* para a Warwick Junction, na região central de Durban (grifo meu).

Dois grupos distintos de trabalhadora(e)s informais seriam afetados pela proposta: aquela(e)s que tinham barracas dentro do mercado e outro grupo, com barracas fora do chamado mercado “Mercado da Madrugada”. Uma preocupação significativa era que não só os próprios vendedores seriam afetados, como toda rede de fornecedores, entregadores e dependentes na família. Lá existem 8.000 trabalhadora(e)s que, por mais de 100 anos, atuavam no mercado. Destes, 59,3% dos trabalhadores são mulheres. Neste mercado são vendidos produtos da

medicina tradicional africana (*muthi*), comida, artigos de vestuário, etc. (Skinner, 2009). Em 2006, tive a oportunidade de conhecer pessoalmente Warwick Junction durante um congresso da WIEGO sobre trabalhadoras informais.

Em 1994 um sindicato de trabalhadoras informais só de mulheres foi lançado em Durban, a *Self Employed Women's Union* (SEWU), inspirado na *Self Employed Women Association* (SEWA) na Índia, como foi relatado no item anterior. O principal grupo de mulheres que compunha a SEWU era aquelas que trabalhavam em Warwick Junction. Desde o início as trabalhadoras participavam de oficinas de capacitação para negociação coletiva.

Um dos resultados deste processo de organização das trabalhadoras informais foi, neste mesmo ano, ter conquistado um espaço de negociação com o governo local. A SEWU conseguiu conquistar um alojamento temporário às mulheres com 162 quartos perto do Mercado da Madrugada. Além do quarto para dormir, as mulheres conseguiram um centro público de banho, creche, armazenamento e refeitório. (Lund, 1998). Essa conquista inicial de negociação coletiva deu continuidade, através da participação das trabalhadoras ambulantes no Conselho das Unidades de Negócio Informais, um espaço regular de reuniões. Foram formadas comissões por tipos de produtos com zoneamento da distribuição das mercadorias. De 1994 até 2004 este espaço de diálogo e negociação conseguiu redesenhar o mercado até o ponto deste funcionar legal e cotidianamente, bem como os trabalhadores não estarem mais sujeitos a roubos, perseguições e propina da polícia. Foi construído também um mercado só de ervas e medicina tradicional africana no local (Skinner, 2009).

Em 2009, entretanto, a Prefeitura iniciou um projeto de *desenvolvimento* de Warwick Junction que previa investimentos privados para instalação de um shopping e remoção da maioria da(os) trabalhadora(e)s. A combinação entre remoção de favelas e trabalhadores nos espaços públicos em bairros estratégicos para o turismo, deixou os trabalhadora(e)s em uma situação de dupla exclusão – da moradia e da geração de renda. “Repentinamente as favelas e mercados na área do distrito central de negócios se tornou insalubre e abrigavam criminosos”. Para a Streetnet, morar e trabalhar na área central colocava os trabalhadores próximos às oportunidades de emprego formal e geração de renda na informalidade. (Streetnet International, 2006)

O projeto recebeu duras críticas dos próprios trabalhadores ambulantes, de acadêmicos e o público em geral porque, apesar de ter sido aberto um espaço de diálogo com a(o)s trabalhadora(e)s, os principais conflitos não foram negociados.

Trabalhadores e acadêmicos escreveram uma carta às autorida-

des argumentando que aquele local é simbólica e tradicionalmente um marco importante para o comércio. Além disso, é estratégico por ser na área central e local de geração de renda de mais de 8.000 trabalhadores, incluindo migrantes. A(o)s trabalhadora(e)s realizaram um protesto e foram duramente reprimidos. (Skinner, 2009).

Integrantes do sindicato e da ONG Asiye Tafuleni eram ameaçados pela Prefeitura. A(o)s trabalhadora(e)s, a ONG e advogados entraram com uma ação judicial contra a expulsão do mercado em Warwick Junction e ganharam em primeira instância. Conseguiram que a(s) trabalhadora(e)s permanecessem, apesar de estarem uma situação provisória. O shopping iniciou e concluiu sua construção no ano da Copa do Mundo em 2010, sem a inclusão na íntegra de todos os trabalhadores (Dobson, 2011).

Além da SEWU, Roever (2013) levantou outras organizações de trabalhadores ambulantes em Durban: *Masibambisane Traders Organization* (MATO), com 3.000 membros; *South African Informal Workers Association* (SAIWA), com 478 membros; *South African Self Employed Women's Association* (SASEWA), com 400 membros; *Traders Against Crime* (TAC), com 50 membros; e *Early Morning Market Traders Association* (EMMTA), com 14 membros.

Apesar da multiplicidade de representatividade, Roever (2013) identificou que nem todas as organizações possuem eleições regulares. Outro dado importante é que a forma de organização dessas associações é territorializada, ou seja, estão em função de comissões por região da cidade. Em muitas áreas a eleição ocorre somente uma vez e a(o)s líderes permanecem e são relutantes a elegerem um sucessor ou saírem do poder.

CONCLUSÃO

DESMATERIALIZAR OS BRAÇOS PARA TOMAR A TERRA

A industrialização com baixos salários e empregos insuficientes revelou-se, portanto, uma modernização conservadora ao excluir grande parcela dos assalariados formais e informais, conseqüentemente, do direito à cidade. A falta de um “lugar” na cidade legal e no emprego formal, entretanto, não fazem da(o)s trabalhadora(e)s passivos como produtores do espaço urbano. A disputa pela terra é forte porque o espaço urbano não é neutro. A(o)s trabalhadora(e)s informais são agentes ativos na produção do espaço urbano: escolhendo locais com dinâmicas comerciais e produtivas favoráveis. Entretanto, na contabilidade dessas lutas, o ônus recai sobre a(o)s ambulantes e domiciliares.

Se os trabalhadores não estão no regime de cidadania atrelado ao emprego formal (proteção social, fundo de garantia por tempo de serviços – FGTS para compra da moradia, etc.) só resta à trabalhadora(a) a insegurança na posse e o acesso precário às infraestruturas urbanas. Nas entrevistas, ficou claro que as trabalhadoras na informalidade são obrigadas a viver em constante êxodo urbano, na moradia e no local do trabalho.

A pergunta parece esdrúxula, mas geralmente é aquela que ouvimos dos gestores quando os protestos deflagram nas metrópoles. É como se a pergunta se resumisse: por que então a(o)s trabalhadora(e)s insistem em existir? (grifo meu) Se o Estado não os integra nos regimes formais de terra e trabalho e o teórico acesso universal aos demais direitos sociais, a materialidade das suas vidas continua a desafiá-lo.

Neste caso, é possível falarmos em *rapto do território do trabalho* porque o território que sobra para esta(e) trabalhador(a) nunca será dela(e) e se o utiliza informalmente, é de baixa qualidade (grifo meu).

A PERIFERIA COMPULSÓRIA

Apesar das transformações na economia e mobilidade urbanas recentes, não rompem com a lógica da segregação socioespacial e da expansão urbana predatória em direção às periferias em assentamentos informais sem infraestrutura adequada, moradia sem titularidade, bem como oferta insuficiente ou precária de oportunidades ocupacionais.

As trabalhadoras informais entrevistadas confirmam uma vida inteira nas periferias: são sistemáticas e sucessivas mudanças no tipo de ocupações informais, bem como êxodos intraurbanos na moradia e no trabalho.

Além disso, as relações de trabalho na informalidade, não bastasse a precarização expressas na desregulação da jornada, na falta de proteção social, na inadequação às normas de saúde e segurança, na dificuldade ou ausência de negociação coletiva, etc., a(o)s trabalhadora(e)s informais teriam desiguais condições de acesso e permanência nos mercados. A autonomia é desarticulada, portanto, porque têm independência laboral sem a contrapartida da soberania para definir os termos de troca.

A preocupação na viabilização de uma vasta infraestrutura para a produção, circulação e acumulação capitalistas não é proporcional ao investimento na reprodução, circulação e acumulação da força de trabalho. Questões como tempo livre, moradia, saúde, educação e lazer do trabalhador não estão incluídos com o mesmo peso nas agendas do Estado e da sociedade. Além da expulsão compulsória do espaço urbano, está a desarticulação das dinâmicas produtivas, da organização e luta de classes e da participação no regime de acumulação capitalista e produção de riqueza do país.

Para a primeira categoria, os trabalhadores informais ambulantes, os efeitos das transformações acima descritas foram os seguintes: 1) proibição das atividades e expulsão dos espaços públicos; 2) cancelamento ou fraude dos canais de participação e controle social; 3) manutenção da ausência de mecanismos de proteção social para os trabalhadores informais.

Para os trabalhadores domiciliares, foram as seguintes manifestações de despossessão: 1) diversificação das estratégias locais das oficinas domiciliares na direção de um melhor quociente na relação custo da moradia/transporte; 2) preço do metro quadrado

dos aluguéis em moradias precárias superiores ao dos bairros ricos³³; 3) estruturação de um sistema espoliador de sublocação ilegal dos espaços de venda dos produtos feitos nas oficinas próximos aos *clusters de atacado/ varejo populares*; 4) inclusão no programa federal Microempreendedor Individual de formalização do negócio, sem o respaldo na manutenção da gestão e proteção social dos integrantes que trabalham nas oficinas³⁴.

A discriminação por raça, casta, gênero e classe, para além das questões estruturais da história e economia dos seus países é outra camada de subordinação, para além das relações de trabalho. A relação entre acesso à educação e acesso à terra também estão incluídos no sistema de castas, na medida em que os integrantes das castas superiores ocupam as hierarquias superiores de classe rurais e estas se reproduzem nas áreas urbanas.

Além disso, as políticas de formalização e empreendedorismo não consideram o protagonismo coletivo da(o)s trabalhadora(e)s. Os exemplos citados nas cidades evidenciam que, apesar da posição preponderante do Estado no avanço dos direitos de parte dela(e)s, há uma série de problemas e desafios no diálogo social e na sustentabilidade da atividade.

RESERVA DE BRAÇOS E DE TERRAS: SUBACUMULAÇÃO E SUPERACUMULAÇÃO

A informalidade subordinada e a autonomia desarticulada são duas faces da mesma moeda: não há neutralidade na posição que ocupa a informalidade na periferia do capitalismo. Nesse sentido, é impossível dizer que haverá a transição automática do informal para o formal, uma vez que ela funciona como reserva de braços e terras por subacumulação e superacumulação.

Subacumulação porque tanto no trabalho subcontratado quanto no trabalho por conta-própria são extraídos, além dos direitos trabalhistas, todo o aparato social de reprodução social da força de trabalho. Cabe à trabalhadora(a) informal ser responsável pela sua aposentadoria, moradia, saúde, transporte, acidente de trabalho, maternidade, e por

33 Por cômodos com tamanho médio de 10 m², os habitantes de cortiços pagam em média R\$ 28 por m² na Subprefeitura da Sé, na região central, e R\$ 21 na Subprefeitura da Mooca, na zona leste. Segundo dados do Sindicato da Habitação de São Paulo (Secovi-SP), o valor mais alto de aluguel no Município é cobrado na região sul, nos bairros de Jardins, Moema e Morumbi, entre outros, onde o m² de um apartamento de quatro quartos sai por R\$ 23,00.

34 Esses dados são resultados do diagnóstico desenvolvido pela equipe do projeto 'Trabalho Informal e Direito à Cidade', desenvolvido no Centro Gaspar Garcia de Direitos Humanos. Os dados serão publicados no final do ano de 2012.

aí vai. Os rendimentos na informalidade são baixos, apesar da constatação que chega ser ligeiramente superior aos trabalhadores formais. Por este motivo, é subacumulação porque além da(o) trabalhador(a) trabalhar para sua sobrevivência (ou alimentar outras sobrevivências, como vimos), não participa de todo o sistema de proteção social e acesso aos demais direitos sociais: habitação, saneamento, transporte, etc.

Superacumulação porque as demonstrações de despossessão (Harvey, 2011) para superacumulo da extração da mais-valia vem no mesmo pacote com a superexploração: baixíssima remuneração por peça, formas diferentes de controle sobre tempo e a produção, através de novos dispositivos de monitoramento; estabelecimento de metas e premiações; eliminação dos riscos do negócio; extensão da jornada, através da indistinção entre tempo de trabalho e de não-trabalho; etc. Todas estas são estratégias de sucção ao máximo do capital sobre o trabalho. Esse regime é replicado tanto na subcontratação quanto no trabalho por conta-própria.

O revés do capital para maquiagem a informalidade por meio da formalização de microempreendedores, criou o revés que é a fraude das relações de subordinação, na medida em que são utilizadas como expedientes de empresas para evitar a obrigação com os direitos trabalhistas. Essa substituição de contratos de trabalho por contratos de prestação de serviço é largamente praticada como forma de sanear cadeias inteiras de produção e comercialização, livrando empresas dos direitos trabalhistas e precarizando trabalhadora(e)s.

É superacumulação porque há clara assimetria decisória e de riqueza como reflexo de relações desiguais de poder e subordinação. Para as mulheres, é outra camada de superacumulação porque recaem sobre elas o trabalho produtivo e reprodutivo não remunerados e desprotegidos.

A reserva de braços e de terras, para futura apropriação é, portanto, funcional à reprodução do capitalismo na periferia. As terras ocupadas por favelas, quando são alçadas ao interesse do mercado imobiliário tornam-se automaticamente territórios a serem tomados a um preço barato para futura produção e especulação imobiliária. Os braços de trabalhadora(e)s informais, da mesma forma, como excedente da força de trabalho atuam exercendo forte pressão no rebaixamento dos salários e rotatividade no emprego formal, bem como na extração dos direitos trabalhistas e redução do custo trabalho.

COMENSAIS E COLÔNIAS NO BANQUETE PARA POUCOS

Os regimes excludentes sobretudo no acesso à terra e ao emprego urbanos têm sido decisivos para a manutenção de uma cidadania racionada que abre espaço para uma saída bifurcada: uma, virtuosa, através da articulação dos setores progressistas com avanços mais ou menos sig-

nificativos; outra, viciosa, com um complexo mercado de cidadania, através da intermediação para o acesso aos direitos.

Quanto à saída virtuosa, temos neste artigo diversos exemplos de lutas urbanas de movimentos sociais e trabalhadora(e)s como resistência aos processos excludentes, bem como de ações de suporte, articulação e apoio à(o)s trabalhadora(e)s. A saída viciosa também tem vários formatos: clientelismo, corrupção, cooptação, etc.

Marfaing e Thiel (2015) falam em redes de acumulação e redes de sobrevivência, bem como mostram os operadores que orbitam essas redes para a mediação e ponte aos direitos. Trata-se de uma seletiva participação na riqueza, combinadas às estratégias de rebaixamento dos custos da terra e da moradia. Os exemplos no Brasil, Índia e África do Sul demonstram que o mercado da cidadania vende produtos formais (casa, licença de trabalho, etc.) e informais (ocupações de moradia, licenças ilegais ou provisórias - *pautis*).

Esta *gestão da exceção* seria construída por redes de sociabilidade na periferia para garantia de questões mínimas de sobrevivência, seja através de arranjos específicos de organização dessa própria população com hierarquias internas; quanto por atuação do Estado ou de ONG. Essa gestão não aconteceria somente em tempos de crise econômica, humanitária (resiliência), ou em regimes democráticos ou ditatoriais: é permanente com poucas e raras mercadorias políticas.

É possível fazer um paralelo com as relações entre os seres vivos para sobrevivência: as abelhas se organizam em *colônias*, com hierarquia e divisão do trabalho rígidos. É através da cooperação e organização que se tem acesso aos recursos, escassos ou não. Por outro lado, é certo também que existem os chamados *comensais*, ou seja, aqueles que têm relações de complementaridade para acesso à comida, por exemplo (grifo meu). Por essa razão, as redes de sociabilidade poderiam ser o equivalente aos comensais e as redes de resistência, as colônias. Se por um lado, é possível dizer que há redes de suporte que fazem o trabalho de politização e fortalecimento da(o)s trabalhadora(e)s para *alavancagem* da representatividade, este esforço não têm resultado em universalização dos direitos.

A fronteira entre apoio, suporte, intermediação ou tutela são muito imprecisas. A pesquisa bibliográfica nas três cidades e o levantamento de campo realizado em São Paulo apontaram que, devido à vulnerabilidade das duas categorias de trabalhadoras informais, o suporte do Poder Público ou das ONG são fundamentais, porém, algumas dessas ações recaem para a dependência mútua.

MULHERES INSUBORDINADAS

A literatura e o levantamento de campo mostraram várias nuances de subordinação, entretanto, os exemplos de insubordinação individuais e

coletivas, ainda que pareçam desarticulados, são tão pungentes quanto os esforços para aniquilá-los.

De um lado, as políticas macroeconômicas, a herança colonial, o patrimonialismo, patriarcalismo, segregação e discriminação nativos, a divisão internacional do trabalho resultam em informalidade, subordinação e desarticulação de trabalhadora(e)s informais. De outro, insubordinação, articulação em rede, protestos e ações judiciais mostram processos de resistência que têm desafiado a exclusão, a periferia e a subordinação compulsórias.

Não há um mesmo cálculo entre os países que possa resultar no avanço do processos de resistência na garantia dos direitos sobre a *gestão de exceção*. Cada país avançou em frentes específicas. Entretanto, as falas das trabalhadoras informais entrevistadas têm o mesmo tom expresso pela trabalhadora ambulante da zona sul: “nós mulheres somos maioria na exclusão. Já perdi muita coisa nessa vida e agora tô ganhando. Agora que eu comecei não vou mais parar”.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Abílio, Ludmila C. 2011 O “Make up do trabalho: uma empresa e um milhão de revendedoras de cosméticos”. Tese de Doutorado em Ciências Sociais. Campinas: Universidade Estadual de Campinas.
- Abramo, Laís W. 2007 “A Inserção da mulher no mercado de trabalho no Brasil: uma força secundária?” Tese de Doutorado em sociologia. São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.
- Agarwala, Rina 2013 *Informal Labour, Formal Politics, and Dignified Discontent in India* (New York: Cambridge University Press).
- Alcântara, André; Itikawa, Luciana et al. 2013 *Ambulantes e Direito à Cidade. Trajetórias de vida, organização e políticas públicas* (São Paulo: CCGDH).
- Anjaria, Jonathan S. 2010 “Street Hawkers and Public Space in Mumbai” em <<http://wiego.org/sites/wiego.org/files/publications/files/Anjaria-Street-Hawkers-Public-Space-Mumbai.pdf>>
- Aranes, Pedro F. 2006 “O Ajuste Urbano: as políticas do Banco Mundial e do BID para as cidades”. Tese de Doutorado. São Paulo: Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo.
- Araújo, Ângela M.C. 2002 “Dossiê Gênero no Trabalho” *Cadernos Pagu*. (Campinas) Nº 17 e 18. P. 131-138.
- _____ 2005 “Gênero nos estudos do trabalho”. In: Moraes, M.L.Q. de (Org.) *Gênero nas fronteiras do sul. Coleção Encontros Pagu*. (Campinas: UNICAMP/ PAGU).
- _____ Leite, Márcia P. (Orgs.) 2009 *O Trabalho Reconfigurado: ensaios sobre Brasil e México* (São Paulo: Annablume).
- Barbosa, Alexandre F. 2008 *A Formação do Mercado de Trabalho no Brasil* (São Paulo: Alameda Casa Editorial).
- _____ 2009 “Reconceptualizing the Urban ‘Informal Sector’ in Underdeveloped Countries: an overview of the Brazilian, Indian and South African Cases”. Artigo apresentado em GLU Conference, Mumbai, 22-24 February 2009. Em: < http://www.global-labour-university.org/fileadmin/GLU_conference_TISS_2009/Submitted_papers/Alexandre_de_Freitas_Barbosa.pdf >.

- _____. (org.) 2012 *O Brasil Real: A desigualdade para além dos indicadores* (São Paulo, Editoras Outras expressões).
- _____. Cacciamali, Maria C. (orgs.) 2013 *The Dynamic South: Economic Development and Inclusive Growth: the Challenges Ahead* (São Paulo: CEBRAP).
- _____. 2015a “China e América Latina: Parceria Sul-Sul?” *Carta Capital* em: <<http://www.cartacapital.com.br/blogs/blog-do-grri/china-e-america-latina-parceria-sul-sul-4240.html>>
- _____; Cacciamali, Maria C.; Rodgers, Gerry (orgs.). 2015b “Project paper Comparative C”. Em: CEBRAP/ University of São Paulo&IHD New Delhi. Growth Regimes, Labour Markets and Inequality in Brazil and India: Parallel Experiences in Historical Perspective. March 7th 2015
- Bennet, Mark 2003 “Organizing in the Informal Economy: a case study of the Colthing Industry in South Africa” (Geneva: International Labour Office – ILO).
- Bhorat, Haroon et al. 2013 “Labour Market and Social Welfare Outcomes in the contexto of crisis” em *The Dynamic South: Economic Development and Inclusive Growth: the Challenges Ahead*. (São Paulo: CEBRAP).
- Bhowmik, Sharit e Saha, D. 2011 *Financial Accessibility of the street vendors in India: Cases of Inclusion and Exclusion* (Genebra: UN Development Programme).
- Biroli, Flavia e Miguel, Luis F. (2014) 2015 *Feminismo e Política* (São Paulo: Boitempo Editorial).
- Braga, Ruy 2013 *A política do precariado do populismo à hegemonia lulista* (São Paulo: Boitempo editorial).
- Breman, Jan 2009 “Myth of Global Safety Net” *New Left Review* n.º 59 September October 2009 (Nova York, NLR).
- Brics Policy Center 2013a “As experiências e o papel da África do Sul na quinta Cúpula dos Brics”. Agosto 2013. *Country desks*. Em: <<http://bricspolicycenter.org/homolog/uploads/trabalhos/5998/doc/739920042.pdf>>
- Brics Policy Center 2013b “Indústria e mudanças estruturais no Brasil e África do Sul: convergências e divergências”. Agosto 2013. Núcleo de desenvolvimento, comércio, finanças e investimento. Em:

<<http://bricspolicycenter.org/homolog/uploads/trabalhos/6020/doc/786682310.pdf>>

- Brumer, Anita 2009 “Gênero, família e globalização” *Sociologias*. (Porto Alegre) Ano 11, n.º 21. p. 14-23. Jan./ jun.
- Cacciamali, Maria C. 2014 “Causes and Interpretations of Social Inequalities” em IHD)/CEBRAP (org.). *Labour Market Inequality in Brazil and India: Concepts and Methods of Analysis*. (São Paulo/ Nova Delhi: IHD/CEBRAP) IHD Working Paper Series 04/2014
- Cano, Wilson 2008 *Desconcentração Produtiva Regional do Brasil 1970-2005* (São Paulo, Editora UNESP).
- Cardozo, José E. 2000 *A Máfia das Propinas. Investigando a Corrupção em São Paulo* (São Paulo: Perseu Abramo).
- Çelik, Ercument 2011 “The exclusion of street traders form the benefits of the FIFA 2010 World Cup in South Africa” *African Journal of Business and Economic Research*. (Durban) Special Issue pp. 62-86
- CGGDH 2012 *Trabalho Informal e Direito à Cidade: Dossiê de Violações de Direitos de trabalhadores ambulantes e domiciliares imigrantes* (São Paulo: CGGDH).
- Chen, Martha e Raveendran G. 2014 “Urban Employment in India: Recent Trends and Patterns” (Cambridge: WIEGO) WIEGO Working Paper n.º 7
- Chomsky, Noam (2003) 2004 *Hegemony or survival: America’s quest for global dominance* (New York: Owl Books).
- Cymbalista, Renato; Cardozo, Patrícia.; Santoro, Paula F. “Plano Diretor Participativo e o direito das mulheres à cidade” Em: <<http://www.polis.org.br/uploads/510/510.pdf>>
- Cyrino, Rafaela 2009 “Trabalho, temporalidade e representações sociais de gênero: uma análise da articulação entre trabalho doméstico e assalariado” *Revista Sociologias*. (Porto Alegre) N.º 21 ano 11. Jan./ jun 2009. P.66-92.
- D’Andrea, Tiaraju P. 2014 “A formação dos sujeitos periféricos: cultura e política na periferia de São Paulo” Tese Doutorado. São Paulo: FFLCH da Universidade de São Paulo.
- Dobson, Richard 2011 “Saving the Mother Market: Mobilizing Street vendors in Durban”. *Inclusive Cities report*. Em: <http://www.inclusivecities.org/wp-content/uploads/2012/07/Dobson_Success_Story_Saving_Mother_Market.pdf>

- Fakude, Gordon 2000 “Informalization in Kwazulu-Natal’s clothing sector”. Research Report n.º 37 em Department of Trade and Industry Policy Support Programme 2000 International Competitiveness and Value Chains in Selected Manufacturing Sectors Study. Em: <<http://www.sds.ukzn.ac.za/files/rr37.pdf>> (Durban: University of Kwazulu-Natal).
- Feltran, Gabriel 2011 “Transformações sociais e políticas nas periferias de São Paulo” em Kowarick, Lucio e Marques, Eduardo (orgs.) *São Paulo: Novos percursos e atores: sociedade, cultura e política* (São Paulo: editora 34/ Centro de Estudos da Metrópole).
- Feltran, Gabriel 2013 “Territórios e populações marginais em tempo de desenvolvimento: modos de gestão do conflito social no Brasil Contemporâneo” em: Bonelli, Maria da Glória e Landa, Martha Diaz. *Sociologia e Mudança Social no Brasil e na Argentina*. São Carlos: Compacta Gráfica e Edit, 2013.
- Fernandes, Florestan 2008 *A Integração do Negro na Sociedade de Classes: Ensaios de Interpretação Sociológica*. (Rio de Janeiro: Editora Globo) Vol. 1 e 2
- Ferreira, João S.W. 2012 *Produzir Casas ou construir cidades? Desafios para um novo Brasil Urbano*. (São Paulo, Editora FUPAM).
- Furtado, Celso 2009 *Desenvolvimento e Subdesenvolvimento* (Rio de Janeiro: Editora Contraponto)
- Galeano, Eduardo (1971) 2015 *As Veias Abertas da América Latina* (São Paulo: L&PM).
- Gangopadhyay, J. 2014 “Women and trade unions in the informal sector” em: <http://wiego.org/sites/wiego.org/files/resources/files/Gangopadhyay_Jagriti_Dissertation.pdf>.
- Garcia, Lúcia; Maia; Rosane A. 2011 “Informalidade atualizada: análise das regiões metropolitanas e Distrito Federal no Período 1999 a 2009” em: Oliveira, R.V.; Gomes, D. Targino, I. (orgs.). *Marchas e Contramarchas da Informalidade do Trabalho: das origens às novas abordagens*. (João Pessoa: Editora Universitária da UFPB).
- Gartenberg, Indira e Bhowmik, Sharit 2014 “Organising the unorganized: Mumbai’s homeworkers lead the way”. Em: <<http://learn-india.org/>>
- Gonzaga, T.O. 2004 “A Cidade e a arquitetura também mulher: conceituação da metodologia de planejamento urbano e arquitetura do ponto de vista do gênero” Tese de Doutorado em Estruturas

- Ambientais Urbanas. São Paulo: Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. Universidade de São Paulo.
- Guimarães, Nádya A. 2002 “Os desafios da equidade de gênero: reestruturação e desigualdades de gênero e raça no Brasil” *Dossiê Gênero no Trabalho Cadernos Pagu*. (Campinas) N.º 17 e 18.
- Harvey, David 2011 “O novo imperialismo: ajustes espaço-temporais e acumulação por desapossamento” *Socialist Register* (New York).
- Hirata, Daniel 2010 Sobreviver na adversidade: entre o mercado e a vida. Tese de Doutorado em Sociologia. São Paulo: FFLCH/USP.
- Hirata, Helena 2002 *Nova divisão sexual do Trabalho: um olhar voltado para a empresa e a sociedade*. (São Paulo: Boitempo Editorial).
- _____ 2009 “A Precarização e a divisão internacional e sexual do trabalho” *Sociologias*. (Porto Alegre) Ano 11, n.º 21. p. 24-41. Jan./jun.
- IBGE 2014 “SIS 2014: Em nove anos aumenta a escolaridade e o ensino superior” em <<http://saladeimprensa.ibge.gov.br/noticias?view=noticia&id=1&busca=1&idnoticia=2796>> Acesso em Janeiro de 2015.
- Inclusive Cities 2014 Informal Economy Monitoring Study: Street Vendors in Durban (Durban: IC)
- Instituto Pólis 2002 *O Estatuto da Cidade* (São Paulo: Instituto Pólis).
- IPEA 2009 “Trabalho para o mercado de trabalho e trabalho para casa: persistentes desigualdades de gênero” *Comunicados do IPEA* n.º 149, 23 de Maio de 2012. Em: <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/comunicado/120523_comunicadoipea0149.pdf>
- Itikawa, Luciana 2006 “*Trabalho Informal nos espaços públicos na cidade de São Paulo. Parâmetros para políticas públicas*” Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo, São Paulo.
- _____ 2007 “Vulnerabilidades do Trabalho Informal de Rua: Violência, corrupção e clientelismo” em *Revista São Paulo em Perspectiva*. (São Paulo) Vol. 20. N.º 1.
- _____ 2013 “Existe diálogo em São Paulo, mas que diálogo queremos?” *Carta Capital* Em: <<http://www.cartacapital.com.br/sociedade/existe-dialogo-em-sao-paulo-mas-que-dialogo-queremos-8416.html>>

- _____ et al. 2014 “Políticas Públicas e Mapeamento do Trabalho Domiciliar no Brasil e em São Paulo”. Relatório À WIEGO. Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de São Paulo, Agência de Desenvolvimento Solidário e Instituto Observatório Social da CUT (São Paulo: mimeo)
- Itikawa, Luciana 2015a “Terceirização e o rapto do Território do Trabalho” em Grupo de Pesquisa Trabalho e Capital. Em: <https://grupodepesquisatrabalhoecapital.wordpress.com/2015/04/13/terceirizacao-e-o-rapto-do-territorio-do-trabalho/>
- Itikawa, Luciana 2015b “Ambulantes na Copa: a formula mágica da participação excludente: por trás do monopólio da exploração, a conciliação e a subordinação” em
- Jordão, Rogério P. 2000 *Crime (quase) perfeito: corrupção e lavagem de dinheiro no Brasil* (São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo).
- Krein, José D. 2006 “Tendências recentes nas relações de Emprego no Brasil 1990-2005” *Tese de Doutorado* (Campinas: Instituto de Economia UNICAMP).
- Lund, Francis 1998 “Women Street Traders in Urban South Africa: A synthesis of selected research findings” CSDS Research Report n.º 15 em: < <http://wiego.org/sites/wiego.org/files/publications/files/Lund-women-street-traders.pdf>> Acesso em Outubro de 2014.
- Lund, Francis e Skinner, Caroline 1999 “Promoting the interests of women in the informal economy: na analysis of street trader organizations in South Africa” CSDS Research Report n.º 19 em: <http://wiego.org/sites/wiego.org/files/publications/files/LundSkinner_Promoting_interests_women_IE_1999.pdf> Acesso em Janeiro de 2015.
- Lund, Francis e Skinner, Caroline 2003 “The Investment Climate for the Informal Economy: A Case of Durban, South Africa”. Background paper for the 2005 World Development Report. 15 September 2003. Em: <
- Marfaing, Laurance; Thiel, Alena 2015 “Networks, spheres of Influence and the mediation of Opportunity: the Case os West African Trade Agents in China” *The journal of Pan African Studies*. Vol. 7 n.º 10, Maio .
- Em: <[http://www.jpnafrican.com/docs/vol7no10/Bodomo-5-Marfaing%20\(1\).pdf](http://www.jpnafrican.com/docs/vol7no10/Bodomo-5-Marfaing%20(1).pdf)>

- Marques, Eduardo C.L. 2014 “A Metrópole de São Paulo no início do século XXI” Dossiê Metrópoles em Revista USP n.º 102 p.23-32 Junho/Julho/Agosto (São Paulo).
- Mello, Andreia 2014 “Prostituição, Gênero e Direitos. Noções e tensões nas relações entre prostitutas e Pastoral da Mulher Marginalizada”. Tese de Doutorado. UNICAMP, Campinas.
- Mishra, Abhishek 2015 “The Informal Sector of Indian Economy: Redressing the IR and HR Issues” em International Journal of Management and Social Science Review. Pp. 254. Vol.n.º1 Issue 10 April 2015. Disponível em: <<http://www.ijmsrr.com/admin/archive.php?m=042015>>. Acesso em Maio de 2015.
- Misse, Michel 2011 “Mercadorias políticas: para uma abordagem analítica” em:
- Nohn, Matthias e Bhatt, Bijal Brahm. 2014 “How to Assess Security of Tenure and Emulate Mortgages for Financing Semi-Formal Homes: Lessons from Mahila Housing SEWA Trust”. Women in Informal Employment Globalizing and Organizing (WIEGO) Technical Brief n.º8- July 2014.
- Organização Internacional do Trabalho OIT 2009 The informal economy in Africa: Promoting transition to formality: challenges and strategies” em http://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---ed_emp/--emp_policy/documents/publication/wcms_127814.pdf
-
- _____ 2012 “Statistical update on employment in the informal economy. Department of Statistics” em: <http://laborsta.ilo.org/applv8/data/INFORMAL_ECONOMY/2012-06-Statistical%20update%20-%20v2.pdf>
-
- _____ 2015 The transition from the informal to the formal economy. International Labour Conference 104th Session, 2015. Genebra, OIT.
- Organização das Nações Unidas ONU-Habitat 2013a “Mapping and Framing the Security of Tenure”. *em*
-
- _____ 2013b “State of women in cities: 2012-2013. Gender and the prosperity of cities”. Nairobi, UN-Habitat, 2013. Em: < <http://www.un-bd.org/pub/unpubs/2013/Gender%20and%20Prosperity%20of%20Cities.pdf>>.
- Oliveira, Francisco de 2003 *Crítica à razão dualista e Ornitórrinco*. (São Paulo: Boitempo Editorial).

- Palmi, Renato 2006 "Stitching for Survival: home-based clothing operations in the informal economy. The experience of two women in Kwazulu Natal South Africa". (Durban: School of Development Studies, University of Kwazulu Natal).
- Patel, Sheela e Arputham, Jockin 2010 Recent Developments in plans for Dharavi and for the airport slums in Mumbai Environment & Urbanization vol 22 n.º2 October 2010.
- Pere, Garth L. 2006 "A África do Sul pós-apartheid: do isolamento econômico à transformação social" em Villares, Fábio. (org.). Índia, Brasil e África do Sul: perspectivas e alianças (São Paulo: Editora UNESP, IEEI, Fundação Ford).
- Piscitelli, Adriana 2012 "Feminismos e Prostituição no Brasil: Uma leitura a partir da Antropologia Feminista" *Cuadernos de Antropologia Social*. Campinas Nº 36.
- Pochmann, Márcio 2008 *O Emprego no desenvolvimento da Nação* (São Paulo: Boitempo Editorial).
- Raffestin, Claude (1980) 1993 *Por um geografia do poder* (São Paulo: Editora Atica).
- Rangel, Tiago 2013 "Os migrantes da costura em São Paulo: retalhos de trabalho, cidade e Estado"; Dissertação de Mestrado. Universidade de São Paulo, São Paulo.
- Rezera, Danielle 2013 "Gênero e Trabalho: mulheres bolivianas na cidade de São Paulo 1980 2010" Tese de Doutorado. São Paulo: FFLCH – USP.
- Risbud, Neelima 2003 "Understanding Slums: Case studies for the Global Reporto n Human Settlements. The Case of Mumbai, India" em: <http://www.ucl.ac.uk/dpu-projects/Global_Report/pdfs/Mumbai.pdf> Acesso em Novembro de 2014
- Roever, Sally; Mkhize, Sibongile; Dube, Godwin 2013 "Street Vendors in Durban, South Africa". Informal Economy Monitoring Study. Inclusive Cities. WIEGO. December 2013. Em: <<http://wiego.org/sites/wiego.org/files/publications/files/IEMS-Durban-Street-Vendors-City-Report-English.pdf>>. Acesso em Abril de 2015.
- Rolnik, Raquel 1996 *A Cidade e a Lei* (São Paulo: Nobel).
- _____ 2009 "Report of the Special Rapporteur on adequate housing as a component of the right to an adequate standard of living, and on the right to non-discrimination in this context". (Genebra: UN)

- Rupolia, Mamta, Choudhary, Richa, Purohit, Harsh 2015 A Study on Customer Relationship Management Practices Adopted by Apparel Street Vendors Influencing Customers Shopping Decision IOSR Journal of Business and Management. 8th International Business Research Conference Mumbai India.
- Santoro, Paula 2008 “Gênero e planejamento territorial: uma aproximação” XVI Encontro de Estudos Populacionais ABEP (Caxambu)
- Santos, Milton 2004 (1979) *O Espaço Dividido* (São Paulo: EDUSP)
- Schwarz, Roberto 1991 *Um Mestre na periferia do Capitalismo* (São Paulo: Duas Cidades)
- _____ 1997 *Dois Meninas* (São Paulo: Companhia das Letras)
- _____ 2012 *Martinha versus Lucrecia*. (São Paulo: Companhia das Letras).
- SEADE 2014 “O Emprego e a mobilidade do Trabalhador na região metropolitana de São Paulo” (São Paulo) 1ª análise SEADE julho 2014.
- Sethuraman, S.v. 1981 “the role of the Urban Informal Sector” Em *The Urban Informal Sector in Developing Countries: Employment Poverty and Environment* (Geneve: OIT).
- Sharma, Alakh et Papola, T. 2013 “Labour and Employment in a Fast Growing Country: Issues of Employment and Inclusiveness” em *The Dynamic South: Economic Development and Inclusive Growth: the Challenges Ahead* (São Paulo: CEBRAP).
- Silva, Carlos F. 2014 “Das Calçadas às Galerias: mercados populares do Centro de São Paulo” Tese de Doutorado Universidade de São Paulo, São Paulo.
- Silva, M.F.G 2000 A economia política da corrupção no Brasil (São Paulo: SENAC).
- Singer, Paul 2008 “Economia Solidária: entrevista com Paul Singer” *Revista Estudos Avançados* (São Paulo) Vol. 22. Nº 62.
- Sinha, Shalini e Roeber, Sally 2011 “India’s National Policy on Urban Street Vendors” WIEGO Policy Brief. Urban Policies (Cambridge: WIEGO) Nº 2
- Skinner, Caroline e Valodia, Imraan 2003 “Informalizing the Formal: clothing manufacturing in Durban, South Africa” Disponível em:

<[http://wiego.org/sites/wiego.org/files/publications/files/Skinner-
Informalising-the-Formal.pdf](http://wiego.org/sites/wiego.org/files/publications/files/Skinner-
Informalising-the-Formal.pdf)> Acesso em Março de 2015.

- Skinner, Caroline 2009a “Challenging City Imagineries: Street traders’ struggles in Warwick Junction” Agenda 81 (Durban: Perspective).
- Skinner, Caroline 2009b “Warwick Mall crisis for traders” em <http://ccs.ukzn.ac.za/default.asp?3,28,11,3561> (Durban: Eye on Civil Society).
- Souza, Jessé 2003 *A Construção Social da Subcidadania. Para uma sociologia política da modernidade periférica* (Belo Horizonte/ Rio de Janeiro: Editora UFMG/IUPERJ).
- Streetnet International 2006 “Campaign Brochure: Our challenge to the Ethekwini Municipality: Make Durban a world-class city FOR ALL in the run up to the FIFA World Cup in 2010” (Durban: Streetnet International).
- Telles, Vera S. et al. 2012 “Mutações do Trabalho e experiência urbana” em Tempo Social n.º 18. Vol. 1.
- Telles, Vera S.; Hirata, Daniel 2011 “Cidade e práticas urbanas: nas fronteiras incertas entre o ilegal, o informal e o ilícito” em Kowarick, Lucio e Marques, Eduardo (orgs.) *São Paulo: Novos percursos e atores: sociedade, cultura e política* (São Paulo: editora 34/ Centro de Estudos da Metrópole).
- Unni, Jeemol 2004 “Home-based work in India: a Disappearing Continuum of Dependence?” UNU-WIDER Conference (Helsinki, Finland).
- _____ 2008 “Are Gender differentials in educational capabilities mediated through institutions of caste and religion in India?” (Ahmedabad) GIDR Working Paper series).
- _____ 2011 “Formal Informal Linkages in Labour Markets. Presentation from the Capetown conference on the informal economy” em < <http://wiego.org/sites/wiego.org/files/resources/files/Unni-Formal-Inf-Linkages-Labour-Mkt.pdf>>.
- Valodia, Imraan 2007 “The Informal Economy in South Africa: Issues, Debates and Policies: Reflections after an Exposure Dialogue Programme with Informal Workers in Durban, South Africa” Research Report N° 75 (Durban University of Kwazulu Natal).
- Veiga, João P. C. e Moreno, Katuscia 2015 “Protecting Labour Rights in a Multipolar Supply Chain and Mobile Global Economy” em

Blanpain, Roger (org) *Bulletin for Comparative Labour Relations* (The Netherlands: Wolters Kluwer).

- Webster, Edward e Fakier, Khayaat 2010 “From welfare to development state: an introduction to the debates on the labour Market and social security in South Africa”. ICDD Research Cluster 4.2. Work, Livelihood and Economic Security in the 21st century. 1st workshop – Kassel April 2010. Em: < http://www.unikassel.de/einrichtungen/fileadmin/datas/einrichtungen/icdd/Research/Webster/1stWorkshop_Kassel_Fakier_and_Webster.pdf>
- Yu, D. 2010 “Defining and Measuring Informal Employment in South Africa: a Review of Recent Approaches” em: <http://wiego.org/sites/wiego.org/files/publications/files/Yu_Informal%20Employment%20-%20Yu.pdf>

